

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA (PGI)

REVISÃO 2003 – 2024

BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SANTA CATARINA

Versão Preliminar



2024

CRÉDITOS

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Ricardo Salles

Ministério da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretaria do Patrimônio da União – SPU/OC

Fernando Anton Basus Bispo

Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC

Nabih Henrique Chraim

Coordenadora da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC

Juliano Luiz Pinzetta

Núcleo de Gestão de Praias – NUGEP/SPU

André Luís Pereira Nunes

Ministério do Turismo

Marcelo Álvaro Antônio

Capitania dos Portos

Alexandre Lopes Vianna de Souza

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE/SC

Lucas Esmeraldino

Coordenação Estadual do Programa de Gerenciamento Costeiro - GERCO/SC

Jorge Rebollo Squera

Secretaria executiva da Comissão Técnica do Projeto Orla em Santa Catarina

Lívia Ceretta

Secretaria Executiva de Meio Ambiente SC

Felipe Assunção

Corpo de Bombeiros

João Paulo Francisco



Polícia Militar Ambiental

Jurema Klanoviz

Laboratório de Gestão Costeira Integrada – LAGECI/UFSC

Mariana Matos

Universidade do Vale do Rio Itajaí

Oscar Benigno Iza

UNIAVAN

Débora Baumgarten

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí

Geógrafa Me. Adelina Cristina Pinto

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Prefeito Fabrício José Satiro de Oliveira

SECRETARIAS MUNICIPAIS

Secretaria de Meio Ambiente

Maria Heloísa Beatriz Cardozo Furtado Lenzi

Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária

Fabiano Queiroz de Mello

Procuradoria-Geral do Município

Juliano Luís Cavalcanti

Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Geninho Goes

Fundação Municipal de Esportes

Osmar de Miranda

Coordenação Municipal - Projeto Orla

Eduarda Montibeller Schuch

Gestora de Praias

Eduarda Montibeller Schuch



ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

CONSEGMAR

Domingos Pinheiro

Colônia de Pesca Z07

Levi Elias Vicente

Associação dos Trabalhadores em Milhos e Churros da Praia Central

Jeremias Souza

Associação Catarinense das Escolas de Surf (ACESBC)

José Carlos Malucalli

Associação dos Moradores de Taquaras

Marcelo Peixoto

Associação de Moradores da Praia do Estaleiro

Vinicio Castro

Associação de moradores do Bairro Nações

Marisa Strebe

Associação de Moradores do da Praia do Estaleirinho

Felipe Rosa

Associação dos Amigos, Moradores, Comerciantes, Proprietários e Possuidores de Imóveis da Praia do Pinho.

Adriana Fonseca

Associação dos Moradores da praia de Laranjeiras.

Jaimir Kaliski

Instituto Anjos do Mar

Josué Oliveira

Associação de Balneário Camboriú e Camboriú

Paulo Junek

Equipe consultora do Projeto Orla Balneário Camboriú

Geógrafo Me. Pedro de Carvalho Nasser – Instrutor Responsável

Oceanógrafo Dr. Luidgi Marchese – Apoio nas Oficinas



Bióloga Dra. Samanta da Costa Cristiano – Apoio na Redação do PGI

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE ANEXOS.....	iv
APRESENTAÇÃO.....	1
Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP.....	2
Projeto Orla.....	5
Construção do PGI de Balneário Camboriú.....	9
1. OBJETIVOS.....	17
1.1. Objetivo Geral.....	17
1.2. Objetivos específicos.....	17
2. ÁREA DE GESTÃO.....	19
2.1. Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento.....	22
2.1.1. Unidade 01 – Costa Brava.....	25
2.1.2. Unidade 02 – Praia Central.....	26
2.1.3. Unidade 03 – Praia dos Amores.....	27
3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.....	29
3.1. Atributos Naturais e Paisagísticos.....	29
3.1.1. APA Costa Brava.....	30
3.2. Atividades Geradoras dos Problemas e Atores Envolvidos.....	33
3.2.1. Atividades Geradoras.....	35
3.2.2. Atores.....	37
3.3. Problemas e Potencialidades de Uso e Ocupação e Impactos na Orla.....	40
3.3.1. Problemas.....	41
3.3.2. Potencialidades.....	44
3.4. Estrutura Fundiária na Orla.....	47
4. CENÁRIOS DA ORLA.....	51
4.1. Unidade 01 – Costa Brava.....	51
4.1.1. Trecho 1.1. – Ponta do Malta.....	51
4.1.2. Trecho 1.2. – Estaleirinho.....	52
4.1.3. Trecho 1.3. – Ponta dos Coqueiros.....	54
4.1.4. Trecho 1.4. – Estaleiro.....	55
4.1.5. Trecho 1.5. – Ponta do Lobo.....	58
4.1.6. Trecho 1.6. – Pinho.....	58

4.1.7.	Trecho 1.7. – Ponta da Tartaruga.....	60
4.1.8.	Trecho 1.8. – Taquaras.....	61
4.1.9.	Trecho 1.9. - Taquarinhas.....	63
4.1.10.	Trecho 1.10. – Ponta das Laranjeiras.....	64
4.1.11.	Trecho 1.11. – Laranjeiras.....	64
4.1.12.	Trecho 1.12. – Aguada.....	66
4.2.	Unidade 02 – Praia Central.....	67
4.2.1.	Trecho 2.1. – Barra Sul.....	67
4.2.2.	Trecho 2.2. – Praia Central.....	69
4.3.	Unidade 03.....	71
4.3.1.	Trecho 3.1. – Pontal Norte (3.1, 3.2, 3.3).....	71
4.3.2.	Trecho 3.2. – Praia do Buraco.....	72
4.3.3.	Trecho 3.3. – Praia dos Amores.....	73
5.	AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS.....	75
6.	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.....	79
6.1.	Base legal existente que permita implantar as ações normativas.....	81
6.1.1.	Legislação Federal.....	81
6.1.2.	Legislação Estadual.....	83
6.2.	Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas.....	83
6.3.	Fóruns de decisão existentes no município.....	84
6.4.	Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes.....	85
6.5.	Material técnico-científico disponível.....	86
6.5.1.	Referências citadas.....	87
7.	CRONOGRAMA.....	90
	ANEXOS.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Falta/ausência de planejamento como atividade geradora de aproximadamente 22 problemas.....	36
Quadro 2– Problema mais frequentes na orla de BC, conforme identificação nas oficinas do Projeto Orla. 1= presente; 0 = ausente.....	43
Quadro 3 – Principais conflitos fundiários de BC.....	50
Quadro 4– Ações e medidas recorrentes para 64,7% e 41,2% dos trechos de orla de BC. 1= presente; 0 = ausente.....	76
Quadro 5– Ações e medidas recorrentes para 29,4% e 23,5% dos trechos de orla de BC.....	78
Quadro 6- Cronograma de um ano – PGI Balneário Camboriú – Agenda Imediata.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de encaminhamentos do PGI. Fonte: MMA/SQA (2002).....	2
Figura 2 – Produtos da implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).....	6
Figura 3- Exemplo de metodologia para encontros de implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).....	6
Figura 4- Ilustração das tipologias de orla em planta, segundo o grau de exposição baseado em suas características físicas. Classificadas como orla exposta, semi-exposta ou abrigada. Fonte: MMA/SQA (2002).....	7
Figura 5- Tipologias de Orla de acordo com o seu nível de urbanização, onde são apresentados cenários de orla não urbanizada, em processo de urbanização e com urbanização consolidada. Fonte: Adaptado de MMA/SQA (2002).....	7
Figura 6- Limites da Orla Marítima conforme o Projeto Orla, sendo 33 m de terrenos de Marinha, o limite de 50 m de orla para áreas urbanizadas e 200 m para não urbanizada. Fonte: MMA/SQA (2002).....	8
Figura 7 - Metodologia de implementação do Projeto Orla.....	10
Figura 8- Apresentação do Projeto Orla na Câmara de Vereadores de BC.....	10
Figura 9- Imagens de divulgação das oficinas nas redes sociais.....	11
Figura 10- Manchetes chamativas para divulgar a implementação do Projeto Orla em BC, 2019. Fonte: a) Diário; b) Página 3.....	12
Figura 11- Apresentações na oficina I. A) CTE/SC na Oficina I do Projeto Orla BC; B) Ministério do Turismo.....	13
Figura 12- Encontros da Oficina I.....	15
Figura 13- Encontros da Oficina I.....	15
Figura 14- Encontros da Oficina II.....	16
Figura 15- Encontros da Oficina II, atores participam de dinâmica. A) Discussão com a participação de representante da academia/LAGECI/UFSC – projeto ATAGP e comunidade local; B) Discussão com a participação de representante do Ministério do Turismo e consultora da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) e comunidade local.....	16
Figura 16- Encontros da Oficina II.....	16
Figura 17 - Localização do município de Balneário Camboriú no contexto estadual.....	19
Figura 18 – Setores do litoral de Santa Catarina. Fonte: GERCO/SC.....	20
Figura 19 – Município de Balneário Camboriú no contexto local.....	21
Figura 20 - Município de Balneário Camboriú/SC, com a demarcação dos limites: i) azul Terrenos de Marinha e ii) amarelo Limite terrestre da área de intervenção do PGI de BC.....	22
Figura 21 - Município de Balneário Camboriú/SC e as cotas de profundidade de 10, 20 e 50 metros.....	23
Figura 22 – Área de gestão do Projeto Orla no Município de Balneário Camboriú/SC.....	23
Figura 23 – Unidades da Paisagem da orla do município de Balneário Camboriú/SC.....	24
Figura 24 - Trechos de planejamento do PGI de BC.....	25
Figura 25 – Unidade 01.....	26
Figura 26 - Unidade de Planejamento 02.....	27
Figura 27 - Unidade de Planejamento 03 do PGI de 2003. Fonte: Balneário Camboriú, 2003.....	28
Figura 28 – Nova definição dos trechos da Unidade de Planejamento 03, com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único trecho - 3.1., renomeando consecutivamente Recanto das águas/Praia do Buraco para 3.2. e Praia dos Amores para 3.3.....	28

Figura 29 – Mapa de classificação dos trechos de orla de Balneário Camboriú.....	30
Figura 30 - Zoneamento Ecológico-Econômico – APA Costa Brava. Fonte: Ecolibra, 2017.....	32
Figura 31 – Praia Central de Balneário Camboriú. Fotos: Power Produtora; Marcos Schaefer....	34
Figura 32- Encontros da Oficina I.....	39
Figura 33- Atores nos encontros da Oficina II.....	39
Figura 34 – Número de pessoas presentes por encontro de implementação do Projeto Orla em BC.....	39
Figura 35 – Número de problemas por trechos avaliados em BC.....	42
Figura 36- Praias do Estaleiro e do Estaleirinho com a Bandeira Azul hasteada na temporada 2018/2019. Fonte: Balneário Camboriú, 2019.....	47
Figura 37 - Unidade de Planejamento 02. Fonte: IBGE, S/D.....	48
Figura 38 – Fotografias históricas de praias de Balneário Camboriú. A) Praia do Estaleiro; B) Praia de Laranjeiras Fonte: IBGE, S/D.....	49
Figura 39 – Unidade 01 – Costa Brava.....	51
Figura 40 – Unidade 02 – Praia Central.....	67
Figura 41 – Unidade 03 –Praia dos Amores.....	71
Figura 42 – Gráfico com o número de ações e medidas definidas por trecho de orla de BC.....	75
Figura 43 - Delimitação da ZC brasileira: faixa terrestre, faixa marítima e Zona Econômica Exclusiva. Fonte: Cristiano (2014) adaptado de MMA/SQA (2002).....	79

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Lista de Presença 07 de março de 2019.....	95
Anexo 2 - Lista de presença 18 de março de 2019.....	96
Anexo 3 - Lista de Presença 10 de junho de 2019.....	99
Anexo 4 - Lista de presença de 11 de junho de 2019.....	101
Anexo 5 – Lista de Presença de 12 de junho de 2019.....	103
Anexo 6 – Lista de presença de 13 de junho de 2019.....	105
Anexo 7 - Lista de presença de 14 de junho de 2019.....	107
Anexo 8 - Lista de presença 17 de junho de 2019.....	109
Anexo 9 - Lista de presença de 18 de junho de 2019.....	111
Anexo 10 - Lista de presença de 26 de junho de 2019.....	113
Anexo 11 - Lista de presença 27 de junho de 2019.....	114
Anexo 12 - Lista de presença de 20 de agosto de 2019.....	115
Anexo 13 - Lista de presença 21 de agosto de 2019.....	116
Anexo 14- Lista de presença 22 de agosto de 2019.....	118
Anexo 15 – Dados gerais.....	119
Anexo 16 – “Quadro síntese 2” para cada um dos trechos da orla de BC – apêndice 2.....	131
Anexo 17 - Quadro “4” - Síntese de Problemas da orla de BC. Apêndice 3.....	150
Anexo 18 – Quadro “5” – Ações e Medidas estratégicas. Apêndice 3.....	161
Anexo 19 – Cronograma para o primeiro ano. Apêndice 4.....	173

APRESENTAÇÃO

As áreas costeiras configuram a interface entre os ambientes marinho e terrestre e estão entre os ambientes mais frágeis do globo, pois configuram ecossistemas em fluxo contínuo, equilibrado pelas forças cinéticas e gravitacionais, e composto por mosaicos de recursos abióticos e bióticos (Portmann et al., 2015). Estas áreas costeiras proporcionam benefícios para os seres humanos, como a proteção costeira, alimento (peixes) e lazer (Portmann et al., 2015). Por isso, necessitam de políticas públicas e ações de gestão com o objetivo de conservar seus serviços naturais.

As políticas atuais de gestão da zona costeira brasileira visam a sua municipalização, devido a maior propriedade e proximidade aos conflitos, somada à falta de efetivo da União para atender um litoral de mais de 8.000 km de extensão (Cristiano, 2018). O Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) instituiu em 1997 a descentralização da gestão dos ambientes costeiros, observado que estados e municípios podem melhor gerenciar suas demandas (CIRM, 1997).

Em 2002 foi lançado o Projeto Orla visando compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial por meio da gestão integrada. Mais recentemente, a Lei nº 13.240/2015, possibilitou a transferência da gestão das praias marítimas urbanas e outros bens de uso comum do povo com exploração econômica aos municípios costeiros. Essa transferência foi regulamentada pela Portaria Secretaria do Patrimônio da União (SPU) nº 113/2017, contendo o modelo do Termo de Adesão à Gestão das Praias (TAGP) Marítimas Urbanas. Recentemente atualizado pela Portaria nº 44/2019, incluindo a possibilidade de transferência também das praias marítimas não urbanas.

O TAGP tem a finalidade de estabelecer condições para uma melhor gestão da zona costeira, buscando uma melhoria continuada, dirigida para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. Dentre os desdobramentos do TAGP está a execução do Projeto Orla, com o qual, tem-se a elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), ou revisão, como no caso de Balneário Camboriú (BC). O PGI é um instrumento de planejamento que auxilia o município nas tomadas de decisão, permite um melhor conhecimento do seu território, favorece o estabelecimento de convênios entre as prefeituras, universidades e institutos de pesquisa, no âmbito da

caracterização socioambiental, e de ferramentas para avaliação e monitoramento da gestão da Orla Marítima.

Este documento refere-se à Versão Preliminar PGI que deve seguir os encaminhamentos da Figura 1.

Fluxograma Encaminhamento do Plano de Gestão Integrada



Figura 1 – Fluxograma de encaminhamentos do PGI. Fonte: MMA/SQA (2002).

Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP

Conforme Scherer et al. (2009), a deficiência do gerenciamento costeiro no Brasil resulta da sua organização político-administrativa territorial e da consequente abundância de instituições, processos, normas e controles de diversas esferas. No entanto, o gerenciamento costeiro é oportuno, pois ainda é possível reverter as inúmeras dificuldades existentes na zona costeira brasileira (Polette & Silva, 2003). Neste sentido, uma recente ferramenta de transferência da gestão das praias da União aos municípios foi instituída para aperfeiçoar e desburocratizar este processo.

O Termo de Adesão à Gestão das Praias (TAGP) tem por objeto transferir ao Município a gestão das praias marítimas de seu território, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica. O modelo do TAGP foi estabelecido pela Portaria SPU nº 113/2017, que regulamentou o art. 14 da Lei 13.240/2015, e foi recentemente atualizado pela Portaria 44/2019, que incluiu a possibilidade de transferência também das praias marítimas não urbanas. A finalidade é estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, para uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. A adesão ao TAGP pode trazer resultados positivos para todo o município, transformando eventuais gastos com a gestão das praias em verdadeiros

investimentos, com retornos relacionados à qualidade econômica, social e ambiental do território.

Dados do TAGP de Balneário Camboriú:

- Data de Assinatura do TAGP: 12/09/2017
- Data de deferimento do TAGP: 11/10/2017
- Envio do primeiro Relatório Anual do TAGP: 30/01/2019
- Nome da atual Gestora Titular Municipal de Utilização de Praias: Eduarda Montibeller Schuch
- Nome da atual Gestora Substituta Municipal de Utilização de Praias: Camila Sardi de Lima

Extensão total da orla do Município: 20 km

- Extensão da orla municipal na área objeto do TAGP: 20 km
- Número de praias na área objeto do TAGP: 9
- Número total de praias do Município: 9

CLÁUSULA TERCEIRA da Portaria 113/2017 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

“São deveres do Município:

I - garantir que as praias e os outros bens de uso comum do povo, objetos deste Termo de Adesão, cumpram sua função socioambiental, obedecendo aos princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso;

II - promover o correto uso e ocupação das praias, garantindo o livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos contidos no art. 10 da Lei nº 7.661, de 1988, orientando os usuários e a comunidade em geral sobre a legislação pertinente, seus direitos e deveres, bem como planejar e executar programas educativos sobre a utilização daqueles espaços;

III - assumir a responsabilidade integral pelas ações ocorridas no período de gestão municipal, pelas omissões praticadas e pelas multas e indenizações decorrentes;

IV - fiscalizar a utilização das praias e bens de uso comum do povo objeto do presente Termo, adotando medidas administrativas e judiciais cabíveis à sua manutenção, inclusive emitindo notificações, autos de infração e termos de embargo, cominando sanções pecuniárias e executando eventuais demolições e remoções, sempre que se fizerem necessárias, tudo nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e do art. 10 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem assim apurando denúncias e reclamações atinentes às irregularidades no uso e ocupação das áreas, sempre cientificando os denunciantes das ações tomadas;

V - disponibilizar e manter atualizadas no sítio eletrônico institucional do Município (site oficial), já existente ou necessariamente a ser criado, as seguintes informações relativas às áreas objeto do presente Termo, quando couber:

- a) em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Termo de Adesão:
 - a.1) Plano Diretor do Município, Lei de Diretrizes Urbanísticas ou outra norma que trate do uso e ocupação do solo, para os municípios que não disponham de Plano Diretor;
 - a.2) Códigos de Obras e de Posturas do Município;
 - a.3) legislação ambiental municipal e estadual incidente sobre as áreas;
 - a.4) Plano de gestão local de ordenamento da orla, ou Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla;**
 - a.5) contratos e termos vigentes firmados com terceiros, com as respectivas licenças ambientais, se couber;
 - a.6) espaço amplamente divulgado para reclamações e denúncias dos cidadãos, devendo responder regularmente àquelas demandas sociais;
- b) em até 1 (um) ano após a assinatura do Termo de Adesão, o primeiro relatório de gestão de praias marítimas urbanas, conforme modelo disponível no portal de serviços da SPU na internet - patrimoniodetodos.gov.br -, em "requerimentos diversos";
- c) em até 3 (três) anos após a assinatura do Termo de Adesão, plano para ordenamento da Orla, em conformidade com o art. 32 do Decreto nº 5.300, de 2004, ou revisão do plano já existente;**

VI - instituir através de ato normativo, a ser editado no prazo de 3 (três) anos após a assinatura do Termo de Adesão, o Comitê Gestor da Orla, que deve se constituir no núcleo de articulação e deliberação no processo de planejamento e de aplicação das ações de gestão da orla marítima, também previsto no Decreto nº 5.300, de 2004;

VII - apresentar anualmente, durante os 3 (três) primeiros anos após a assinatura do Termo de Adesão, relatórios de gestão, conforme modelo e indicadores adotados pela Secretaria do Patrimônio da União;

VIII - apresentar anualmente, a partir do 4º (quarto) ano da assinatura do Termo de Adesão, relatórios de implementação do Plano de Gestão Integrada da Orla, a ser constituído durante os 3 (três) primeiros anos, caso o Município ainda não o tenha, devidamente aprovados pelo Comitê Gestor da Orla, instruídos com um mínimo de 3 (três) Atas de Reuniões do mesmo Comitê Gestor;

IX - informar e manter a SPU atualizada quanto ao endereço do sítio eletrônico onde o Município disponibilizará o registro dos documentos citados no inciso V desta cláusula;

X - informar no local especificado no portal de serviços da SPU na internet, o Gestor Municipal de Utilização de Praias e seu substituto, bem como atualizar, no mesmo local, no prazo de até 5 (cinco) dias, sempre que houver decisão pela mudança dessa autoridade, titular ou substituto;

XI - submeter-se às orientações normativas e à fiscalização da Secretaria do Patrimônio da União e observar a legislação vigente, em especial o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como decretos regulamentadores;

XII - providenciar a publicação de extrato deste Termo de Adesão no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local e remeter cópia deste Termo à Câmara de Vereadores do Município, observado o disposto na Cláusula Décima Segunda, § 2º ; e

XIII - disponibilizar à SPU/UF a sua Planta de Valores Genéricos - PVG.”

Projeto Orla

Como uma forma de responder às demandas de ordenamento do uso e da ocupação da faixa litorânea do território nacional, em 2002, o Projeto Orla foi lançado com intuito de compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial por meio da gestão integrada. Os objetivos estratégicos do Projeto Orla estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e da articulação de atores públicos e privados na gestão integrada da orla, com aperfeiçoamento das normas de ordenamento de uso e ocupação do espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada;
- Estimulação de atividades socioeconômicas de desenvolvimento sustentável da orla.

O Projeto Orla articula as três esferas de governo com a sociedade. É uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) em parceria com o MMA. A elaboração do Projeto Orla em nível municipal ocorre por meio de oficinas, reuniões e seminários. Existem cinco manuais com instruções para que os gestores, em conjunto com a sociedade civil, elaborem o Plano de Gestão Integrada (PGI), orientados por instrutor capacitado. O Projeto Orla deve funcionar como um canal de diálogo entre diversos grupos sociais, governamentais e não governamental o que permite a identificação dos problemas e das prioridades de forma participativa, subsidiando a ação da administração pública através de seus produtos (Figura 2).

Após a fase de Implementação do Projeto Orla no município estarão estabelecidos os seguintes produtos:

- ✓ Plano de Gestão Integrada aprovado;
- ✓ Comitê Gestor da Orla instalado e atuando;
- ✓ Agenda de implementação e monitoramento do Plano de Gestão Integrada;
- ✓ Convênios de Cooperação Técnica definidos e encaminhados;
- ✓ Detalhamento de ações e projetos legitimados e aprovados;
- ✓ Sistemáticas de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano estabelecidas.

Figura 2 – Produtos da implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).

Nas oficinas do Projeto Orla são desenvolvidas metodologias de construção de diagnóstico, classificação e formulação de cenários, resultando no Plano de Gestão Integrado (PGI) da Orla (MMA; MPO, 2002). A classificação da orla integra o planejamento estratégico, que dará subsídios às tomadas de decisões para alcançar os cenários desejados (MMA; MPO, 2002). A principal característica do Projeto Orla é a inserção da sociedade civil organizada como ator ativo na construção das propostas, ou seja, os utilizadores decidindo o futuro e a forma de desenvolvimento de sua região (Figura 3).

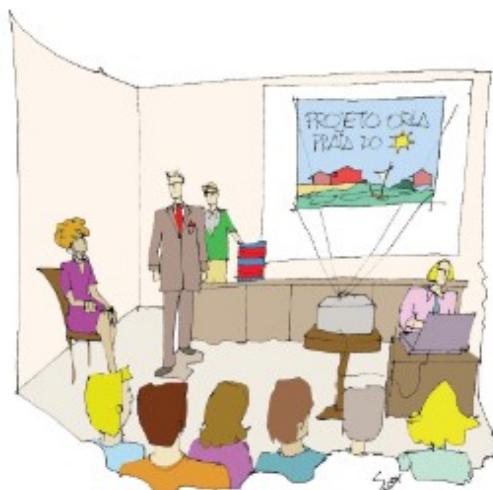


Figura 3- Exemplo de metodologia para encontros de implementação do Projeto Orla. Fonte: MMA/SQA (2002).

Os limites de orla e classificações definidas no Projeto Orla são regulamentados pelo Decreto Federal nº 5.300 de 8 de dezembro de 2004. A metodologia proposta no

Projeto Orla estabelece duas tipologias para caracterização da orla: uma que observa as características fisiográficas, que distingui as orlas em orla abrigada, orla exposta ou semi-exposta (Figura 4); e outra analisa os níveis de ocupação e adensamento populacional, classificadas como orla não urbanizada, orla em processo de urbanização e orla com urbanização consolidada (Figura 5).

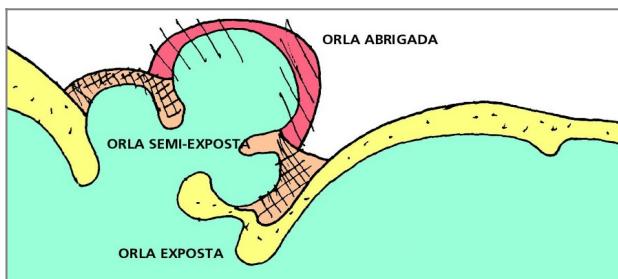


Figura 4- Ilustração das tipologias de orla em planta, segundo o grau de exposição baseado em suas características físicas. Classificadas como orla exposta, semi-exposta ou abrigada. Fonte: MMA/SQA (2002).



Figura 5- Tipologias de Orla de acordo com o seu nível de urbanização, onde são apresentados cenários de orla não urbanizada, em processo de urbanização e com urbanização consolidada. Fonte: Adaptado de MMA/SQA (2002).

Os limites de orla estabelecidos no Projeto Orla são apresentados a seguir, e expressos na Figura 6:

- Zona marinha - isóbata de 10 m, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência do fundo marinho, ocasionando o transporte de sedimentos.

Essa referência poderá ser alterada desde que haja comprovação da localização do limite de fechamento do perfil em profundidades inferiores;

- Área terrestre - em áreas urbanizadas 50 m ou em áreas não urbanizadas 200 m, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, como feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, e onde há áreas de terrenos de marinha.

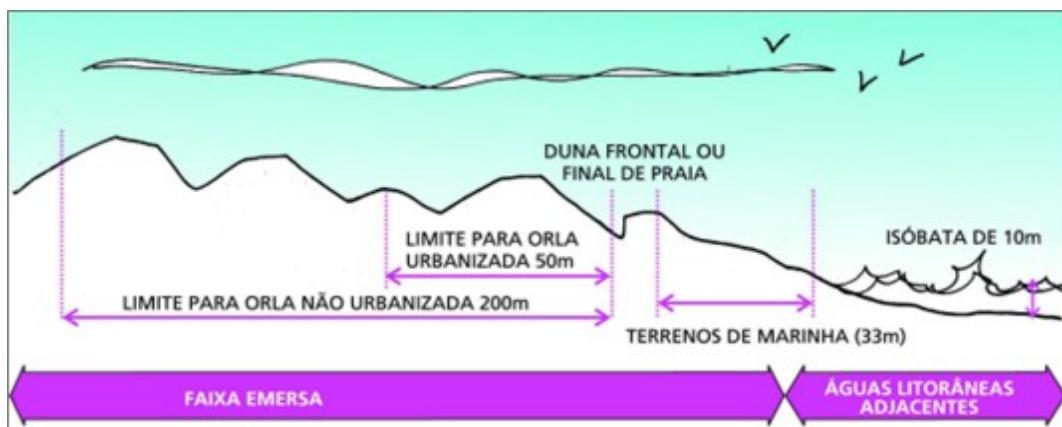


Figura 6- Limites da Orla Marítima conforme o Projeto Orla, sendo 33 m de terrenos de Marinha, o limite de 50 m de orla para áreas urbanizadas e 200 m para não urbanizada. Fonte: MMA/SQA (2002).

Para desenvolver o Projeto Orla, o Estado deve ter primeiramente, uma Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE/PO). A CTE para o Desenvolvimento do Projeto Orla de Santa Catarina foi instituída em 2005, através do Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005, alterado pelo Decreto nº 4.015 de 16 de fevereiro de 2006. Compete à Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla:

1. Selecionar municípios aptos a participar do Projeto Orla, cujo objetivo visa disciplinar o uso e ocupação da orla marítima, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada;
2. Supervisionar os planos de gestão municipais;
3. Dar apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla;
4. Acompanhar a execução dos planos de gestão municipais e seus desdobramentos; incluindo alterações que se façam necessárias nos planos diretores dos municípios abrangidos;

5. Promover ações integradas de gestão da orla.

Podemos inferir que o início do Projeto Orla ao longo de seus quase 20 anos de existência deu-se com o Decreto 5.300/2004 que disciplinou sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispondo sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelecendo critérios de gestão da orla marítima.

A partir da publicação da Lei nº 13.240/2015, viabilizou-se a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos, vinculando a elaboração/revisão do PGI por meio da Portaria 113/2017.

Construção do PGI de Balneário Camboriú

Este documento refere-se ao PGI preliminar da Orla de Balneário Camboriú, que contempla a aplicação da metodologia dos manuais do Projeto Orla, aliada a uma revisão do PGI de Balneário Camboriú elaborado em 2003. O PGI de 2003 não obteve aprovação nas seguintes instâncias do fluxograma de encaminhamentos, no entanto, contempla informações importantes e úteis para a elaboração/atualização do PGI 2019.

Quando mencionamos o PGI de 2003, é importante salientar que não se tem registros documentais de sua confecção por conta de uma enchente que resultou em perca de documentação pelo município. Destacando ainda que no ano de 2003 a municipalidade não fazia digitalização ou outra forma de armazenamento de documentos.

Para o desenvolvimento do Projeto Orla, as possíveis intervenções da orla serão avaliadas, pelos órgãos do SISNAMA, mediante a realização de estudos de dinâmica praial, (diferenciando zonas de erosão natural periódica das praias e zonas de erosão relacionadas com ocupação humana), em seguida o Município contratou em fevereiro de 2019, por meio de processo licitatório, o geógrafo Pedro Nasser, instrutor habilitado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Para a implementação do Projeto Orla em Balneário Camboriú (e respectiva revisão do PGI) foi empregada a metodologia do Projeto Orla (Figura 7), supracitada, através de aproximadamente 14 encontros com mais de 320 presenças. Os encontros são detalhados e sistematizados nos relatórios de

consultoria contratada pela AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí), elaborados pela Me. Adelina Cristina Pinto (CREA-SC 050.968-0), disponibilizados no dossiê.

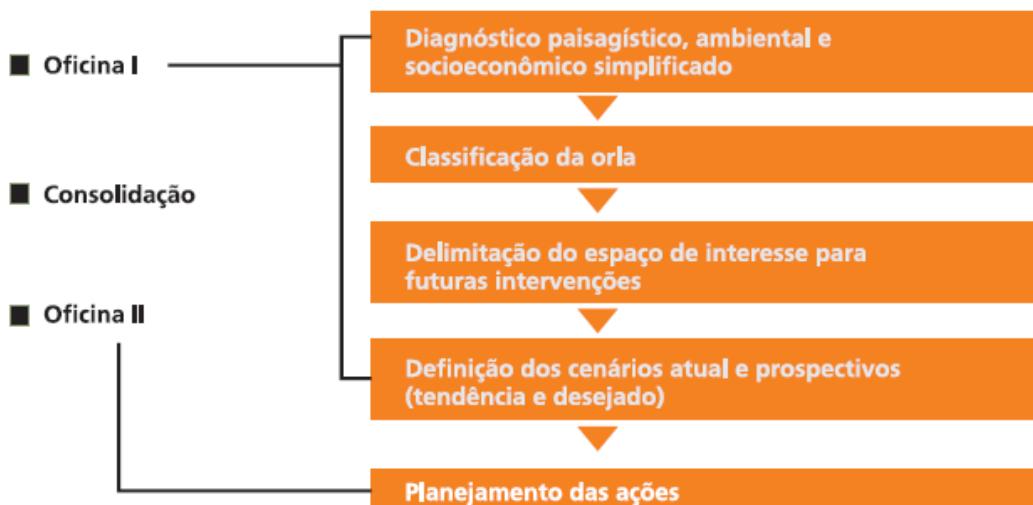


Figura 7 - Metodologia de planejamento do Projeto Orla.

Atores

As oficinas do Projeto Orla de Balneário Camboriú contaram com grande representatividade social e alcançaram grande número de pessoas, com um total de 319 presenças ao longo de 14 encontros, todos no ano de 2019 (Figura 8, Figura 9 e Figura 10). Nas listas de presença anexadas constam os dados dos participantes das oficinas que podem ser explorados em estudos de avaliação de participação social.

Participaram atores de diversas instituições e esferas de gestão, dentre elas:

- Do governo federal: de Secretaria de Gestão e Governança do Patrimônio da União em Santa Catarina, do Ministério da Economia (SGPU/SC/ME), Ministério do Turismo (MT) e, Universidade Federal de Santa Catarina (LEGECI/UFSC), Capitania dos Portos (Marinha do Brasil)
- Do governo estadual: Polícia Militar/Corpo de Bombeiros Militar (PM/CB);
- Do governo municipal: Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria do Planejamento (SGPU/SC/ME-BC), Fundação Municipal de Esportes (FME) e Secretaria de Turismo (SECTUR) e a Associação dos Municípios Da Foz do Rio

Itajaí (AMFRI). Instrutor contratado Pedro Nasser e apoio técnico especializado Luidgi Marchese.

- Da sociedade civil organizada: Associação dos Moradores de Taquaras; Colônia de Pesca Z07; Associação dos Trabalhadores em Milhos e Churros da Praia Central; Associação Catarinense das escolas de Surf (ACESBC) e, ONGs: Salve os Oceanos e Instituto Anjos do Mar/BR, Associação de moradores da praia do Estaleiro, Associação dos comerciantes, Associação de moradores do Bairro Nações, Associação de moradores do Estaleirinho, Proprietários de imóveis da praia do Pinho e Moradores interessados no assunto. (AMFRI, 2019).



Figura 8- Encontros da Oficina I.

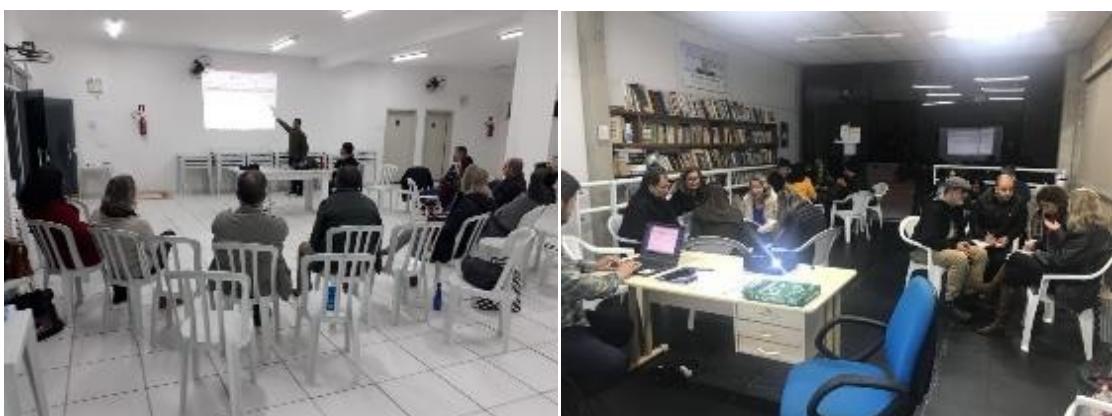


Figura 9- Atores nos encontros da Oficina II.

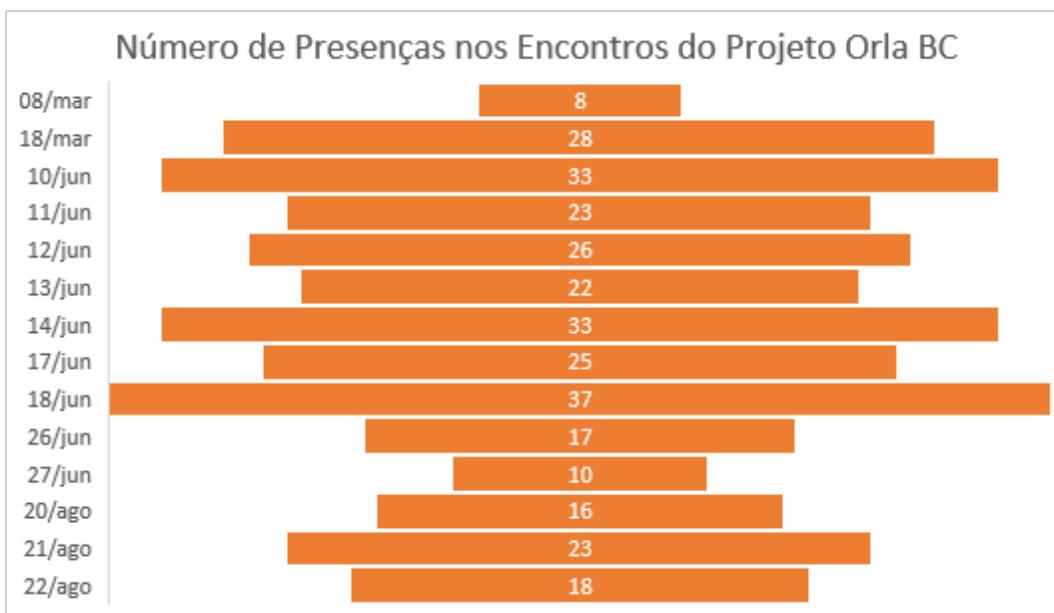


Figura 10 – Número de pessoas presentes por encontro de planejamento do Projeto Orla em BC.

Foram citadas ao menos 46 instituições como responsáveis ou envolvidas nas ações previstas para a orla local, são elas: Associação dos moradores de Taquaras; AME; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Associação de bocha; Associação de moradores; Associação de Moradores do Estaleirinho; Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Bombeiros – CBM; Câmara de Vereadores; Capitania dos Portos – CP; Comitê Gestor Municipal da Orla; Colônia de pesca; Comitê de bacias; Comitê gestor do Rio Camboriú; Compur; ConSegMar; Conselho gestor da APA; EMASA; Epagri; FUMTran; Fundação de cultura; Fundação municipal de esporte; Guarda municipal ambiental; IBAMA; Igrejas; IMA; Instituições de ensino; Instituto Pronatura; Município; ONGS; PMSC; Polícia Ambiental; Procuradoria da PMBC; Secretaria da receita; Secretaria Segurança; Secretaria Educação; Secretaria. Meio Ambiente; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Saúde; Secretaria de Turismo; Secretarias; SPU; SPU/SC; e Vigilância Sanitária.

Instrumentalização

O instrutor habilitado, contratado em fevereiro de 2019, reuniu-se diversas vezes com a coordenação local e estadual para a preparação dos “detalhes” e dar o início do processo de planejamento que resultou no Projeto Orla. Na fase de instrumentalização o instrutor: i) orientou sobre a metodologia do Projeto Orla, ii)

solicitou os materiais para a confecção do dossiê da orla, iii) auxiliou na identificação do público-alvo; iv) organizou junto às instituições envolvidas a agenda de trabalho local, com a definição das datas e locais das oficinas, meios de divulgação e dinâmica adotada.

No dia 07 de março de 2019 houve a primeira reunião da coordenação local na Secretaria de Meio Ambiente de BC, com 08 participantes (Lista de Presença - Anexo 1). Dia 18 de março foi apresentado o plano de trabalho do Projeto Orla em BC na Câmara de Vereadores, com 28 presentes (Lista de Presença - Anexo 2).



Figura 11- Apresentação do Projeto Orla na Câmara de Vereadores de BC.

A divulgação alcançou grande público, com ampla participação social, um total de 319 presenças. Na Figura 12 têm-se as imagens compartilhadas nas redes sociais no intuito de chamar a comunidade para as oficinas e na Figura 13 são apresentadas algumas chamadas de sites locais para as oficinas.

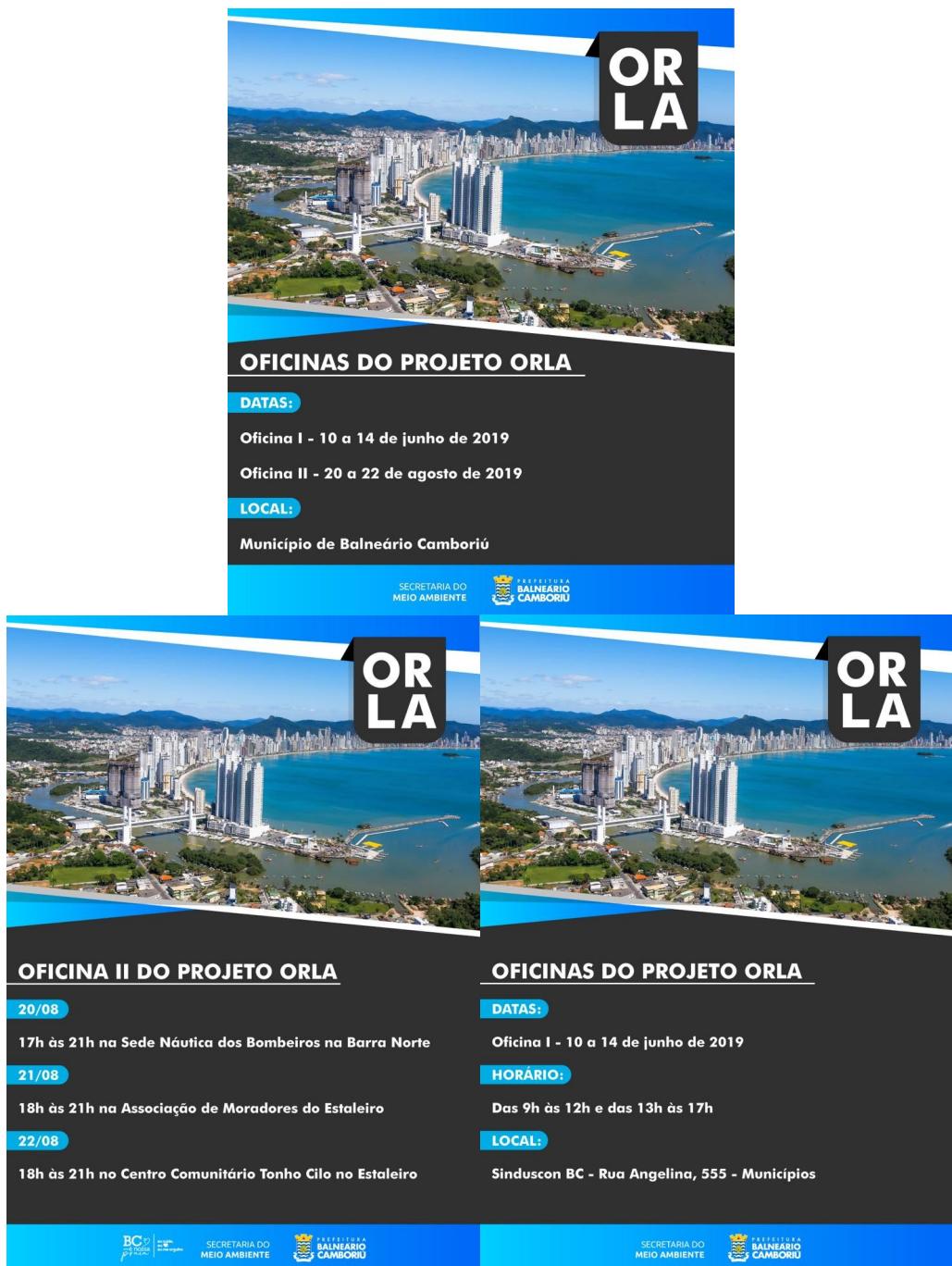


Figura 12- Imagens de divulgação das oficinas nas redes sociais.

Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias

Por Redação em 11/06/2019 às 09h0 | Atualizado em 11/06/2019 às 09h45



Projeto Orla define o que pode ou não ser feito na orla marítima de Balneário Camboriú



Figura 13- Manchetes chamativas para divulgar o planejamento do Projeto Orla em BC, 2019. Fonte: a) Diário do Vale; b) Página 3.

Algumas reportagens e chamadas digitais que corroboraram na divulgação do Projeto Orla em BC:

- 14/03/2019 - Projeto Orla será apresentado na segunda-feira dia 18.
<https://www.meubalneariocamboriu.com.br/projeto-orla-sera-apresentado-na-segunda-feira-dia-18/>
- 21/03/2019 - Projeto Orla de Balneário Camboriú foi apresentado a líderes comunitários. <https://oatlantico.com.br/projeto-orla-de-balneario-camboriu-foi-apresentado-lideres-comunitarios/>
- 06/06/2019 - Oficinas do Projeto Orla recomeçam na segunda-feira.
<https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2019/06/oficinas-do-projeto-orla-recomecam-na-segunda-feira-215786.html>
- 07/06/2019 Projeto orla define o que pode ou não pode ser feito na orla marítima de Balneário Camboriú.
<https://www.pagina3.com.br/geral/2019/jun/7/3/projeto-orla-define-o-que-pode-ou-nao-ser-feito-na-orla-maritima-de-balneario-camboriu>
- 10/06/2019 - Projeto Orla: Oficina I começou nesta segunda-feira, 10.
<https://www.clickcamboriu.com.br/geral/2019/06/projeto-orla-oficina-i-comecou-nesta-segunda-feira-10-215971.html>
- 11/06/2019 - Projeto Orla discute regras de ocupação e de uso das praias.
<https://diario.com.br/noticias/geral/projeto-orla-discute-regras-de-ocupacao-e-de-uso-das-praias/>

- 14/06/2019 - Projeto Orla terá sequência na terça-feira.
<https://www.bcnoticias.com.br/projeto-orla-tera-sequencia-na-terca-feira/>
- 24/06/2019 - Oficina I do Projeto Orla tem sequência nesta semana.
https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=25517
- 02/07/2019 - Oficina II do Projeto Orla será em agosto.
<http://lithoralnews.com.br/turismo-negocios/oficina-ii-do-projeto-orla-sera-em-agosto>
- 17/08/2019 - Projeto Orla: Oficina II será na próxima semana em Balneário Camboriú. <https://mauriciofreitas.com.br/2019/08/17/projeto-orla-oficina-ii-sera-na-proxima-semana-em-balneario-camboriu/>

Oficina I

Entre junho de 2019 foi realizada a Oficina I do Projeto Orla em BC, que tratou dos fundamentos do Projeto Orla, da gestão costeira e patrimonial, da caracterização da área de interesse, da classificação preliminar de trechos da orla e da delimitação da orla municipal. Além disso, contou também com a apresentação do projeto “Subsídios para avaliação da transferência da gestão de praias marítimas urbanas aos Municípios (ATAGP)” – UFSC/FURG/UFPE, pela Professora Martinez Scherer – LAGECI/UFSC, da atuação da Comissão Técnica Estadual, pela representante da SPU/SC (Figura 14), e do Ministério do Turismo.



Figura 14- Apresentações na oficina I. A) CTE/SC na Oficina I do Projeto Orla BC; B) Ministério do Turismo.

A metodologia prevê cinco dias para esta discussão, inicialmente entre 10 e 14 de junho, estendida para os dias 17 e 18, e 26 e 27 de junho devido à necessidade de maiores discussões com os atores envolvidos (Lista de Presença – Anexo 3 ao Anexo 11; Figura 15 e Figura 16), e devido à quantidade e complexidade das atividades contempladas nesta etapa, listadas abaixo:

- Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
- Aula expositiva sobre os fundamentos para a gestão da orla
- Apresentação das informações sistematizadas no dossiê
- Apresentação dos projetos previstos para a orla
- Construção do Quadro Síntese 1
- Apresentação de critérios para avaliação da paisagem
- Identificação de elementos da paisagem local
- Demarcação de trechos com homogeneidade paisagística
- Classificação das unidades e dos trechos demarcados
- Construção do Quadro Síntese 2
- Identificação de conflitos e construção do Quadro Síntese 3
- Apresentação de critérios para delimitação da faixa da orla
- Delimitação da faixa da orla
- Apresentação dos parâmetros de qualidade ambiental
- Construção de perfis dos trechos de interesse
- Revisão da demarcação dos trechos de interesse
- Organização dos perfis da orla
- Complementação do Quadro Síntese 2
- Construção de cenários
- Redação sobre a caracterização dos cenários previstos
- Apresentação e discussão referente aos resultados
- Visualização dos cenários previstos
- Construção do quadro de ações e medidas estratégicas
- Dinâmica de consolidação do diagnóstico
- Pactuação da agenda de consolidação do diagnóstico



Figura 15- Encontros da Oficina I.



Figura 16- Encontros da Oficina I.

Oficina II

Para a Oficina II, prevê-se na metodologia três dias para a execução. Em BC, ocorreu entre 20 e 22 de agosto de 2019, na Sede Náutica dos Bombeiros no Pontal Norte, na Associação de Moradores do Estaleiro, e no Centro Comunitário Tonho Cilo, no Estaleiro (Figura 17, Figura 18 e Figura 19), respectivamente com ampla participação social (Listas de Presença - Anexo 12 a Anexo 14), com a implementação das seguintes atividades:

- Apresentação das atividades a serem desenvolvidas
- Dinâmica de avaliação dos resultados alcançados
- Apresentação da caracterização proposta pelo diagnóstico
- Sistematização dos quadros e linhas de ação propostas



Figura 17- Encontros da Oficina II.



Figura 18- Encontros da Oficina II, atores participam de dinâmica. A) Discussão com a participação de representante da academia/LAGECI/UFSC – projeto ATAGP e comunidade local; B) Discussão com a participação de representante do Ministério do Turismo e consultora da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) e comunidade local.



Figura 19- Encontros da Oficina II

OBJETIVOS

O objetivo principal do esforço para revisão do PGI de Balneário Camboriú se dá no sentido de cumprimento ao acordado mediante a assinatura do TAGP. Ademais, podemos citar objetivos gerais e específicos da revisão do PGI de BC *per se*, como segue.

Objetivo Geral

A revisão do PGI de BC teve como objetivo geral criar um canal de diálogo entre grupos sociais, governamentais e não governamentais, para, de forma participativa, revisar e identificar novos problemas e prioridades para a gestão de suas praias. Desta forma, o PGI revisado pode subsidiar a ação da administração pública para a melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística das praias.

Objetivos específicos

Seguindo a metodologia desenvolvida e proposta pelo Projeto Orla, são objetivos específicos deste plano:

- Levantar os problemas e potencialidades da orla de Balneário Camboriú e analisar, em cada trecho, os impactos dos mesmos sobre a dinâmica de uso e ocupação do solo;
- Traçar os cenários de uso e ocupação do solo desejado e estabelecer a ordem de prioridades para a implementação das ações necessárias;
- Definir, a partir dos cenários escolhidos, os parâmetros a serem monitorados em seus aspectos de uso e ocupação do solo, tanto nas áreas urbanas quanto naturais;
- Definir, as medidas estratégicas para a implementação do PGI, com o estabelecimento de finalidades e prazos, além das responsabilidades e atores envolvidos em cada uma das ações;
- Definir a estrutura de gestão e os instrumentos legais para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável pretendidos, considerando obrigatória a criação de fórum de decisão de caráter consultivo e deliberativo;

- Estabelecer meios para o acompanhamento, avaliação e revisão do PGI.

ÁREA DE GESTÃO

A Zona Costeira (ZC) Brasileira é definida no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, composta por uma faixa marítima e uma terrestre (Brasil, 1988; 2004). Configura uma região de transição ecológica contemplada com um complexo de ecossistemas contíguos, importantes para a manutenção da vida marinha (MMA, 2010). Ainda, na Constituição Federal Brasileira de 1988, a ZC é definida como Patrimônio Nacional, onde a ocupação e exploração devem se dar de forma sustentável (Brasil, 1988b).

O litoral catarinense possui 561,4 km de extensão (Figura 20), com 36 municípios costeiros. Para efeitos de gestão o litoral é dividido em cinco setores: norte, centro-norte, centro, centro-sul e sul (Figura 21). O município de Balneário Camboriú está localizado no litoral Centro-Norte, Setor 2, abrange nove municípios: Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Bombinhas e Porto Belo. Tais municípios distribuem-se por uma faixa terrestre de 1.011 Km², onde vivem aproximadamente 375.589 habitantes (IBGE, 2000), resultando em densidade habitacional de 433,05 hab./Km².

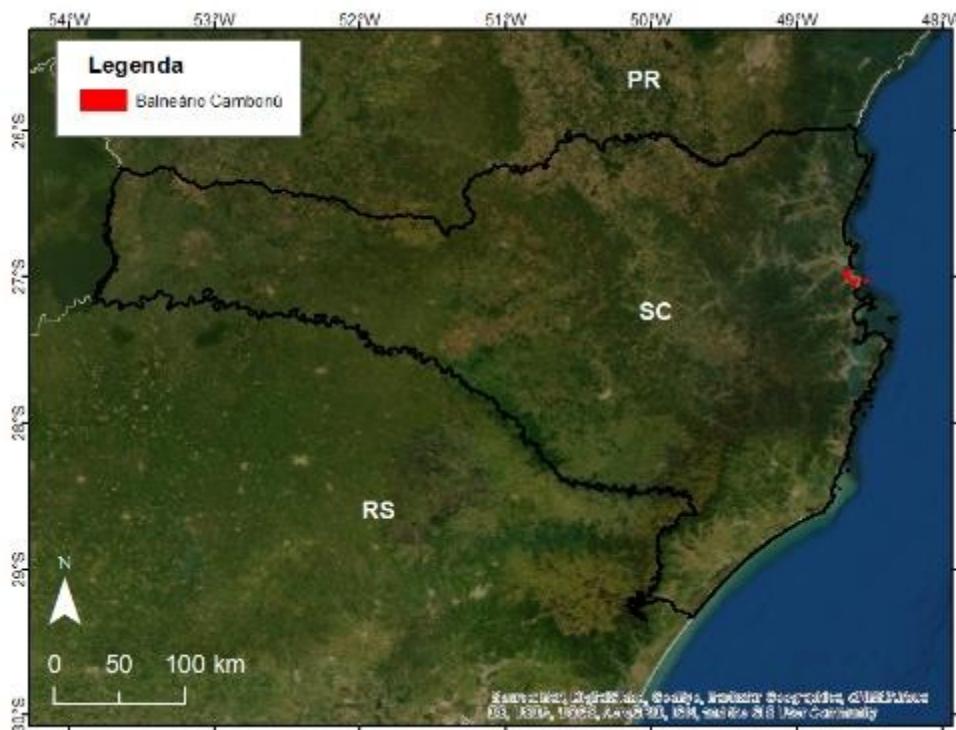


Figura 20 - Localização do município de Balneário Camboriú no contexto estadual.

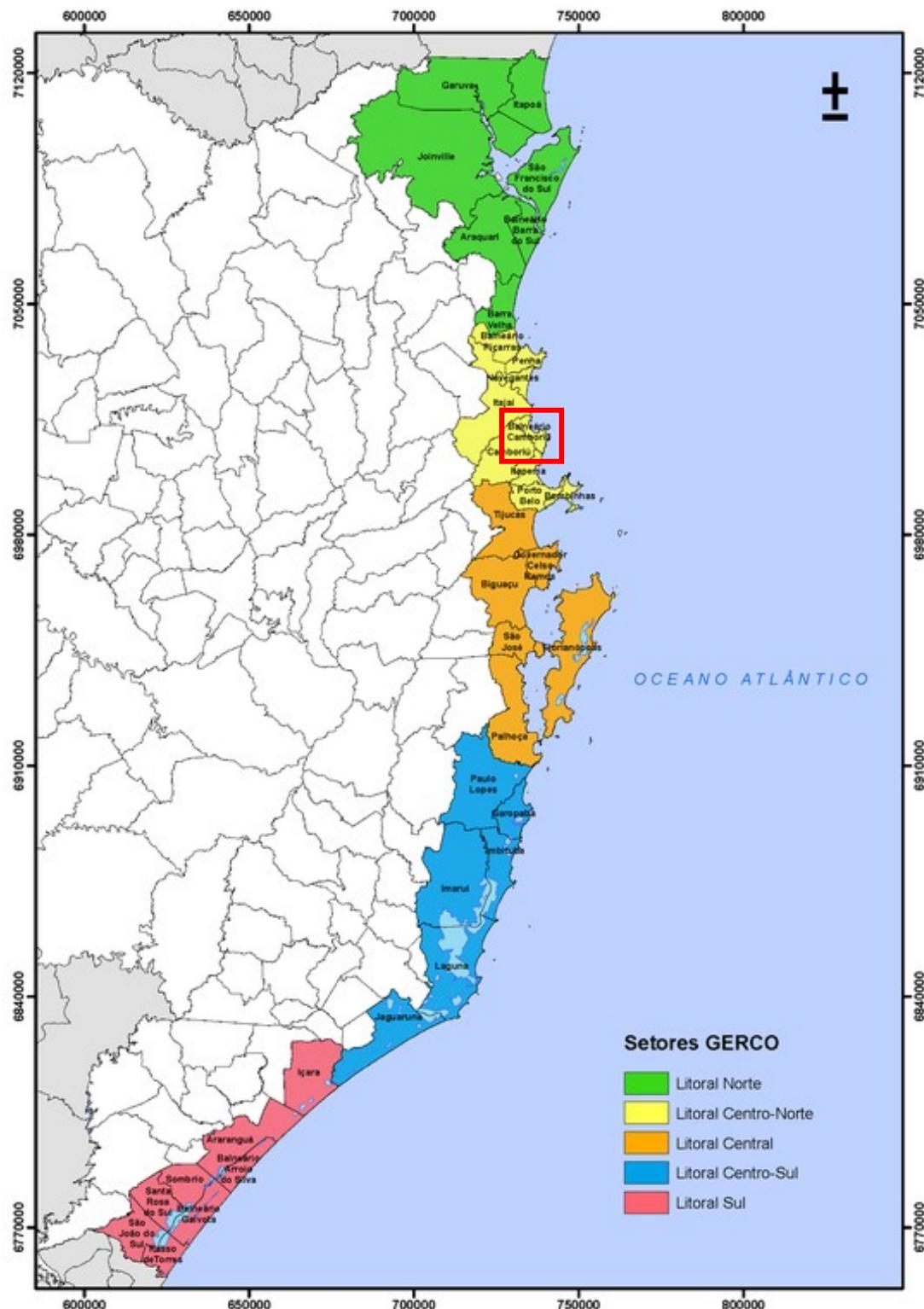


Figura 21 – Setores do litoral de Santa Catarina. Fonte: GERCO/SC.

Este setor apresenta a maior densidade dentre os demais setores costeiros, sendo considerada uma área metropolitana, com forte tendência de conurbação entre os municípios costeiros. Ademais, a população nesta região aumenta significativamente

no verão, em decorrência do Turismo de Sol e Praia. Nesse sentido, destacam-se os municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas (Figura 22) pelo turismo consolidado, sendo o primeiro reconhecido como polo turístico da América do Sul (SPG/SC, 2010).

Conforme apresenta a Secretaria de Turismo do município, em pesquisa que utiliza a quantidade de resíduos sólidos para mensurar a população flutuante, no ano de 2019 passaram pela cidade 3.616.867 pessoas (período anterior à pandemia).

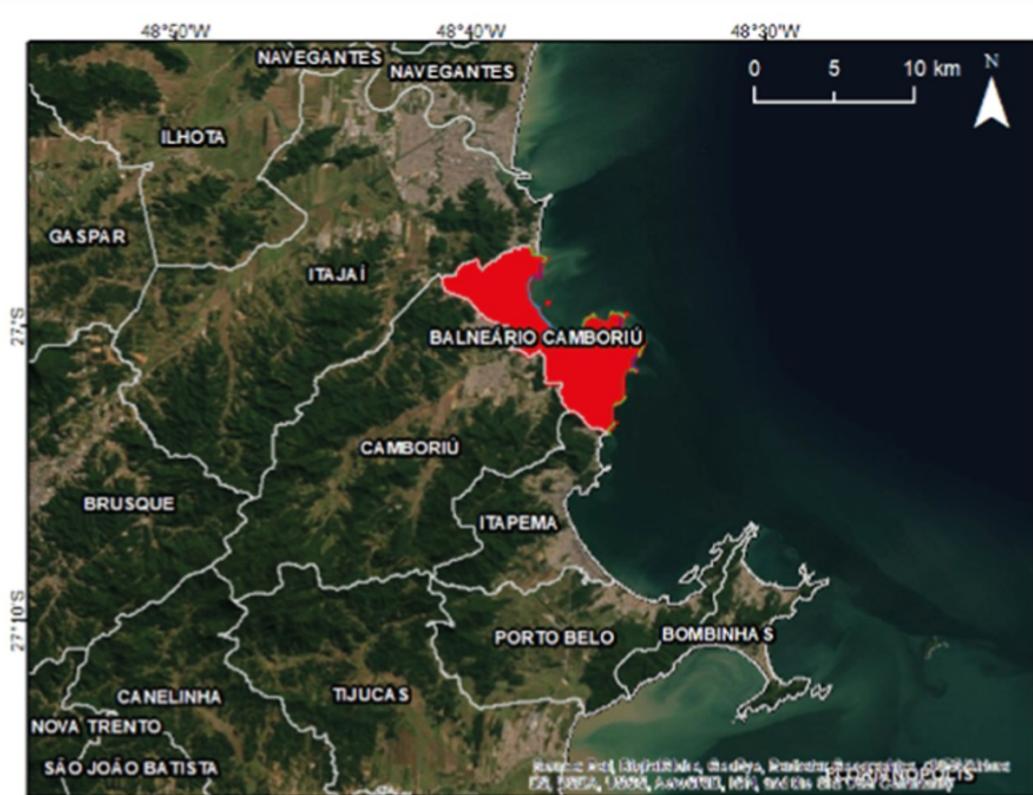


Figura 22 – Município de Balneário Camboriú no contexto local.

Se tratando da ZC de Balneário Camboriú, devido às suas características e intervenções urbanas - paisagísticas, manteve-se a abordagem adotada no Projeto Orla em 2003, tal como será apresentado a seguir (item [Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento](#)), para a delimitação da orla terrestre e marítima e tratando a orla municipal como um todo. Desta forma, o Projeto Orla vem a somar e complementar intervenções similares planejadas anteriormente.

Em características gerais de Balneário Camboriú, falamos da sua localização na mesorregião do Vale do Itajaí, sob as coordenadas de Longitude -48,63462° e Latitude -26,99182° e altitude de 9,05 m, em um território de 45,214 km². A cidade possui aproximadamente 20 km de orla, onde encontramos trechos da orla correspondentes a praias arenosas, e outros trechos com topografia acidentada. Está situada no domínio da Mata Atlântica, com variedade de vegetação litorânea, restinga e mangues, e vegetação Ombrófila Densa Sub Montanhosa nas encostas. O IDHM de Balneário Camboriú é 0,85. O município possui Política Municipal de Saneamento Básico e possui Plano Municipal de Saneamento Básico (infosanbas). Balneário Camboriú possui 60,46% do seu território caracterizado como Unidade de Conservação Ambiental Estadual de Uso Sustentável, conforme aponta o Ministério do Meio Ambiente (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação 2016).

Unidades da Paisagem e Trechos de Planejamento

Manteve-se a faixa da orla municipal terrestre definida com o PGI de 2003, tomando como base as vias existentes ao longo da orla do Município (para áreas urbanizadas ou não, respectivamente) a partir da praia em direção ao continente (Figura 20). As vias existentes que delimitam a orla são: Avenida Atlântica e sua extensão através da Estrada da Rainha no sentido norte; Rua Emanoel Rebelo dos Santos e sua extensão na rua José Francisco Vitor no Bairro da Barra e a Rodovia Interpraias nas praias Agrestes. Com relação a abrangência da praia em direção ao mar em 2003 foi definido como até as isóbatas de 10 m e 20 m (Figura 21), conforme as características de cada Unidade. No entanto, em 2019 preferiu-se manter como padrão de área de gestão marinha como a isóbata de 10 m (Figura 22).



Figura 23 - Município de Balneário Camboriú/SC, com a demarcação dos limites: i) azul Terrenos de Marinha e ii) amarelo Limite terrestre da área de intervenção do PGI de BC.

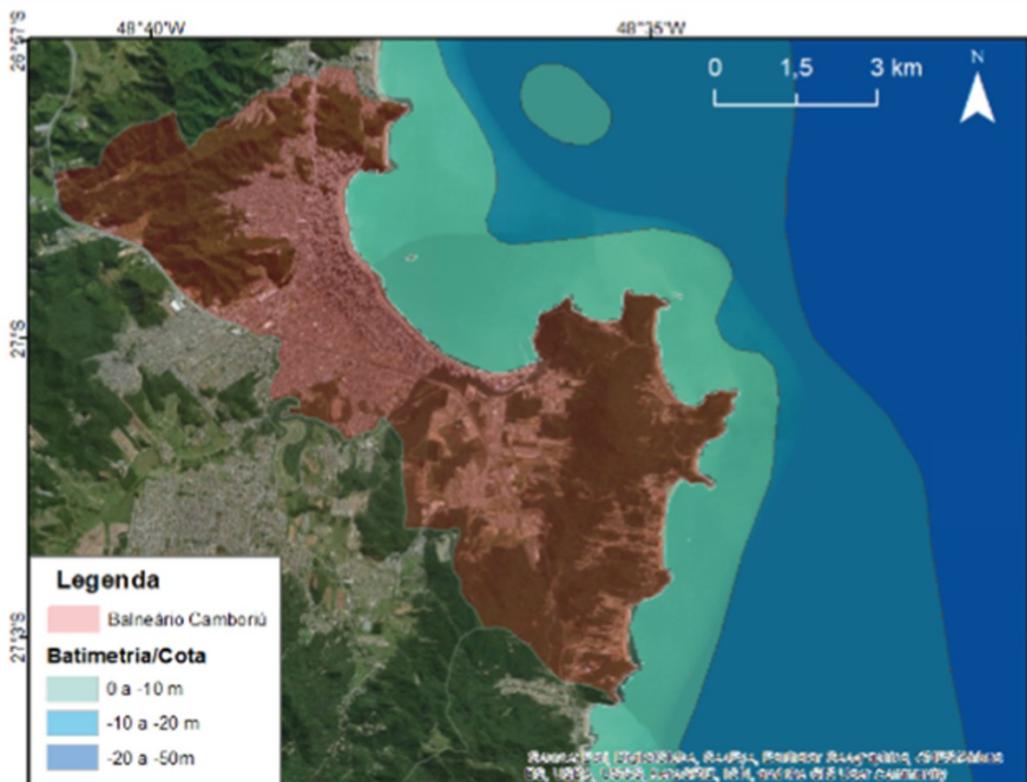


Figura 24 - Município de Balneário Camboriú/SC e as cotas de profundidade de 10, 20 e 50 metros.

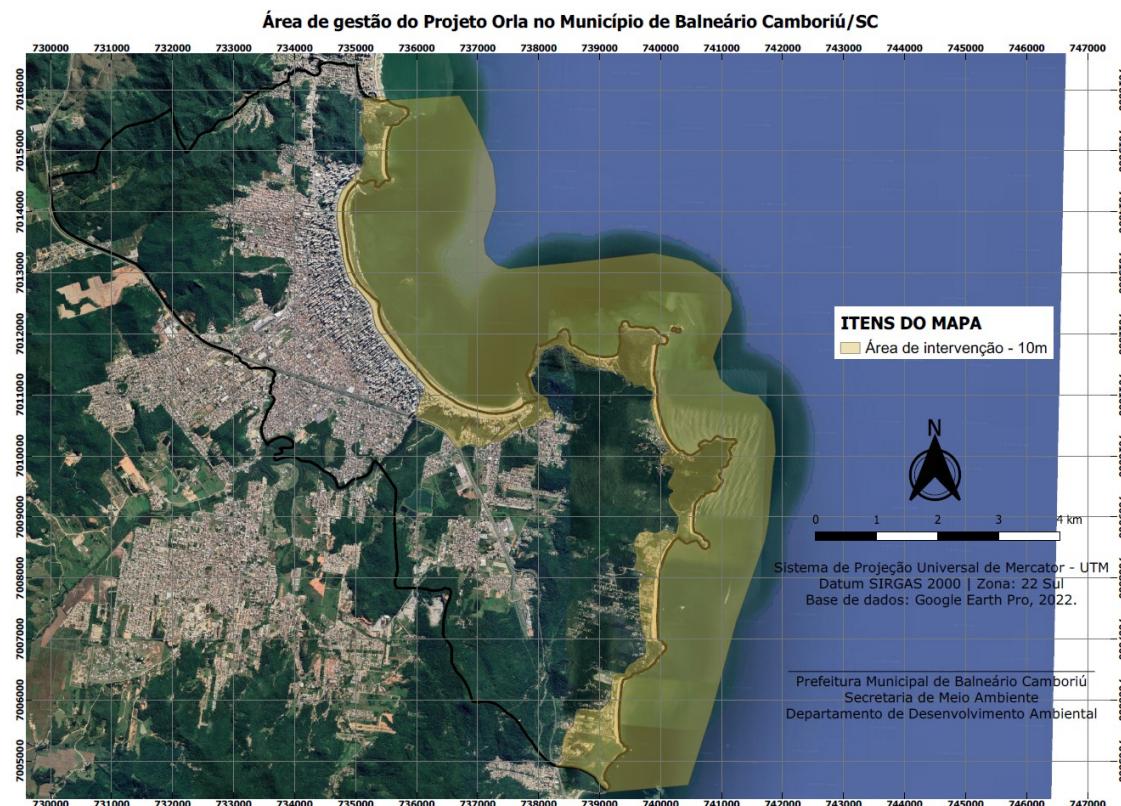


Figura 25 – Área de gestão do Projeto Orla no Município de Balneário Camboriú/SC, delimitados os 10 metros de área de intervenção marinha. (Mapa em tamanho maior no anexo)

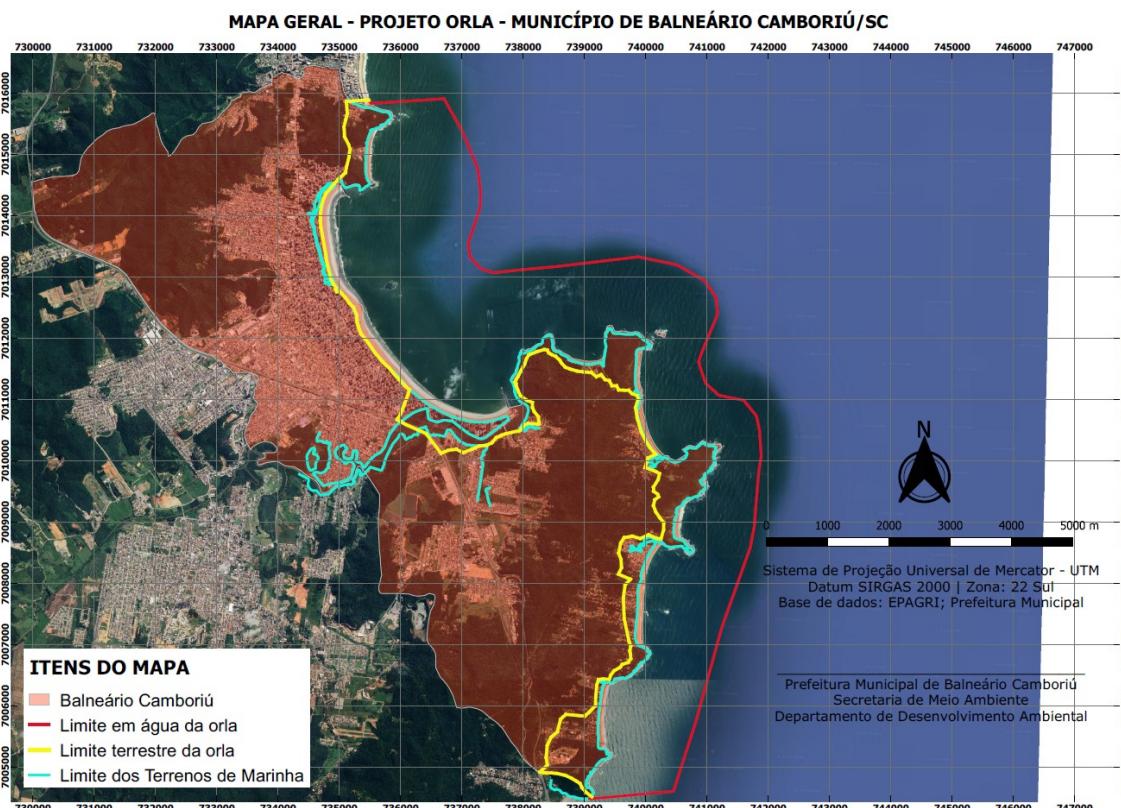


Figura 26: Mapa Geral - Projeto Orla - Município de Balneário Camboriú/Sc (Mapa em tamanho maior no anexo)

A área de gestão tem uma extensão de aproximadamente 24 km de costa atlântica, e dos meandros dos estuários do Rio Camboriú e do Ribeirão Ariribá (Balneário Camboriú, 2003). Na Figura 27 são definidas as três unidades de planejamento da orla de Balneário Camboriú e na Figura 28 são apresentadas os trechos de orla analisados. A principal modificação entre 2003 e 2019 foi a aglutinação dos trechos 3.1., 3.2. e 3.3. em 3.1. em 2019. Como área de intervenção marinha definiu-se pela isóbata de 10 metros.

Tratando da intervenção em área terrestre, definiu-se por 50m em áreas urbanizadas ou 200m em áreas não urbanizadas. A demarcação segue na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, como feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, e onde há áreas de terrenos de marinha.

As condições naturais e urbanas presentes em Balneário Camboriú formadas pelo conjunto de belas praias, da riqueza da Mata Atlântica e do Rio Camboriú com suas margens ora ocupadas pelas comunidades pesqueiras ora por manguezais, emolduram uma cidade cuja tessitura urbana é composta de ruas próximas e estreitas, repletas de serviço e comércio à disposição das pessoas dia e noite, compelindo a uma reflexão sobre o futuro do planejamento de seu território. A riqueza cultural de Balneário Camboriú está no Bairro da Barra, comunidade típica de pescadores artesanais.

A Região da Interpraias possui uma topografia acidentada, formada por pequenas planícies adjacentes que se limitam com o mar na forma de pequenas praias bem delimitadas pelos costões rochosos, constituindo-se em um complexo de praias agrestes com notável beleza natural devido a essa configuração e à sua relativa integridade natural. Nesta área, executando-se a Praia de Laranjeiras, tem-se a Área de Proteção Ambiental – APA Costa Brava. Com um conjunto de atividades que encontram na natureza seu principal componente, as morrarias, cobertas por Mata Atlântica, são ativos ambientais e paisagísticos do município (MASTERPLAN BC).

Retratando ainda a riqueza ambiental do município, chegamos a mais duas Unidades de Conservação, além da APA Costa Brava. Uma delas, Parque Natural

Municipal Raimundo Gonçalez Malta, com uma área de 250 mil m², abriga uma mata remanescente de mangue e mata atlântica com uma riquíssima fauna e flora.

A Reserva Natural Normando Tedesco, uma das primeiras do Estado, foi criada junto com a implantação do Parque Unipraias no Morro da Aguada. O parque se transformou em um dos principais pontos turísticos e de educação ambiental do município.

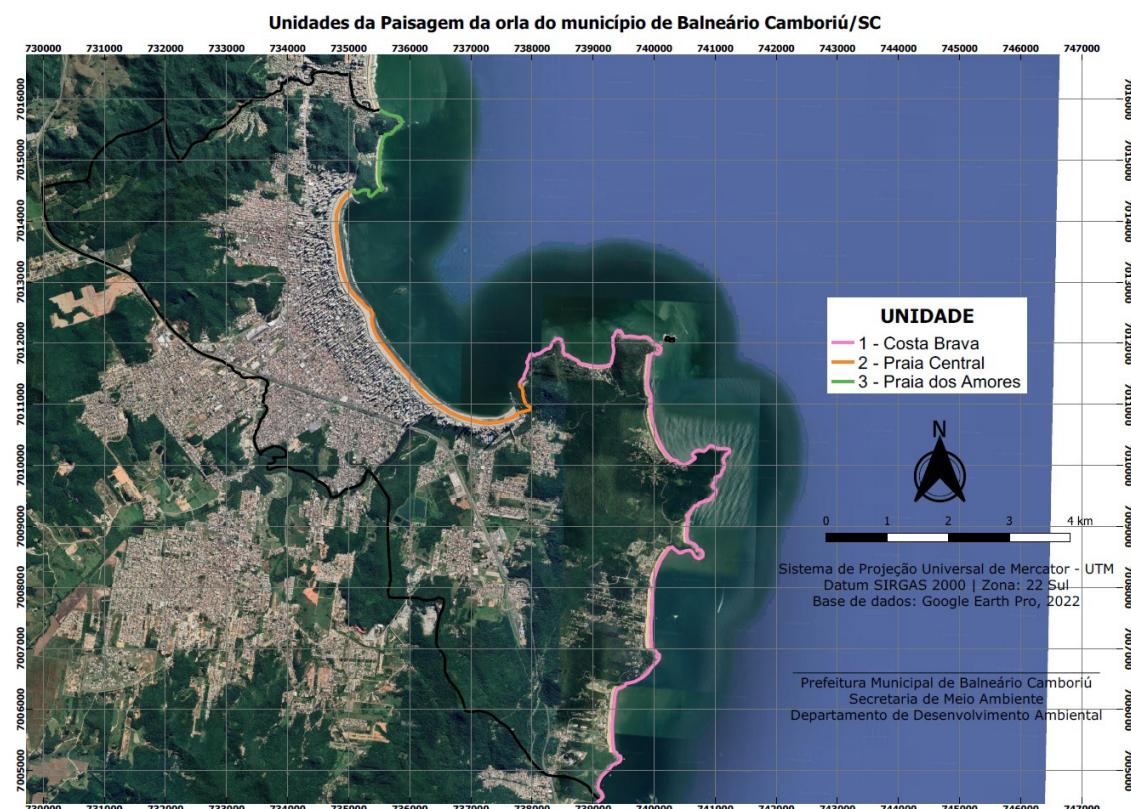


Figura 27 – Unidades da Paisagem da orla do município de Balneário Camboriú/SC. (Mapa em tamanho maior no anexo)

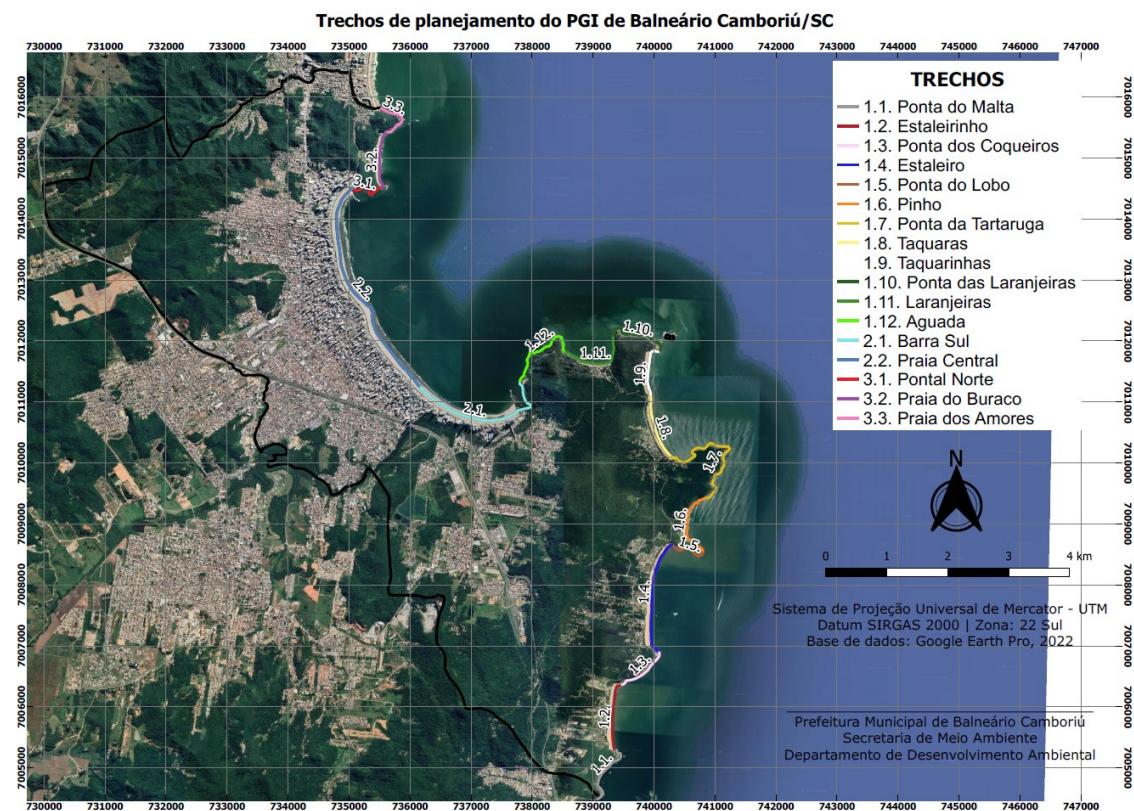


Figura 28 - Trechos de planejamento do PGI de BC. (Mapa em tamanho maior no anexo)

Unidade 01 – Costa Brava

A **Unidade 1 – COSTA BRAVA** está limitada ao sul na divisa com o Município de Itapema, na Ponta do Malta, seguindo a oeste pelo divisor de águas até a Linha de Acesso as Praias Rodesindo Pavan, continuando no sentido norte pela mesma rodovia, passando pelas praias de Estaleirinho, Estaleiro, Pinho, Taquaras, Taquarinhas e Laranjeiras, finalizando na Foz do Rio Camboriú, no Bairro da Barra. Esta unidade foi dividida em 12 Trechos (Figura 29).

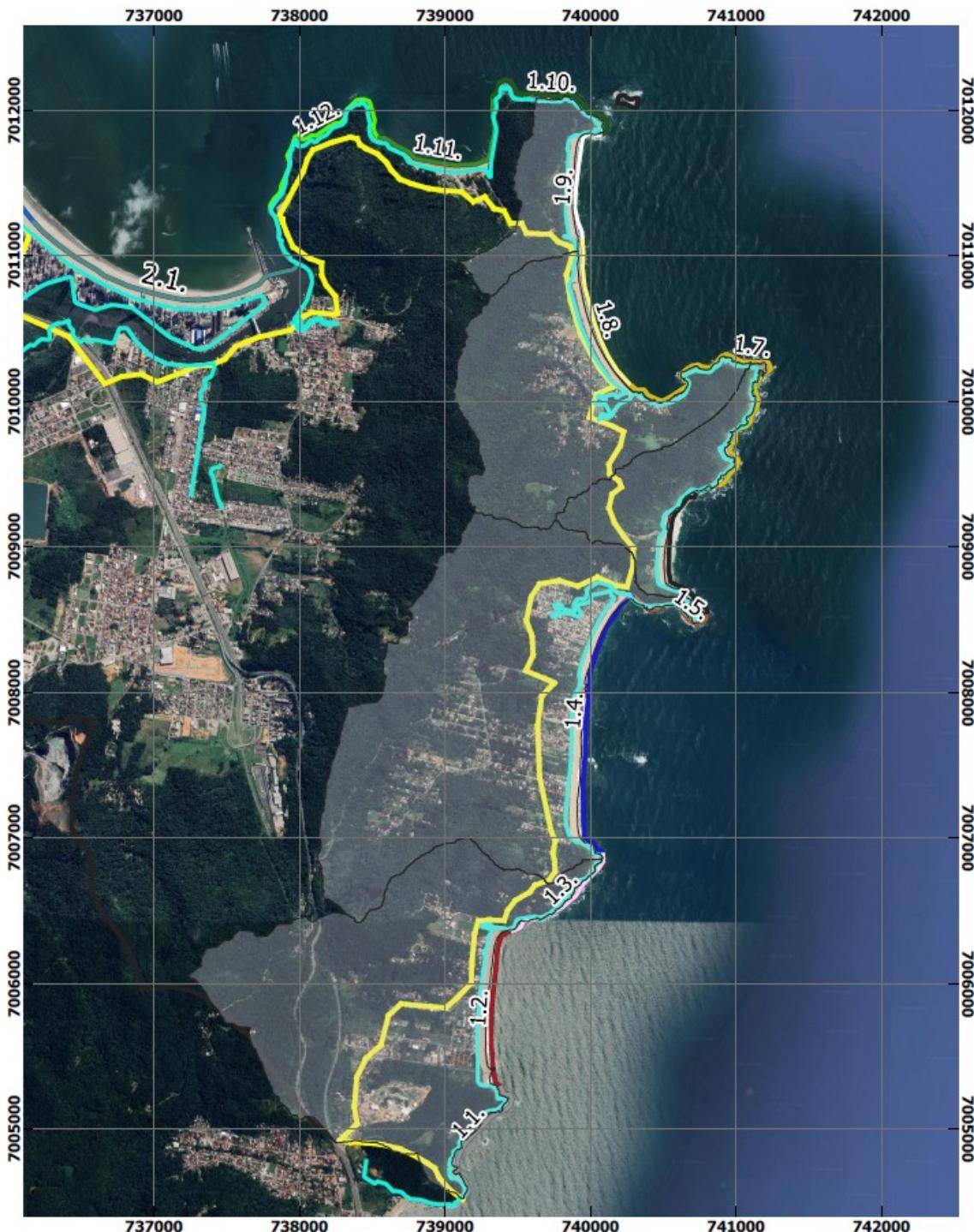


Figura 29 – Unidade 01.: Costa Brava (Mapa em tamanho maior no anexo)

Unidade 02 – Praia Central

A **Unidade 2 – PRAIA CENTRAL** está limitada ao sul com a Foz do Rio Camboriú, no Bairro da Barra, até a BR-101, cruza o Rio Camboriú, seguindo no sentido leste pela rua 3.700 até a Avenida Atlântica onde segue no sentido norte pela mesma avenida até

o Canal do Marambaia, Pontal Norte da Praia Central. Esta unidade foi dividida em 02 Trechos (Figura 30).



Figura 30 - Unidade de Planejamento 02: Praia Central. (Mapa em tamanho maior no anexo)

Unidade 03 – Praia dos Amores

A Unidade 3 – PRAIA DOS AMORES está limitada ao sul com o Canal do Marambaia, onde se inicia a Estrada da Rainha, passando pelas Praias do Canto ou Prainha, e pela Praia do Buraco, finalizando na Praia dos Amores nas margens do Rio Ariribá, limite com o Município de Itajaí. Esta unidade foi dividida em 05 Trechos no PGI 2003 (Figura 31), reduzidos a 3 em 2019. A alteração se deu com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único - 3.1. Os seguintes 3.4. Recanto das águas, também renomeado adequadamente para Praia do Buraco, e 3.5. Praia dos Amores passaram a 3.2. e 3.3., respectivamente (Figura 32).



TRECHO 3.1: MARAMBAIA
TRECHO 3.2: PRAINHA
TRECHO 3.3: PONTAL NORTE
TRECHO 3.4: RECANTO DAS ÁGUAS

TRECHO 3.5: PRAIA DOS AMORES
PERFIL 10: PRAIA DO CANTO
PERFIL 11: PRAIA DO BURACO

Figura 31 - Unidade 03: Praia dos Amores - Planejamento 03 do PGI de 2003. Fonte: Balneário Camboriú, 2003

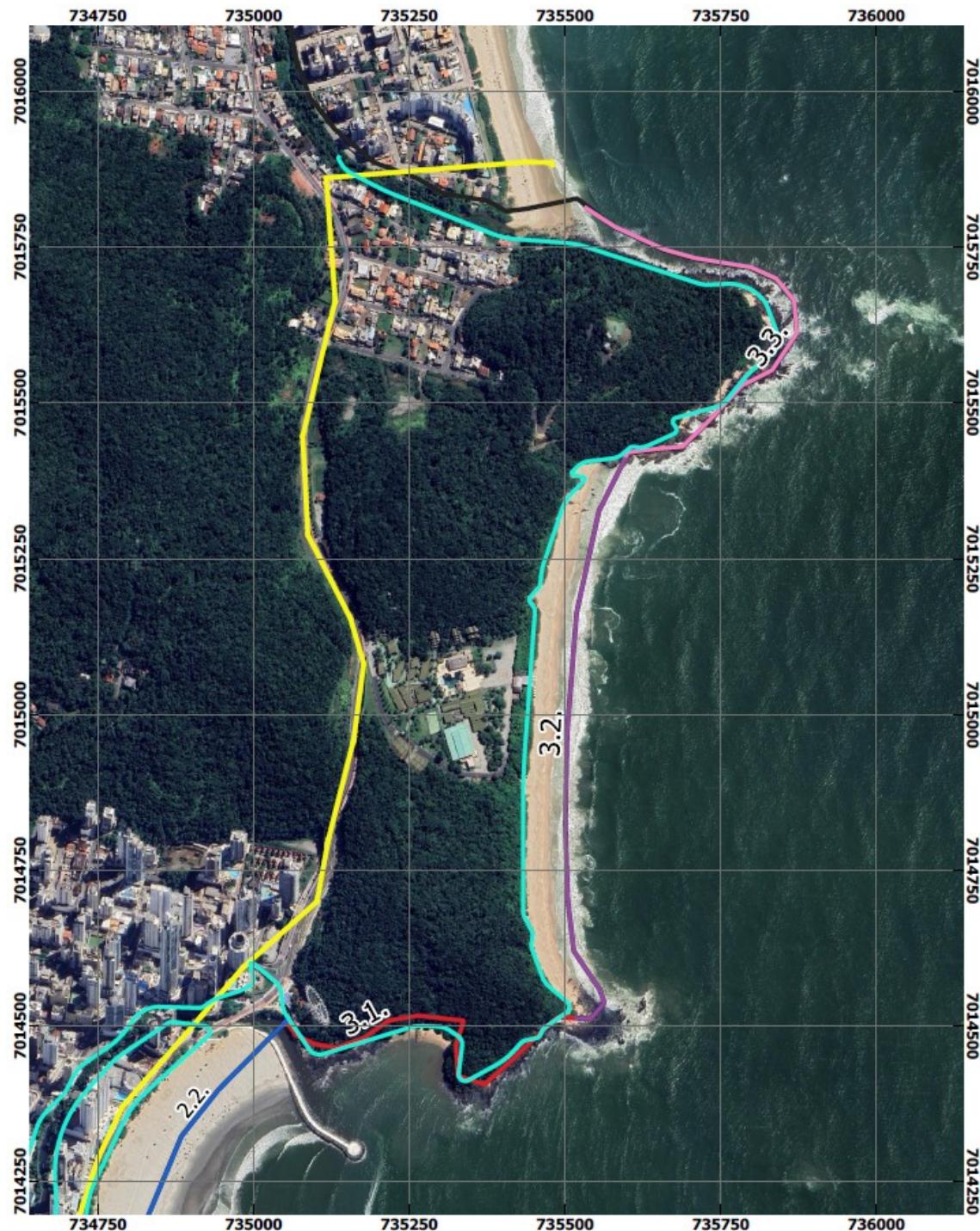


Figura 32 – Nova definição dos trechos da Unidade de Planejamento 03, com a união dos trechos 3.1. Marambaia, 3.2. Prainha e 3.3. Pontal Norte, em um único trecho - 3.1., renomeando consecutivamente Recanto das águas/Praia do Buraco para 3.2. e Praia dos Amores para 3.3. (Mapa em tamanho maior no anexo)

SÍNTSE DO DIAGNÓSTICO

No dossiê do Projeto Orla de Balneário Camboriú é apresentado um conjunto de informações e publicações como o Plano de Manejo da APA da Costa Brava, composto de dados relevantes sobre os aspectos naturais e paisagístico da área. Ainda, na pasta do dossiê estão disponibilizados: i) quatro apêndices, sendo que no apêndice 1 constam dados gerais organizados, assim como no Anexo 15, e informações com formato para análise, bem como, ii) os quadros solicitados, além de dados em um iii) Sistema de Informações Geográficas.

Estes documentos estão publicados no site da prefeitura no portal da Secretaria do Meio Ambiente de Balneário Camboriú. Podendo ser acessados diretamente pelos links: <https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/CD5MP9HD.pdf> e <https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/WQ9MM2JJ.pdf>.

Atributos Naturais e Paisagísticos

Santa Catarina tem como sua maior atração turística a região costeira, a beleza cênica proporcionada pelo encontro desses diversos biomas traz paisagens paradisíacas, que devem ser protegidas do crescimento urbano, para que se mantenham suas características ambientais e culturais originais. O município de Balneário Camboriú possui aproximadamente 20 km de orla, onde encontramos trechos da orla correspondentes a praias arenosas, e outros trechos com topografia acidentada. Está situado no domínio da Mata Atlântica, com variedade de vegetação litorânea, restingas e mangues, e vegetação Ombrófila Densa Sub-Montana nas encostas (Balneário Camboriú, 2003).

Para a classificação dos trechos de orla de BC (Figura 33) foi empregada a metodologia do Projeto Orla, que define:

- CLASSE A: possui correlação com os tipos de orla que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.

- CLASSE A*: Possui o mesmo conceito da CLASSE A, supracitada, contudo, possuem características especiais por se tratarem de costões rochosos, afloramento de rochas cristalinas na linha do mar, sujeito à ação das ondas, correntes e ventos, podendo apresentar diferentes configurações como falésias, matacões e costões amplos e contínuos. Trata-se de área de difícil acesso, utilizado especialmente para trilhas.
- CLASSE B: possui correlação com os tipos de orla que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizada e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que trazem baixo potencial de impacto, devem ser estimulados.
- CLASSE C: apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizada, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto aos padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entorno.

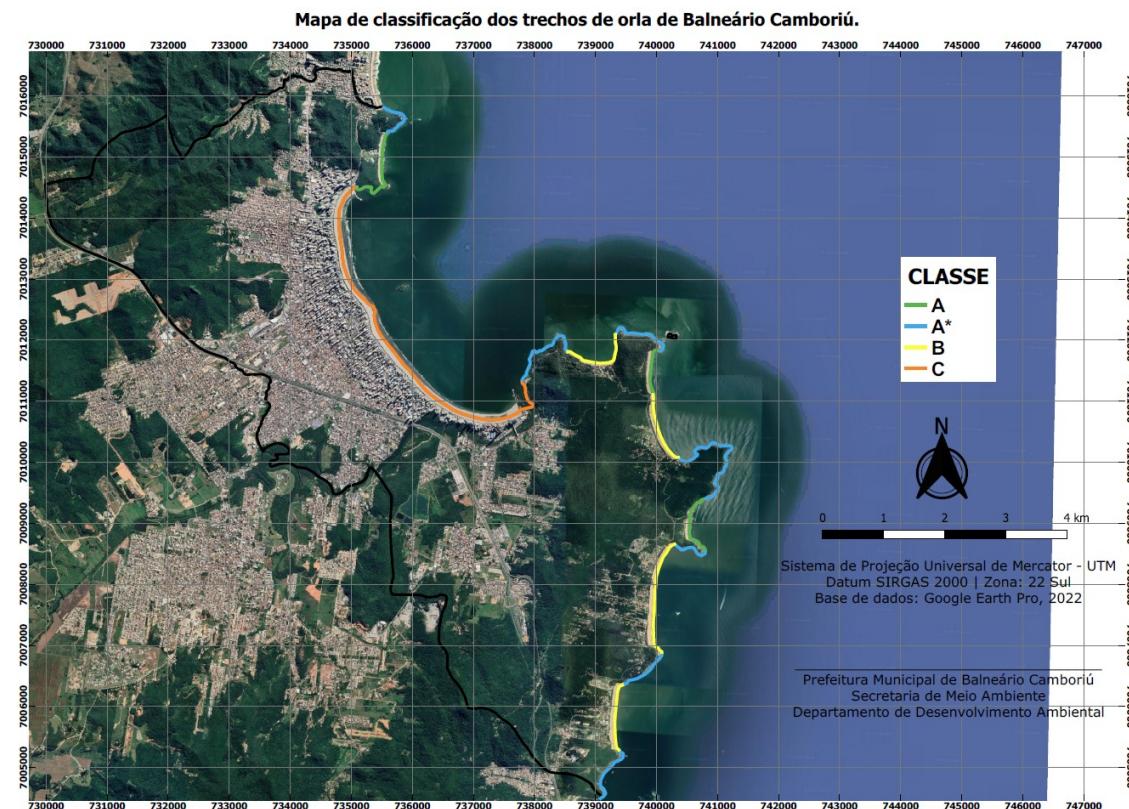


Figura 33 – Mapa de classificação dos trechos de orla de Balneário Camboriú.(Mapa em tamanho maior no anexo)

APA Costa Brava

A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava, foi criada com a aprovação da Lei municipal nº 1985/2000, sendo parte de medida mitigadora da construção da Interpraias, que corta a APA Costa Brava, na sua porção norte – sul, servindo como principal acesso às praias deste setor costeiro (Balneário Camboriú, 2018). Conforme seu Plano de Manejo é uma das áreas mais importantes sob aspectos de natureza do município de Balneário Camboriú. Composta por um mosaico de ecossistemas do Bioma Mata Atlântica, contemplando um conjunto de promontórios, costões, manguezais, restingas, dunas e praias, que, ainda conservadas configuram um patrimônio paisagístico inestimável. Comunidades de pescadores artesanais e quilombolas representam a riqueza e diversidade das tradições ainda existentes no litoral catarinense. Com um cenário diversificado, representa potencial para o turismo sustentável (Balneário Camboriú, 2018).

Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria que compõe o grupo das Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, que admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Constituídas por terras públicas ou privadas. Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA. As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, no caso o Conselho Gestor. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação, observadas as exigências e restrições legais (Balneário Camboriú, 2018).

O Plano de Manejo é um documento elaborado a partir de diversos estudos, e estabelecem as normas, restrições para o uso, ações e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, se for o caso, os corredores ecológicos associados. O plano de Manejo pode contemplar a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando garantir a manutenção dos processos ecológicos (Balneário Camboriú, 2018). De forma geral, o Plano de manejo auxilia a nortear as ações atuais e futuras desta área do município de Balneário Camboriú, considerada uma das mais importantes no contexto do litoral de Santa Catarina e também de abrangência nas discussões do Projeto Orla.

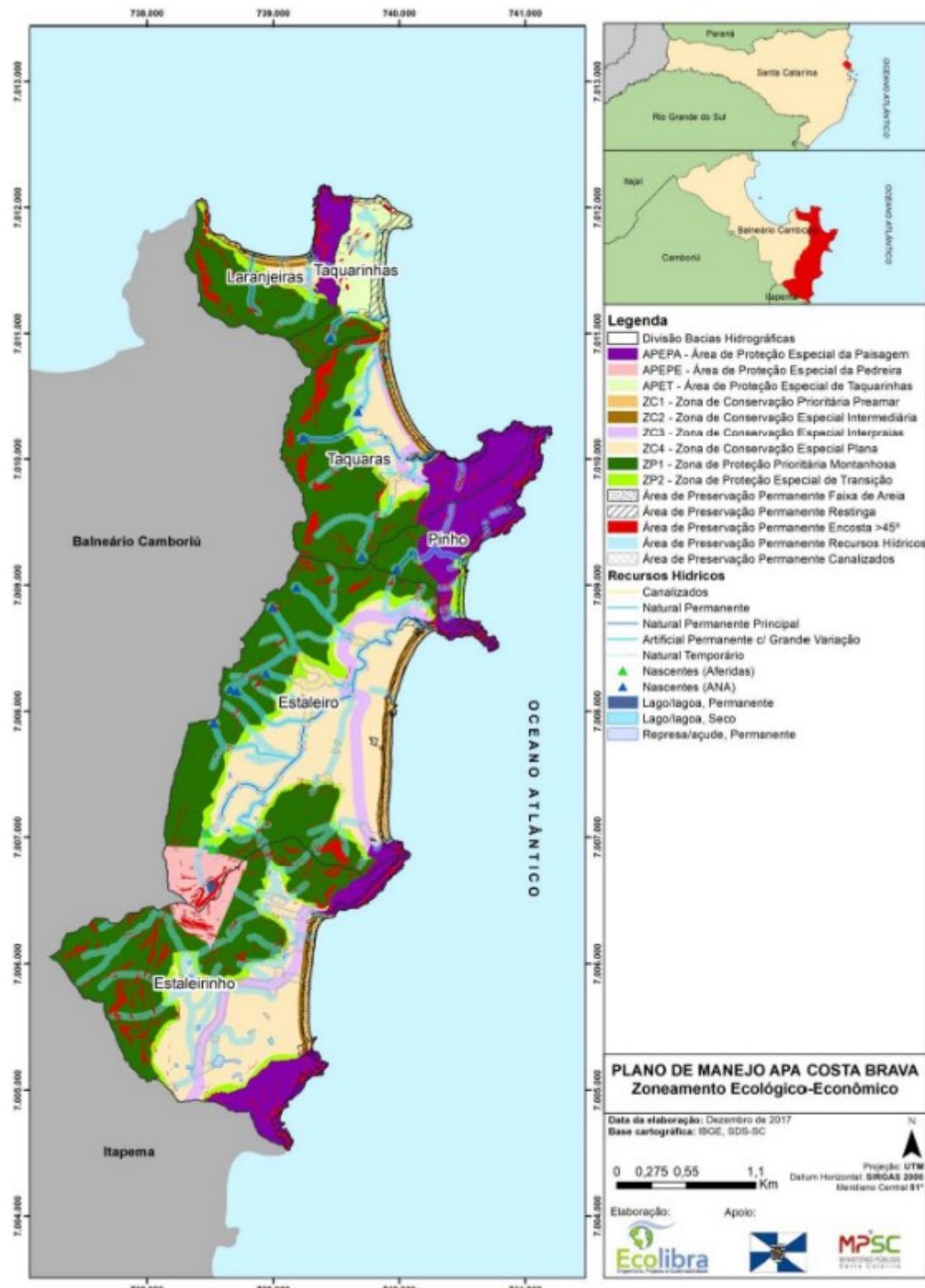


Figura 34 - Zoneamento Ecológico-Econômico – APA Costa Brava. Fonte: Ecolibra, 2017.

O Plano de Manejo da APA foi aprovado em 29 de dezembro de 2020 através do Decreto Municipal 10.215/2020. Durante as oficinas do Projeto Orla o Plano de Manejo era citado de forma recorrente uma vez que ambos foram elaborados com participação

social envolvendo o mesmo grupo de pessoas. Neste sentido, observa-se que área de gestão do Projeto Orla e da APA são sobrepostas em alguns trechos além de algumas atribuições (e provavelmente atores), ressaltando a compatibilização entre o PGI e o Plano de Manejo da APA Costa Brava, bem como outros instrumentos incidentes sobre a área, como o Plano Diretor Municipal.

Atividades Geradoras dos Problemas e Atores Envolvidos

A artificialização do litoral de SC foi iniciada nos anos 40, e causou primeiros impactos negativos aos habitat com a supressão da vegetação (Ferreira et al., 2009). O aumento dos acessos é um dos fatores mais relevantes da transformação no uso do solo e no processo de urbanização. O processo de artificialização da costa é descontínuo, problemas de natureza espacial social, ambiental, econômica e política podem ser repentinos (Ferreira et al., 2009).

A falta de visão sistêmica tem levado os governantes a tomadas de decisões inábeis, com aplicação de recursos em locais inadequados, não observando prioridades, impondo um exercício de enganos, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas (Dias, 2002). A especulação imobiliária desenfreada do litoral, em especial da construção de segundas residências, tem gerado a degradação da paisagem natural, configurando uma atividade turística autofágica, pelo fato de sua base (a construção civil) se tornar um adversário. O turismo autofágico gera também a perda da sustentabilidade da população "nativa", pois a grande maioria tem seus empregos relacionados com o turismo. Existe uma aparente competição entre a geração de emprego e a preservação ambiental, mas isso não é correto, pois o trabalho do meio ambiente torna-o sócio da economia, sendo decisivo para o seu desenvolvimento, como exemplo as áreas do turismo e meio ambiente, uns dos maiores geradores de emprego atuais (Dias, 2002). Buscar no turismo uma oportunidade econômica construída com base em princípios sustentáveis é um dos grandes desafios atuais (Polette, 2004).

A pressão demográfica e de exploração dos recursos costeiros que ocorre no Setor Centro-Norte catarinense, remete a cenários de conflitos de uso das faixas terrestres e marítimos, podendo levar a depleção de recursos naturais, culturais e sociais, levando ao comprometimento da qualidade de vida e qualidade ambiental.

Estes cenários são produtos de um desenvolvimento pouco ou nada planejado, que tendem a gerar panoramas futuros preocupantes, principalmente ao considerarmos fatores como: a crise econômica mundial, consequências do aquecimento global e mesmo as vulnerabilidades locais herdadas de um passado de exploração irracional. Neste sentido, o caráter de planejamento e a dotação de instrumentos de gestão capazes de articularem-se entre si, remetem ao Gerenciamento Costeiro, como a política titular na mitigação, atenuação e mesmo, mudanças de tais perspectivas (SPG/SC, 2010).

Pouco planejamento houve no início do adensamento populacional de Balneário Camboriú. As consequências do crescimento exagerado foram determinantes para o comprometimento do uso da praia. A pressão exercida pelo quase esgotamento do espaço físico na região da Praia Central (Figura 35), motivou lentamente a busca por alternativas turísticas ou das praias ainda pouco frequentadas da região Sul do município, de extraordinária beleza natural (Balneário Camboriú, 2003).



Figura 35 – Praia Central de Balneário Camboriú. Fotos: Power Produtora; Marcos Schaefer

Convém ressaltar, que este desenvolvimento acelerado como cidade-balneária ocorreu na região situada ao norte do Rio Camboriú, delimitada pelo Rio Camboriú, a

BR-101, o limite com o Município de Itajaí e o Oceano Atlântico. A região do Arraial do Bom Sucesso, hoje denominada de Barra, não apresentou o mesmo crescimento urbano que a região central. Da mesma forma, toda a região da orla ao Sul do Rio Camboriú, composta pelas praias de Laranjeiras, Taquarinha, Taquaras, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho, apesar da beleza natural de suas praias, ainda não sofreu intenso processo de ocupação. As mesmas são procuradas por aqueles que desejam atividades menos agitadas do que aquilo que a Praia Central oferece, como pesca, mergulho, naturismo e caminhadas. Porém, a pressão imobiliária exercida pelo esgotamento do espaço físico da região central e mesmo do Município vizinho de Itapema, ao sul, poderá intensificar a sua ocupação, o que pode resultar em impactos ambientais e sociais. Neste sentido, faz-se necessário o planejamento e o monitoramento contínuo de seu desenvolvimento (Balneário Camboriú, 2003).

O planejamento e organização do uso de uma área deve permitir o compartilhamento harmônico entre atividades de caráter econômico, social, cultural e ecológico. As fragilidades e a capacidade do meio abiótico e biótico devem ser consideradas ao se tratar do planejamento e da organização das atividades econômicas e da expansão urbana (Cristiano, 2014).

Atividades Geradoras

No quadro 1 verificamos que a falta de planejamento é citada como atividade geradora de pelo menos 22 problemas (26%) Como atividades geradoras do problema mais recorrente na orla de BC, a supressão da vegetação nativa, são citadas: a) Desrespeito à legislação ambiental; b) Uso indevido da área de vegetação de restinga; e c) Degradação ambiental. Tendo como principais impactos a i) Perda da biodiversidade, ii) Perda de proteção costeira; iii) Perda paisagística; e iv) Uso inadequado do solo.

Para o problema “Acesso perigoso, precário ou inadequado” a atividade geradora citada foi a “falta de manutenção e adequação”. Que por sua vez, resulta em impactos como: i) Supressão da vegetação da restinga; ii) Falta de acesso à praia; iii) Dificuldade de acesso do turista à praia.

Neste sentido, destaca-se a importância da implementação do Projeto Orla em BC, possibilitando o planejamento e a ação compartilhados por meio do PGI e do Comitê Gestor da Orla.

Quadro 1– Falta/ausência de planejamento como atividade geradora de aproximadamente 22 problemas.

PROBLEMAS	TRECHO	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA
Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	1.2 – 1.4	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens
Ausência de paraciclos	2.1 – 2.2	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta
Número insuficiente de banheiros públicos	2.1 – 2.2	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores
Falta de limpeza pública	1.6	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças
Mobilidade urbana na temporada de verão	1.11	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias
Transporte público deficiente	1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.9	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias
Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	1.2 – 1.4 – 1.8	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia
Falta de posto guarda vidas com banheiro	2.1	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas
Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9 – 3.2 – 1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.11	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia
Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9 – 3.2 – 1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.11	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística
Falta de estacionamento público	1.4 – 1.6 – 1.11 – 3.2	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística
Ausência de banheiro público	1.9	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros
Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	1.2 – 1.4 – 1.6 – 1.8 – 1.11	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com

PROBLEMAS	TRECHO	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA
		usuários de praia	banheiros
Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	2.1	Falta de planejamento; incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações
Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	3.2	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros
Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de naturismo	1.8	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão
Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	1.4	Ausência de planejamento	Demora no atendimento
Falta de arborização e áreas verdes de lazer	1.2 – 1.4	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas
Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	1.4	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento
Falta de banheiro público para pescadores artesanais	1.8	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios
Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	1.8	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local
Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	1.8	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão

Com relação aos problemas ligados à APA Costa Brava – i) Lenta efetivação do Plano de Manejo da APA Costa Brava em virtude da demora em sua aprovação (Plano de Manejo aprovado apenas em dezembro de 2020) e ii) Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava e possuir conflito de uso do solo quanto a ocupação da praia – as atividades geradoras listadas são:

- Falta de articulação do Conselho Gestor da APA Costa Brava;
- Desorganização e falta de informação da sociedade civil;
- Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.

Por sua vez, estes problemas causam:

- Insegurança jurídica;

- Desvalorização imobiliária;
- Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local.

Problemas e Potencialidades de Uso e Ocupação e Impactos na Orla

Atualmente Balneário Camboriú destaca-se como um dos maiores polos turísticos do MERCOSUL, onde mais de 1.500.000 de turistas circulam todo ano. Contribui para esta posição a sua localização estratégica, às margens da BR-101. As principais atividades econômicas são desenvolvidas ao norte do Rio Camboriú (Balneário Camboriú, 2003).

Apesar da importância que o município apresenta na exploração turística estadual e até nacional, esta não está refletida no rendimento médio da população residente. Mais de 60% da População Economicamente Ativa – PEA, que é de 39.498 pessoas, desenvolve atividades ligadas ao turismo e comércio. Pode-se verificar que 65,58% da população economicamente ativa recebe até 5 salários mínimos mensais (Balneário Camboriú, 2003). Em 2017, o salário médio mensal em BC era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava em 2017 as posições 50 de 295 e 18 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 684 de 5570 e 110 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 23.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 234 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5387 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Considerada como uma das cidades turísticas mais atrativas do Atlântico Sul, durante os meses de verão, quando atinge uma população que excede quase 10 vezes a sua população normal, Balneário Camboriú mantém toda a sua população fixa na área urbana, já que o município não possui área rural. O maior adensamento se dá na região central, sendo a região sul do município a de menor densidade. Todo esse fluxo de turistas tem gerado problemas de infraestrutura básica no balneário. A capacidade de abastecimento d'água fica reduzida com as estiagens, comuns nesta época, por vezes

não sendo suficiente para atender a população flutuante durante os meses de verão. Para não faltar água são necessárias medidas efetivas para evitar os conflitos de uso pela rizicultura no município vizinho. Na área estuarina deságua o rio, onde concentram-se ilhas fluviais que exibem uma vegetação característica de mangues e marismas. Município jovem vai fazendo história no litoral Sul do Brasil por possuir muita beleza natural e uma boa estrutura de serviços com expressivo parque hoteleiro e, nos últimos anos, servindo como base para milhares de visitantes que frequentam o complexo turístico Beto Carrero World, localizado no município de Penha, distante 30 minutos de Camboriú (Balneário Camboriú, 2003).

Principal centro de lazer de Santa Catarina, Balneário Camboriú é uma cidade em permanente crescimento (a indústria da construção civil é a maior do Estado), possuindo uma boa infraestrutura de serviços e servindo como sede para as demais praias vizinhas (Balneário Camboriú, 2003).

Entretanto, este crescimento contínuo e acelerado tem afetado a riqueza paisagística de Balneário Camboriú, base do turismo de sol e praia. Inúmeros são os interesses de natureza imobiliária presentes na região da Costa Brava, visto que a praia Central, área de maior adensamento e verticalização, diminui a cada ano as possibilidades de expansão horizontal do município. Assim, implementar o um Plano de Manejo capaz de direcionar o desenvolvimento futuro da Costa Brava é fator relevante e garantia de um cenário de conservação controlado e sustentável (Balneário Camboriú, 2018). Neste sentido o Plano de Manejo aprovado em dezembro de 2020 foi minucioso em restringir a ocupação com incentivo a construções sustentáveis.

No apêndice 2 e Anexo 16 é apresentado o “Quadro Síntese 2”, com os dados de cada trecho para:

- configuração local e usos;
- potencialidades;
- problemas;
- atividades geradoras;
- efeitos e impactos associados ao problema;
- projetos previstos ou em implantação, e;
- atores envolvidos

Problemas

Ao longo das oficinas do Projeto Orla de BC foram identificados 84 problemas (Quadro completo de Problemas e Ações nos apêndices 1 e 3), com uma média de 13 problemas por trecho. Na Figura 36 é apresentado o número de problemas por trecho, podemos observar que 1.1. (Ponta do Malta), 1.4. (Estaleiro) e 2.1. (Barra Sul) são os que apresentam maior número de problemas (17), seguidos pelos trechos de costões rochosos 1.3. (Ponta dos Coqueiros), 1.5. (Ponta do Lobo) e 1.7. (Ponta da Tartaruga), com 16 problemas recorrentes.

Cumpre destacar que não foram apresentados em oficinas problemas referentes ao sombreamento na faixa de areia da Praia Central, tampouco levantado o assunto de falta de espaço na faixa de areia em alta temporada. Aqui se destaca que o alargamento da faixa de areia já estava dado como fato certo para o município.

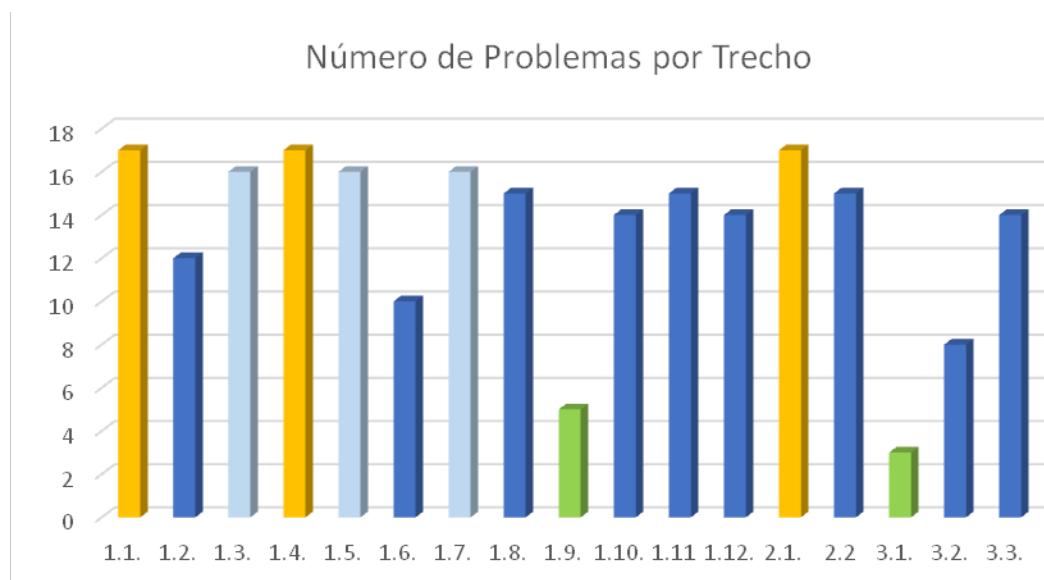


Figura 36 – Número de problemas por trechos avaliados em BC.

Destacam-se também os trechos com menor número de problemas, 3.1. e 1.9. Para o 3.1., Pontal Norte, foi citado apenas três problemas: i) Criminalidade e usos de drogas no período noturno; ii) Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha; e iii) Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia. E para o trecho 1.9., Taquarinhas, foram citados cinco problemas: i) Acesso perigoso, precário ou

inadequado, ii) Cachorro na praia, iii) Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava, iv) Transporte público deficiente, e v) Ausência de banheiro público.

Os problemas relacionados aos trechos de costões rochosos (1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3) são semelhantes e recorrentes entre si como:

- Resíduos sólidos deixados pelos usuários;
- Risco de acidentes;
- Resíduos sólidos trazidos pelo mar;
- Invasões;
- Degradação do ambiente natural;
- Queimadas;
- Criminalidade;
- Falta de informação e sinalização;
- Pesca ilegal com rede feiticeira;
- Pesca ilegal noturna;
- Risco de acidentes com embarcações;
- Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público;
- Falta de ordenamento do espelho d'água.

No Quadro 2 são apresentados os problemas mais frequentes nos trechos de orla, a Supressão de vegetação nativa é um problema recorrente em quase 65% dos trechos, ou seja, um problema que demanda ações emergenciais. O acesso às praias também está entre os problemas mais recorrentes, em 41,2% dos trechos.

Quadro 2– Problema mais frequentes na orla de BC, conforme identificação nas oficinas do Projeto Orla.
1= presente; 0 = ausente.

PROBLEMAS/TRECHOS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2	3.1.	3.2.	3.3.	N	%
Supressão da vegetação nativa / de restinga	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
Acesso perigoso, precário ou inadequado	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	7	41,2
Resíduos sólidos deixados pelos usuários	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Risco de acidentes	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Resíduos sólidos trazidos pelo mar	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
Invasões	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

PROBLEMAS/TRECHOS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2	3.1.	3.2.	3.3.	N	%	
Degradação do ambiente natural	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Queimadas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Criminalidade	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Falta de informação e sinalização	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Pesca ilegal com rede feiticeira	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Pesca ilegal noturna	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Risco de acidentes com embarcações	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Falta de ordenamento do espelho d'água	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2	
Cachorro na praia	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4	
Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4	
Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4	
Transporte público deficiente	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4	
Falta de estacionamento público	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	4	23,5
Poluição sonora	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5
Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5

Outros problemas recorrentes em menos de 30% das praias merecem destaque: Cachorro na praia; Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava¹; Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1); Transporte público deficiente; Falta de estacionamento público; Poluição sonora; e Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas.

Potencialidades

O município de BC teve a construção do primeiro PGI em 2003, no entanto, não obteve aprovação nas instâncias seguintes do fluxograma de encaminhamento (Figura 1), a que tudo indica, devido à inexpressividade de participação social. Mesmo assim o município persistiu na qualificação da gestão de suas praias ao criar a APA da Costa Brava (supracitada), ao buscar a certificação Bandeira Azul, ao aderir ao TAGP, entre

¹o Plano de Manejo foi aprovado em 2020

outras iniciativas. Dentre os desdobramentos do TAGP está a execução do Projeto Orla, com o qual, tem-se a elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), ou revisão, como no caso de Balneário Camboriú (BC), objeto deste documento.

Balneário Camboriú, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, desenvolve dois projetos de conscientização ambiental nas praias: O Praia Limpa e o Consciência na Praia. O Projeto Praia Limpa existe desde 2010 e as barracas estão localizadas na Praia Central da Barra Sul à Norte. O Projeto visa orientar turistas e moradores quanto ao descarte ambientalmente correto dos resíduos, especialmente na orla marítima. Junto a isso, são distribuídas sacolas de papel, que são biodegradáveis e permitem a redução dos resíduos gerados na praia, e as pulseiras de identificação às crianças, que objetiva garantir a segurança das mesmas (Relatório BC/TAGP, 2019).

O Projeto Consciência na Praia tem como objetivo sensibilizar e despertar os usuários das praias e a comunidade local do Estaleiro, Estaleirinho e Taquaras a respeito das seguintes temáticas: Nossos Ecossistemas, Águas Limpas, Animais na Praia, Resíduos Sólidos e Vida na Praia. O Projeto dissemina informações científicas de forma leve, lúdica e eficiente (Balneário Camboriú, 2019).

RENDIMENTO DO MUNICÍPIO:

Balneário Camboriú se destaca com premiações e reconhecimentos nacionais e internacionais, como:

- 2º Município com melhor IDH no estado e 4º do país [Fonte IBGE, 2010];
- 10º Município com melhor PIB per capita do estado e 188º do país [Fonte IBGE, 2016];
- 6º Município com melhor IFDM em SC e 49º no país [Fonte IFDM, 2016];
- 14º Município no ranking 100 melhores municípios bem-estar urbano [Fonte IBEU, 2016];
- Troféu Beto Carrero de Excelência no Turismo na modalidade Município Turístico [2017];
- 8º Destinos mais visitados para Lazer na demanda turística internacionais [Fonte MTUR, 2018];
- Uma das 15 cidades favoritas do Sul do Brasil [Fonte Expedia, 2018];

- Uma das 22 melhores praias do Brasil [Expedia, 2018];
- Selo Brasil Amigo da Pessoa Idosa do Ministério de Direitos Humanos [2018];
- 24º colocada no país e 3º em SC no Ranking Connected Smart Cities [Fonte Urban Systems, 2018];
- Certificado Bandeira Azul para as praias Estaleiro e Estaleirinho nas temporadas de Verão 2018/2019, 2019/2020, 2021/2022 e 2022/2023;
- Certificado Bandeira Azul para a praia de Taquaras na temporada 2022/2023;
- Uma das 26 cidades mais felizes do Brasil [Fonte Revista Bula, 2019];
- Prêmio Fiocruz Melhores Políticas Públicas do País Voltado para Idosos [2018];
- Prêmio de Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos [2018]; e
- Cidade mais segura do Sul do País [Revista Exame, 2018];
- 1º lugar no Eixo meio ambiente da Connect Smart Cities [Ranking Connect Smart Cities 2021];
- 1ª Cidade a receber o Selo Município Lixo Fora d'Água da Abrelpe e ISWA [2021];
- 1ª Cidade do Estado de SC no eixo meio ambiente pelo Tribunal de Contas através do Índice da Efetividade da Gestão Municipal [2022];
- 1ª Cidade em qualidade de vida e sustentabilidade pela Revista Isto é [2022].

Bandeira Azul

O selo internacional, Bandeira Azul, é concedido as praias e marinas que atendam a uma lista de critérios ligados a questões ambientais e qualidade da água. O Programa Bandeira Azul foi criado pela *Foundation for Environmental Education* (FEE), uma instituição internacional com integrantes representando seus respectivos países. No Brasil, o Operador Nacional do Programa é o Instituto Ambiente em Rede (IAR). As praias, marinas e embarcações inscritas no programa comprometem-se com o cumprimento de critérios propostos. Para ser certificada, a praia/marina/embarcação deve ser inicialmente aceita pelo Operador Nacional, recomendada pelo Júri Nacional e aprovada pelo Júri Internacional (Bandeira Azul, 2018).

O Júri Internacional é composto pela *Foundation for Environmental Education* (FEE), *World Conservation Union (IUCN)*, *European Union for Coastal Conservation*

(EUCC), United Nations Environmental Program (UNEP), World Tourism Organization (WTO), World Health Organization (WHO), International Life Saving (ILS), International Council of Marine Industry (ICOMIA) e Reef Check Program (Bandeira Azul, 2018).

As praias de Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho ficam na região das Praias Agrestes de Balneário Camboriú, na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava, um local cercado de vegetação nativa. Há um ano, essa região tem um plano de manejo, que determina as diretrizes e regramentos para o desenvolvimento sustentável da APA.

Na temporada 2018/2019 (figura36) as praias do Estaleiro e Estaleirinho estrearam no programa Bandeira Azul, as praias foram cadastradas na fase piloto do Bandeira Azul, e começou o trabalho para o cumprimento de todas exigências, baseadas em 34 critérios. Entre as ações para a conquista do certificado, estavam a formação do comitê gestor do programa, contratação de técnico especialista, análises de água, diagnóstico das praias e reuniões periódicas com a comunidade.

As praias do Estaleiro e Estaleirinho hastearam a Bandeira azul nas temporadas seguintes, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022 (*Figura 36*) e foram aprovadas pelo júri nacional do programa Bandeira Azul para a renovação do certificado do programa para a temporada 2019/2020. Ambas as praias tiveram aprovação, pelo quarto ano consecutivo, dos júris nacional e internacional do Programa Bandeira Azul. O selo é concedido a praias e marinas que atenderam a uma lista de critérios que envolvem qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infraestrutura, informação aos frequentadores e sensibilização ambiental.

Na temporada 2022/2023 além das praias do Estaleiro e Estaleirinho, a praia de Taquaras também recebeu a certificação que avaliou os 34 critérios exigidos pelos júris nacional e internacional (fotos abaixo).



Figura 37- Praias do Estaleiro e do Estaleirinho com a Bandeira Azul hasteada na temporada 2018/2019.
Fonte: Balneário Camboriú, 2019.

Estrutura Fundiária na Orla

A área na qual hoje se encontra o Município de Balneário Camboriú era ocupada, inicialmente, por índios tupis guarani. A presença dos indígenas está registrada nos sítios arqueológicos encontrados na Praia de Laranjeiras e na Ilha das Cabras, nos quais foram encontrados fósseis de 3.000 anos e sambaquis (Balneário Camboriú, 2015). Existem relatos referentes à colonização desde 1758, com algumas famílias que já moravam na margem esquerda do rio. Oficialmente, o povoamento da região ocorreu em 1826, quando Baltazar Pinto Corrêa, de origem açoriana, recebeu do governo da Província de Santa Catarina esta área para povoar. Ele e a sua família fixaram residência na margem esquerda do Rio Camboriú. Mais tarde, descendentes de alemães do Vale do Itajaí e Blumenau também se dirigiram para a região, constituindo o “Arraial do Bom Sucesso”. A região se destacou como o maior produtor de café de Santa Catarina. Além desta, a exploração das jazidas de mármore, granito e calcário se

destacava na atividade econômica. Nesta época a agricultura era valorizada e a faixa litorânea, desprezada (Balneário Camboriú, 2015).

O final da década de 1920 marca um novo período para a região, com o crescente interesse pela faixa litorânea. Principalmente por banhistas do Vale do Itajaí. Foram os alemães que trouxeram para a cidade o hábito de ir à praia. Até então, o banho de mar só era conhecido como tratamento medicinal ou pesca (os colonos achavam que 'mandar alguém para a praia' era uma ofensa). Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), os alemães mantiveram-se afastados de nossa praia para não ser hostilizado, já o exército brasileiro usou os hotéis e as moradias da praia como observatórios da costa brasileira. Com o fim do conflito, reiniciou-se o fluxo turístico (Balneário Camboriú, 2015).

Foi na década de 1960 que a atividade turística tomou o maior impulso, colocando a cidade como um dos grandes centros de turismo brasileiro. O centro comercial inicia o processo de desenvolvimento. Isto já é suficiente para que em 1964 a área litorânea seja desmembrada da sua porção rural e ganhe o status de município (Balneário Camboriú, 2015).

Na década de 1970 a construção da BR-101 possibilitou o acesso entre o Sul e o Norte do país, passando exatamente na porção central do município, sendo um fator marcante para o desenvolvimento urbano. No final da década de 1970 já se contabilizavam 40 hotéis. Inicia-se também uma expansão residencial transversalmente à linha da costa, em direção às encostas dos morros (Balneário Camboriú, 2015) (Figura 38 e Figura 39).



Figura 38 - Unidade de Planejamento 02. Fonte: IBGE, S/D. - Fotografias históricas da Praia Central



Figura 39 – Fotografias históricas de praias de Balneário Camboriú. A) Praia do Estaleiro; B) Praia de Laranjeiras Fonte: IBGE, S/D.

Segundo os dados do IBGE a população estimada para 2019 em BC é de 142.295 pessoas, no último censo (2010) foram contabilizadas 108.089 pessoas, com densidade demográfica de 2.337,67 hab/km². Cenário bem diferente do representado no PGI de 2003, com dados de 2000, a população era de 73.455 habitantes, com densidade demográfica de 1.469 hab/km², uma das mais altas de Santa Catarina. Representava cerca de 1,4% da população catarinense. A densidade demográfica continuou e continua em vertiginoso crescimento, acompanhando o crescimento populacional motivado pela expansão do turismo.

O município de Balneário Camboriú sofre uma forte influência da população flutuante, sendo que em alta temporada a população da cidade chega a atingir 450 mil pessoas simultaneamente. A Secretaria do Turismo, por meio de estudo que utiliza a quantidade de lixo como base de cálculo (produção de lixo domiciliar por pessoa), apresenta que no ano de 2019 (ano que não teve influência de pandemia do COVID-19) 3.616.867 pessoas passaram pelo município.

Até o momento não se pode afirmar que o alargamento da Praia Central resultará em significante aumento no número de turistas, tendo em vista que a cidade recebeu outros atrativos turísticos, bem como, acaba de sair de um período atípico (pandemia). Contudo, o turismo sol e mar teve grande aderência nesses últimos 2 anos, e acredita-se que o fluxo turístico em todo o litoral deve aumentar, especialmente o de Balneário Camboriú, capital catarinense do turismo.

Destaca-se na economia o setor secundário, cuja principal atividade é a indústria da construção civil, motivada justamente pelo turismo. O maior destaque, entretanto, é o setor terciário, com as atividades turísticas e comerciais. Atualmente, este setor é responsável por 99,21% da economia. Na década de 1990 o número de

estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços cresceu em 82,84%. O número de empresas com CNPJ atuantes em 1998 era de 4.958 (Balneário Camboriú, 2003).

Observado o histórico da ocupação, somado ao adensamento populacional e expansão da construção civil, na zona costeira, se tem como resultado inúmeros conflitos de uso em áreas da União, o que pode levar ao comprometimento da qualidade de vida e da qualidade ambiental. No Quadro 3 são apresentados alguns dos principais conflitos fundiários identificados e na Figura 23 está demonstrada a área de gestão deste plano e os limites dos terrenos da União em BC. Alguns destes conflitos poderão ser solucionados com as obras de reurbanização da Praia Central, acomodando as atividades de modo a cumprir os regramentos legais.

Quadro 3 – Principais conflitos fundiários de BC.

CONFLITO FUNDIÁRIO	ESTRUTURA FUNDIÁRIA	CATEGORIA DE USO DA UNIÃO	Trechos
Privatização (hotel) X acesso à praia	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	3.2
Ocupação (barracas de churros e milho) X usuários da praia	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	2.1, 2.2 e 1.11
Ocupação (cancha de bocha) X usuários da praia	Pública, faixa de praia (bem da União)	Uso comum do povo	2.2
Ocupação (bares e restaurantes) X usuários da praia	Pública, terrenos de marinha (bem da União)	Bem dominical	1.8, 1.11

CENÁRIOS DA ORLA

A classificação da orla integra o planejamento estratégico múltiplo, que dará subsídios para a tomada de decisões necessárias para se alcançar os cenários desejados. A construção de cenários é utilizada para descrever alternativas de futuro e baseia-se no conhecimento da situação atual (diagnóstico), para assim, se estabelecer tendências e delinear a situação desejada, que pode ser alcançada com ações de curto, médio e longo prazo (MMA/SQA, 2002).

Unidade 01 – Costa Brava

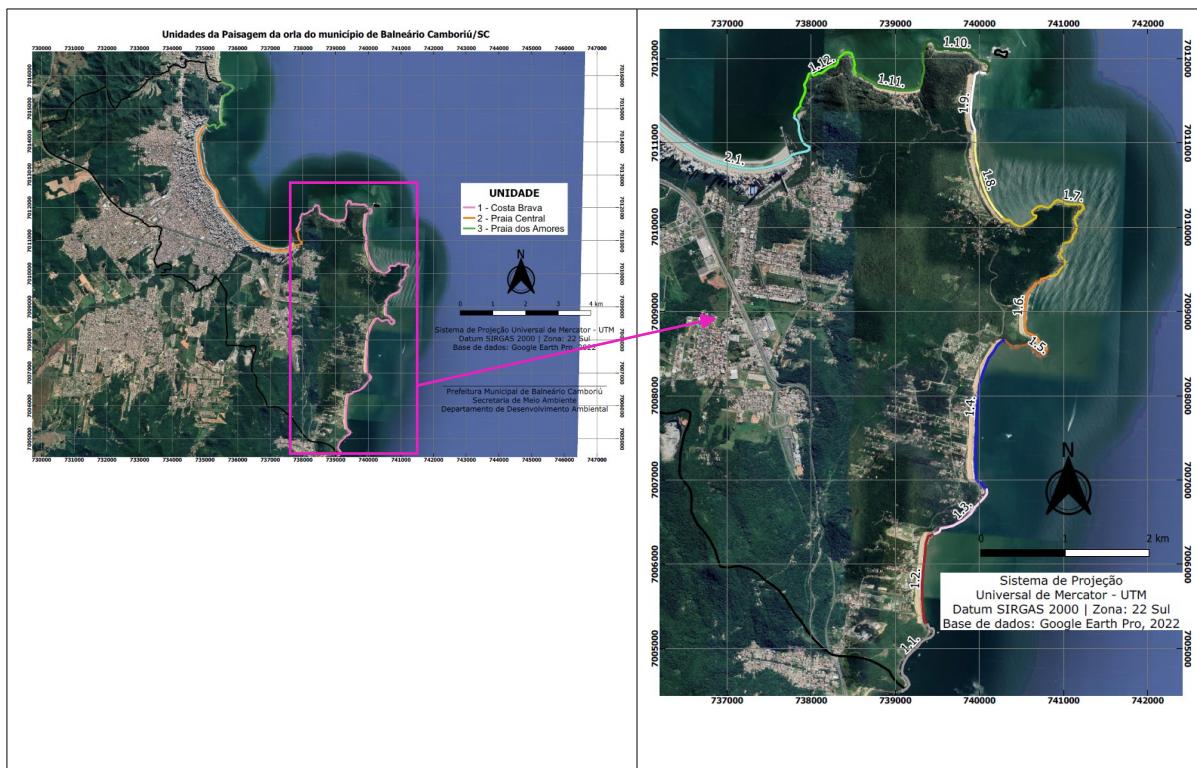


Figura 40 – Unidade 01 – Costa Brava.

Trecho 1.1. – Ponta do Malta

Cenário atual

- Área de costão rochoso.
- Mar inadequado para banho e morraria com vegetação preservada.
- Propriedades privadas (casa noturna desativada, parque aquático e de entretenimento), área residencial unifamiliar e comercial próximo à rodovia.

Cenário tendência

- Implantação da rede coletora de esgoto. As áreas de morro tendem a se manter preservadas com baixa ocupação.
- Ampliação da área residencial e comercial próxima à rodovia. Melhorias nos empreendimentos de entretenimentos.
- Implementação de ações previstas no plano de manejo da APA da Costa Brava.

Cenário desejado

- Plano de manejo da APA Costa Brava implementado.
- Desenvolvimento dos empreendimentos de entretenimento com infraestrutura adequada para clientes (estacionamento, disposição correta de resíduos).
- Alargamento e melhorias da rodovia interpraias devido à proximidade e acesso à BR 101.
- Ampliação da ocupação.
- Desenvolvimento urbano com residências uni e multifamiliares e mistas, obedecendo o zoneamento do plano de manejo da APA.
- Desenvolvimento de complexos hoteleiros tendo em vista a proximidade da BR 101 ser parte “central” do bairro.
- Ampliação do comércio.

Figura 40 - Trecho 1.1, Ponta do Malta, extremo sul de Balneário Camboriú

Trecho 1.2. – Estaleirinho

Cenário atual

- Esportes náuticos e campeonato de bodyboard. Vegetação de restinga razoavelmente preservada. Porém, em alguns trechos a restinga sofre contaminação biológica por espécies exóticas (pinus, casuarinas e etc).
- Urbanização razoável. Residências, restaurantes e comércio em geral.
- Casas de segunda residência e casas para aluguel de temporada.
- Não existe estação de tratamento de efluentes domésticos.
- Pesca artesanal desordenada.

Cenário tendência

- Ocupação familiar controlada.
- Aumento no fluxo de visitantes podendo ocorrer mais pisoteamento na vegetação de restinga aumentando a degradação ambiental na vegetação próxima da praia.
- Aumento no fluxo de veículos gerando uma série de impactos.

Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Desviar urgentemente a drenagem pluvial localizada abaixo da quadra de tênis no canto norte da praia, visto que é um atual foco de contaminação da água e da areia e coloca em risco a atual certificação de praia Bandeira Azul.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Levantamento dos ocupantes junto ao cadastro imobiliário da prefeitura e cadastro da SPU da Orla.
- Solicitar cessão de usos para fins públicos para criação de áreas verdes de lazer.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos últimos acessos dos cantos norte e sul da praia.
- Eliminar as trilhas irregulares sobre a vegetação de restinga. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, estacionamentos, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Termo de ajustamento para padronização de passarelas particulares ou a utilização do acesso público.
- Conclusão da rede coletora de esgoto no bairro;
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro (Elaboração de plano de drenagem).
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Pavimentação adequada para local com baixo tráfego de veículos.

- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Criar um ponto de observação da cultura local (rancho da pesca da Tainha) que possa ser incluída na rota cênica do município. (verificação da regularização do rancho de pesca).
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Manutenção das atividades e eventos aquáticos esportivos especialmente relacionados a prática de surf e body board.
- Manutenção das atividades esportivas da modalidade de vôlei.
- Adequação do posto guarda vidas no canto sul e com estrutura adequada com banheiro fora de faixa da areia de praia. Em área de terreno de marinha livre de ocupação sem restrição ambiental de acordo com o Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Em caso de aumento do fluxo de usuários de praia seja instalada uma infraestrutura de salvamento (casa guarda vidas) no canto norte da praia.
- Aumento controlado do número de turistas.
- Arborização urbana com vegetação nativa da mata atlântica.
- Padronização dos ranchos de pesca artesanal com banheiros eficientes.



Figura 41 - Trecho 1.2, Praia do Estaleirinho

Trecho 1.3. – Ponta dos Coqueiros

Cenário atual

- Trecho de costão rochoso, encostas e mar agitado.
- Predomínio de residências unifamiliares em condomínios.
- Vegetação ainda preservada na maior parte do trecho, com alguns fragmentos e clareiras.
- Prática de pesca com vara e redes no costão.

Cenário tendência

- Construção de residências mantendo as características atuais.
- Pressão imobiliária intermediária.

Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas preservadas e ocupação ordenada conforme o plano de manejo da APA da Costa Brava.



Figura 42 - Trecho 1.3, Ponta dos Coqueiros

Trecho 1.4. – Estaleiro

Cenário atual

- Baixo adensamento populacional.

- Orla razoavelmente preservada.
- Poucos acessos, porém com “avenida beira mar ainda desordenada.
- Praia de “tombo” ainda preservada.
- Boa qualidade de água.
- “Duas praias em uma” característica diferentes de uso (frequência).
- Ausência de rede coletora de esgoto e distribuição e abastecimento de agua deficiente.
- Alta insegurança urbana.
- Pouca Infraestrutura de apoio turístico.
- Presença de certificação de praia, Bandeira Azul.
- Ausência de sistema de drenagem.
- Baixa infraestrutura de mobilidade urbana.

Cenário tendêncial

- Aumento do adensamento populacional de forma ordenada e melhora continua da qualidade da praia.
- Aumento no número de edificações com o consequente aumento da impermeabilização do solo.
- Aumento do fluxo turístico.
- Aumento do fluxo de veículos levando a mais problemas de mobilidade urbana e ambientais.

Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo o estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.

- Recuperação da qualidade de água do rio do Porto e da galeria do Canto Sul da praia.
- Garantir a conservação da área localizada na margem sul do rio do Porto (Foz) e também na área central da praia (promontório rochoso).
- Ordenamento, regularização, adequação e padronização dos ranchos de pesca no Rio do Porto.
- Substituição da rua da Praia por acesso por passarela exclusiva para pedestres, conforme solicitado pela associação de moradores do bairro durante reuniões do comitê Bandeira Azul.
- Levantamento dos ocupantes junto ao cadastro imobiliário da prefeitura e cadastro da SPU da Orla.
- Solicitar cessão de usos para fins públicos para criação de áreas verdes de lazer.
- Restauração da vegetação de restinga sobre a atual rua da Praia e implantação de espaços de lazer e convivência anexados.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos pontos de erosão da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia nas porções norte e sul da praia. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Conclusão da rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Pavimentação adequada para local com baixo tráfego de veículos.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.

- Instalação de um mirante na extremidade norte da praia com conjunto de infraestruturas de apoio para visitação com possibilidade de inclusão na rota cênica.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Desenvolvimento de atividades e eventos aquáticos esportivos especialmente relacionados a prática de surf.
- Desenvolvimento e elaboração de um projeto de fundo artificial para prática de surf.
- Manutenção das atividades de maratonas aquáticas (travessias).
- Melhoria na mobilidade urbana e segurança pública, incluindo vias para pedestres, calçadas, ciclofaixas e melhor transporte público.
- Aproveitar a situação atual do uso da praia e a vocação da mesma para diferenciar o uso das faixas norte e sul. Na porção norte manter a rusticidade;
- Na porção sul a vocação de convivência e mais infraestrutura, seguindo diretrizes da APA Costa Brava.
- Pavimentação de todas as ruas.



Figura 43 - Trecho 1.4, Praia do Estaleiro

Trecho 1.5. – Ponta do Lobo

Cenário atual

- Porção de costão rochoso que avança no mar coberto em parte por vegetação de mata atlântica, não possuindo ocupação urbana.
- Possui área não edificante de 80 metros a partir da LPM demarcada pela Prefeitura.

Cenário tendência

- Preservação dos terrenos de marinha e faixa não edificante conforme Plano de Manejo da APA Costa Brava
- Baixa ocupação com uso residencial.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

Cenário desejado

- Preservação dos terrenos de marinha e faixa não edificante conforme Plano de Manejo da APA Costa Brava
- Baixa ocupação com multiuso voltado a hospedagem, entretenimento, serviços e residencial com projetos integrados a paisagem natural.



Figura 44 - Trecho 1.5, Ponta dos Lobos

Trecho 1.6. – Pinho

Cenário atual

- Praia delimitada por dois costões, norte e sul, com vegetação ainda preservada. Praia predominantemente turística com águas limpas.

- Possui ocupação com dois restaurantes e uma pousada. Um camping, duas residências e estacionamento particular.
- Acesso público livre onde o naturismo é tolerável.
- Falta de segurança nos costões e no acesso público.

Cenário tendência

- Preservação dos costões rochosos e da vegetação existente.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano de manejo com usos múltiplos.
- Redução da área de vegetação.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

Cenário desejado

- Manutenção da paisagem e preservação da qualidade cênica obedecendo ao estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Reestabelecer a imagem depreciativa/pervertida projetada sobre a praia de naturismo por meio de fiscalização de uso e práticas. Dessa maneira, impedir as atividades inadequadas exercidas que inibem a visitação de turistas e moradores locais de Balneário Camboriú.
- Reavaliar o uso naturista.
- Criar um ponto de informações turísticas com infraestrutura de base para a fiscalização de usos.
- Adequação das drenagens pluviais da faixa de areia da praia.
- Manutenção da vegetação de restinga na praia.
- Recuperar áreas de restinga nativa nos pontos de erosão da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: passarelas de acessos, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.

- Conclusão da rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Certificar a praia com o selo Bandeira azul.



Figura 44 - Trecho 1.6, Praia do Pinho

Trecho 1.7. – Ponta da Tartaruga

Cenário atual

- Localidade que avança no mar composta por costão rochoso e vegetação de mata atlântica e pastagem.
- Acesso onde há ocupação residencial com famílias tradicionais de pescadores e novos residentes.
- Vocation para mergulho autônomo e ancoragem de embarcações.
- Área da lagoa com ocupação nas margens.
- Lagoa de encontra poluída e assoreada.

Cenário tendência

- Preservação da faixa não edificante do costão rochoso.

- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor.
- Redução da área de vegetação nativa.
- Manutenção da ocupação irregular nas margens da lagoa com poluição e assoreamento.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.

Cenário desejado

- Desocupação das margens da lagoa.
- Despoluição e desassoreamento da lagoa.
- Criação de um parque municipal da lagoa.
- Certificação com Bandeira Azul.
- Preservação faixa não edificante dos costões.
- Baixa ocupação com multiuso voltado a hospedagem, entretenimento e serviços. Residências com projetos integrados a paisagem natural.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Regular o uso de embarcações no canto sul da praia.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas ecológicas e incluí-las na rota cênica.



Figura 45 - Trecho 1.7, Ponta da Tartaruga

Trecho 1.8. – Taquaras

Cenário atual

- Arrasto com rede na praia e pesca com vara.
- Estacionamento na via com parte em obra conflituosa.
- Canto sul da praia com ocupação por restaurantes, pousadas e ranchos de pesca na beira da praia.
- Lagoa pequena com acúmulo de matéria orgânica e eventualmente com deságue no mar em eventos de precipitação extrema.
- Ao longo da praia presença de vegetação de restinga arbustiva e arbórea com trilhas desordenadas e limitadas pela rodovia.
- Rede de esgoto implementada. Ampliação de deck dos restaurantes sobre a restinga com fechamento do acesso público.
- Banheiro privado abre de acordo com a demanda do restaurante.
- Saídas de drenagem no canto norte da praia.
- Com certificação Bandeira Azul.
- Presença de guarita de madeira de guardas vidas no canto sul da praia.

Cenário tendência

- Degradação da restinga com trilhas desordenadas.
- Implementação do plano de manejo da APA Costa Brava.
- Aumento de atividades e práticas desportivas na praia.
- Aumento expressivo no fluxo de turistas, principalmente no canto sul, com adensamento de construções.

Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica obedecendo ao estabelecido no Plano de Manejo da APA Costa Brava.
- Manter a certificação de praia Bandeira Azul.
- Recuperação da qualidade de água da Lagoa de Taquaras.

- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água, assim como, problemas de erosão.
- Restauração da vegetação de restinga no canto sul da praia.
- Recuperar áreas de restinga nativa da praia e retirar as espécies exóticas invasoras.
- Extinguir as trilhas sobre a vegetação de restinga e instalar passarelas de acesso à praia. Priorizar o uso de passarelas que minimizem o impacto sobre a vegetação.
- Inserir a informação (placas) da existência de banheiro privado de uso público no acesso do restaurante Taquaras.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Instalação de um ponto de informações turísticas com quiosque e banheiros públicos no canto sul da praia.
- Fiscalizar efetivamente a ligação das residências na rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.
- Adequar a via de acesso no canto sul priorizando os pedestres.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Inibir e fiscalizar a pesca predatória ilegal principalmente as com redes “feiticeiras”.
- Fomentar o desenvolvimento de modalidades de esportes de areia e aquática.
- Realocação dos restaurantes que estão sobre a restinga e manutenção da paisagem natural.
- Estacionamento público ordenado e recuperação da qualidade da água da lagoa.



Figura 46 - Trecho 1.8, Praia de Taquaras

Trecho 1.9. - Taquarinhas

Cenário atual

- Área de propriedade da Caixa Econômica Federal.
- Só existe uma ocupação na área.
- Ambientalmente ainda muito bem preservada, porém apresenta algumas espécies exóticas. Destaque para pinheiros ciprestes e agave.
- O estágio avançado de recomposição da vegetação de restinga na praia, pode ser considerado como uma referência de praia sem nenhuma ocupação.

Cenário tendência

- A tendência é a venda de toda a área por meio de leilão público.
- A aprovação do Plano de Manejo da APA tornou possível a ocupação bastante restritiva por projetos especiais a serem avaliados pelo Conselho Gestor da APA, reforçando as normas de preservação da localidade.

Cenário desejado

- Área de conservação visando a manutenção da paisagem natural, sem edificações. Máximo de preservação possível.

- Criação de um Parque Natural Municipal com trilhas ecológicas com projeto de ecoturismo.
- Permanência da faixa não edificante de 300 metros.
- Aprimoramento do estacionamento e infraestrutura de visitação no mirante anexo a avenida.
- Infraestruturas necessárias apenas visando o aprimoramento do serviço de limpeza e segurança.
- Potencial ponto turístico na rota cênica do município de Balneário Camboriú.

Figura 47 - Trecho 1.9, Praia de Taquarinhas

Trecho 1.10. – Ponta das Laranjeiras

Cenário atual

- Localidade composta por costão rochoso e vegetação de mata atlântica.
- Vocações para mergulho e atividade de pesca.
- Trilhas de caminhada no costão.
- Presença poucas edificações.
- Ambiente bem preservado.

Cenário tendência

- Preservação da faixa não edificante do costão rochoso.
- Ocupação das áreas permitidas pelo plano diretor.
- Redução da área de vegetação nativa.
- Risco de ocupação irregular e degradação ambiental.
- Aumento no número de embarcações circulando próximo ao costão.

Cenário desejado

- Preservação faixa não edificante dos costões.
- Baixa ocupação de residências.
- Residências com projetos integrados a paisagem natural.

- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas existentes.



Figura 48 - Trecho 1.10, Ponta das Laranjeiras

Trecho 1.11. – Laranjeiras

Cenário atual

- Praia turística com baixo número de população residente, porém forte densidade comercial.
- Presença de sítio arqueológico negligenciado.
- Alta exploração turística.
- Restaurantes na linha de praia, sobre a faixa de restinga.
- Fácil acesso à praia central. Fluxo de embarcações com estrutura de apoio.
- Alto tráfego de veículos causando congestionamento em época de temporada.
- Rede de água e esgoto ainda não funcionando 100%.
- Balneabilidade e qualidade da água boa, mas com possibilidade de influência do rio Camboriú.
- Ausência de sistema de drenagem.
- Mobilidade urbana atualmente deficitária.
- Atividade de maricultura e pesca artesanal.

- Planejamento urbanístico deficitário.
- Conflitos de uso de estrutura náutica – trapiche.

Cenário tendência

- Aumento do número de construções e moradores.
- Saturação da infraestrutura turística.
- Perda da qualidade ambiental da praia. Aumento do fluxo de turistas.

Cenário desejado

- Manutenção da paisagem nas áreas não ocupadas, integrando na medida do possível as edificações à paisagem e implantando-se plano urbanístico-paisagístico que preserve a qualidade cênica.
- Retirada das drenagens pluviais da faixa de areia das praias com a finalidade de evitar contaminação do sedimento e da água e recuperação da restinga.
- Recuperar áreas de restinga nativa da praia e retirar as espécies exóticas invasoras (incluindo sombreiros).
- Definição do local para o pessoal da pesca.
- Planejamento da maricultura.
- Efetivar as ações citadas no PRAD de Laranjeiras que incluem o recuo dos empreendimentos sobre a praia e restinga para a recuperação das mesmas.
- Fortalecimento das atividades culturais do evento arrancadão de canoas.
- Desenvolvimento de um Centro Histórico Antropológico visando contar a história local e dos primeiros habitantes (tribos indígenas) do município.
- Potencialidade de utilização do Centro Histórico Antropológico para atividades de educação ambiental.
- Instalar e adequar infraestruturas de praia tais como: acessos, rampas, passarelas, duchas e lava-pés, banheiros, contentores de resíduos sólidos e placas informativas.
- Fiscalizar efetivamente a ligação das residências na rede coletora de esgoto no bairro.
- Instalação, revisão e manutenção da rede de drenagem pluvial do bairro.
- Aprimorar o serviço de limpeza da praia e da orla.

- Adequar acessos priorizando os pedestres.
- Incentivar atividades de Educação Ambiental para conscientizar um uso mais sustentável nesta área buscando o fortalecimento do ecoturismo.
- Desenvolvimento de atividades de mergulho e manutenção da qualidade ambiental do local.
- Regular o uso de embarcações no canto leste da praia.
- Incrementar infraestruturas de apoio para exploração sustentável das trilhas ecológicas e incluí-las na rota cênica.
- Ordenamento do uso da orla (planejamento urbano), especialmente na faixa de areia.
- Planejar e ordenar o aumento do fluxo de turistas para evitar a hiper-saturação.
- Regularização de estrutura náutica - trapiche visando atender usos múltiplos.



Figura 49 - Trecho 1.11, Praia de Laranjeiras

Trecho 1.12. – Aguada

Cenário atual

- Trecho com alta circulação de embarcações no costão e áreas privadas.
- Uso da área como mirante de observação na parte mais alta.
- Uso de pesca recreativa e maricultura.

Cenário tendência

- A tendência é a ocupação irregular nas encostas.
- Aumento do número de embarcações circulando e até a possibilidade de criação de estruturas para atracação de navios de turismo.

Cenário desejado

- Manutenção da vegetação existente com a retirada das espécies exóticas.
- Permanência do mirante de visitação e trilhas nos costões.
- Que seja discutido com a sociedade o possível desembarque de navios turísticos.
- Instalar placas nas trilhas do costão como instrumento de educação ambiental.

Figura 50 - Trecho 1.12, Aguada

Unidade 02 – Praia Central

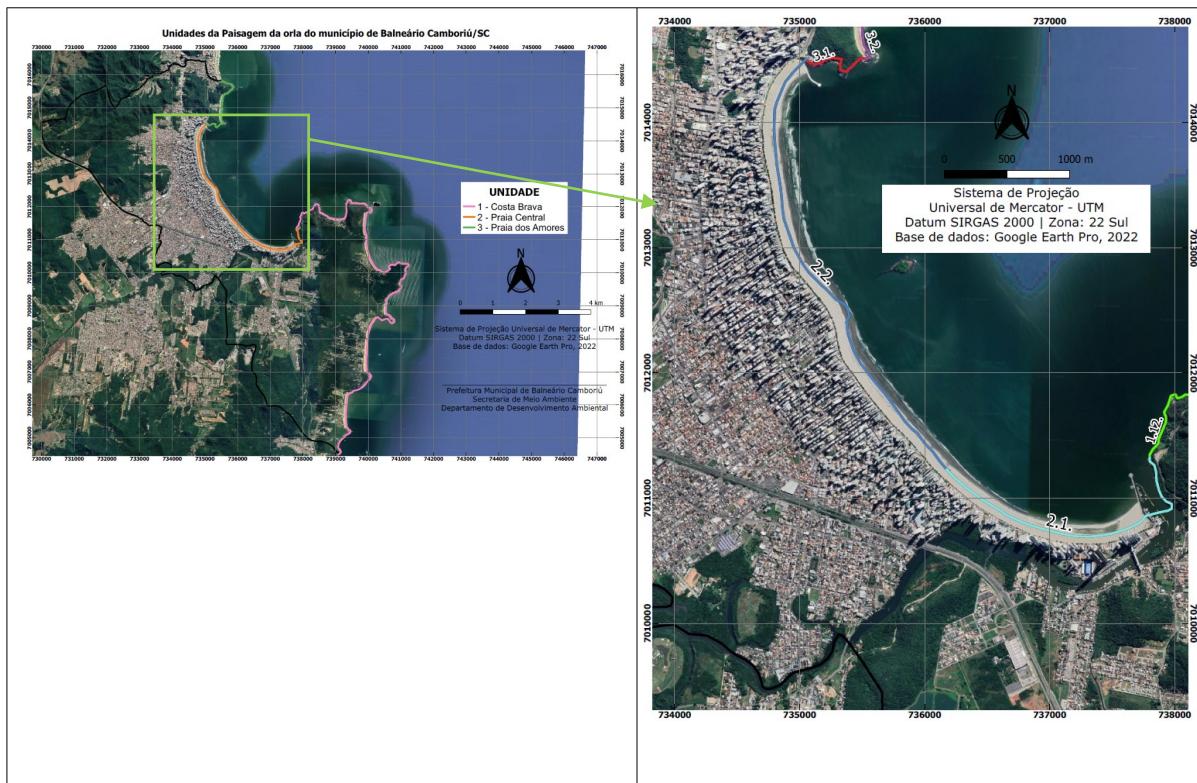


Figura 41 – Unidade 02 – Praia Central.

Trecho 2.1. – Barra Sul

Cenário atual

- Área bastante urbanizada com edifícios de alto gabarito.
- Contempla sistema de tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana.
- Sofre com eventos de maré cheia e ressacas associado a período de chuva.
- Apresenta avenida beira mar, quiosques, equipamentos turísticos e mobiliários urbano, ciclo faixa e atividades de hotelaria, gastronomia (bares e restaurantes).
- Praia possuía pequena largura de faixa de areia e elevada densidade de usuários que foi solucionada em 2021 com a obra do aterro hidráulico.
- Múltiplas atividades esportivas na faixa de areia e atividades náuticas.
- Presença de arribadas de organismos marinhos exóticos, eventos artísticos na temporada (arenas de eventos) e turismo de sol e mar.
- Atividades de pesca artesanal, marinas, estruturas de apoio náutico de pequeno e grande porte.
- Existência de molhe;
- Possui um atracadouro de barcos de pequeno e médio porte, que serve também como receptivo de embarcações de grande porte como cruzeiros.
- Festas tradicionais e patrimônios históricos, artístico e cultural.

Cenário tendência

- Adensamento da ocupação urbana por edifício de elevado gabarito, saturação do sistema viário.
- Risco de processo de erosão praial e a longo prazo degradação da avenida e calçada por eventos de ressaca e marés.
- Perda da qualidade paisagística.
- Incremento de atividades turísticas e náutica.
- Perda da qualidade de água do rio Camboriú em virtude da falta de saneamento do município vizinho.
- Aumento do conflito entre moradores e praticantes de atividades esportivas na praia e na água.
- Especulação e interesses de instalação de grandes empreendimentos.

Cenário desejado

- Aprimorar o padrão de urbanização existente buscando oferecer um maior conforto e segurança aos usuários da praia.
- Manutenção da área criada pelo alargamento da faixa de areia com objetivo de proteção costeira e disponibilidade de espaço para usos múltiplos e recuperação de restinga.
- Planejamento e ordenamento das atividades esportivas e usos diversos.
- Ampliação das calçadas para eventos multiusos.
- Conjunto de infraestruturas e equipamentos de praia com acessibilidade.
- Manter 2 faixas de rodagem. Criar 1 faixa de serviço. Criar duas 2 faixas (corrida e ciclos).
- Estruturas subterrâneas de contenção de alagamentos/drenagem.
- Incremento e criação de postos guarda vidas, saúde, estrutura de apoio para atividades esportivas e turísticas.
- Melhoria na mobilidade urbana.
- Recuperação da qualidade de água do rio Camboriú e da enseada de Camboriú.
- Manutenção da pesca artesanal, atividade permanente de desassoreamento do rio Camboriú.
- Ordenamento das atividades e tráfego/fundeio de embarcações no espelho d’água.
- Restrição a implantação de estruturas, atividades portuárias e de grande porte que venham alterar as configurações locais.
- Controle de “blooms” de espécies marinhas exóticas e invasoras.
- Criação do parque linear do rio Camboriú e manutenção dos ecossistemas adjacentes.



Figura 52 - Trecho 2.1, Barra Sul

Trecho 2.2. – Praia Central

Cenário atual

- Área bastante urbanizada com edifícios de alto gabarito.
- Contempla sistema de tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e drenagem urbana. Sofre com eventos de maré cheia e ressacas associadas a período de chuva, porém com menor intensidade que o trecho 2.1.
- Apresenta avenida beira mar, quiosques, equipamentos turísticos e mobiliários urbano, ciclo faixa e atividades de hotelaria, gastronomia (bars e restaurantes).
- Praia com elevada densidade de usuários.
- Múltiplas atividades esportivas na faixa de areia e atividades náuticas.
- Presença de arribadas de organismos marinhos exóticos, eventos artísticos e esportivos (arenas de eventos) e turismo de sol e mar.
- Atividades de pesca artesanal, estruturas precárias de apoio à pesca artesanal.
- Construção do molhe do rio Marambaia.

Cenário tendência

- Adensamento da ocupação urbana por edifício de elevado gabarito, saturação do sistema viário.

- Risco, em menor proporção do que no trecho 2.1, de processo de erosão praial e degradação da avenida e calçada por eventos de ressaca e marés. Perda da qualidade paisagística.
- Incremento de atividades turísticas e náutica.
- Perda da qualidade de água do rio Marambaia.
- Aumento do conflito entre usuários de praia e praticantes de atividades esportivas na praia e na água.
- Especulação e interesses de instalação de grandes empreendimentos.
- Aumento da Exploração comercial inadequada de atividades náuticas e esportivas e vendedores ambulantes.
- Aumento no conflito de uso na ciclofaixa e nas calçadas.

Cenário desejado

- Aprimorar o padrão de urbanização existente.
- Manutenção do alargamento da faixa de areia com objetivo de proteção costeira e disponibilidade de espaço para usos múltiplos e recuperação de restinga.
- Planejamento e ordenamento das atividades esportivas e usos diversos.
- Ampliação das calçadas, e faixa de areia para eventos multiusos e banho/lazer.
- Conjunto de infraestruturas e equipamentos de praia com acessibilidade.
- Manter 2 faixas de rodagem. Criar 1 faixa de serviço. Criar duas 2 faixas (corrida e ciclos).
- Estruturas subterrâneas de contenção de alagamentos/drenagem.
- Incremento e criação de postos guarda vidas, saúde, estrutura de apoio para atividades esportivas, turísticas e de salvamento com embarcação.
- Melhoria na mobilidade urbana.
- Recuperação da qualidade de água do rio Marambaia e da enseada de Camboriú.
- Manutenção da pesca artesanal.
- Ordenamento das atividades e tráfego/fundeio de embarcações no espelho d'água.

- Restrição a implantação de estruturas, atividades portuárias e de grande porte que venham alterar as configurações locais.
- Controle de “blooms” de espécies marinhas exóticas e invasoras.
- Criação do parque linear do rio Marambaia e manutenção dos ecossistemas adjacentes.



Figura 53 - Trecho 2.2, Praia Central

Unidade 03

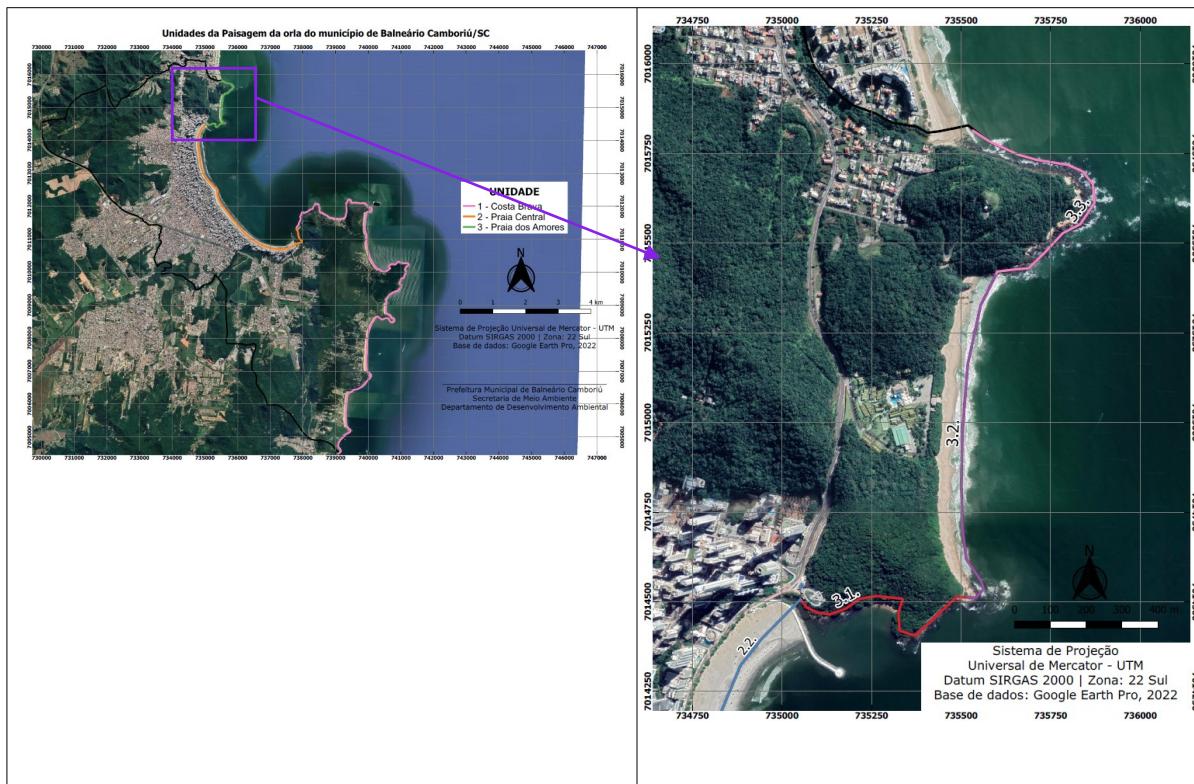


Figura 42 – Unidade 03 –Praia dos Amores.

Trecho 3.1. – Pontal Norte (3.1, 3.2, 3.3)

Cenário atual

- Área de baixa ocupação, coberta por vegetação.
- Passarelas e trilhas de acesso.
- Equipamentos públicos, de lazer, segurança e uma residência e uma edificação mista.
- O trecho é composto por costão rochoso e pequena faixa de areia (prainha).
- Uso de pesca amadora.
- Roda gigante.

Cenário tendência

- Aumento da visitação.
- Implantação de novos equipamentos turísticos.
- Perda de vegetação por uso irregular.
- Diminuição da segurança.

Cenário desejado

- Manter a área de baixa ocupação, manter a cobertura vegetal.
- Manter as passarelas e aprimorar as trilhas de acesso.
- Manter os equipamentos públicos, de lazer e segurança.
- Transformar as edificações existentes em estruturas de uso público.
- Manter as características naturais e paisagísticas do local.
- Uso de pesca amadora.
- Aumento da visitação.
- Implantação de equipamentos turísticos.
- Aumentar a segurança.
- Manutenção das características naturais da prainha recuperando a qualidade da água.



Figura 56 - Trecho 3.1, Pontal Norte

Trecho 3.2. – Praia do Buraco

Cenário atual

- Praia bem preservada.
- Presença de um hotel de alto padrão que dificulta o acesso público de carro.
- Faixa de areia em frente ao hotel sendo utilizada exclusivamente pelos hóspedes do hotel.
- Não possui infraestrutura para usuários que não estão hospedados no hotel.

Cenário tendência

- Que o trecho continue sendo explorado apenas pelo hotel, podendo gerar conflitos com usuários que não estão hospedados no hotel.
- Manter o ambiente preservado considerando que o hotel é proprietário da maior parte do trecho.

Cenário desejado

- Manutenção do ambiente natural preservado.
- Implantação de infraestrutura básica para atendimento aos turistas que não estão hospedados no hotel.
- Conter possíveis tentativas de ampliação do hotel.
- Resolução do conflito de uso da faixa de areia em frente ao hotel, permitindo que qualquer usuário possa ficar nessa área.
- Que seja melhorado o acesso para praia para quem vai de carro.



Figura 57 - Trecho 3.2, Praia do Buraco

Trecho 3.3. – Praia dos Amores

Cenário atual

- Trecho com costão rochoso (morro do careca), porém, com residências na parte próxima a estrada da Rainha.

- Morro do careca é utilizado como mirante e ponto de decolagem para voo livre
Ambiente relativamente bem preservado.

Cenário tendência

- A tendência é o aumento do número de residências nos lotes ainda disponíveis no bairro.
- Aumento no número de turistas e usuários no morro do careca, buscando a contemplação da natureza e prática de voo livre.
- Maior pressão na vegetação existente no morro do careca.

Cenário desejado

- Proporcionar uma ocupação ordenada.
- Preservar o morro do careca dotando de infraestrutura para os turistas.
- Manter a vegetação nativa do morro.
- Aprimorar a segurança.
- Compatibilização de ações com o município de Itajaí;



Figura 58 - Trecho 3.3, Praia dos Amores

Ao que importar ações de recuperação de vegetação nativa e de educação ambiental, as ações serão em concordância com Lei n 12.651/2012, bem como Lei 11.428/2006 e resoluções pertinentes ao objeto pretendido.

AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

Totalizaram 124 ações e medidas elencadas para a resolução dos 84 problemas identificados, apresentadas de forma completa nas tabelas Excel do PGI constantes no dossiê. Os quadros com a i) síntese dos problemas dos trechos e ações relacionadas (“Quadro 4”), e com as ii) ações e medidas, finalidade, duração e responsável (“Quadro 5”), são apresentados Anexo 17 e Anexo 18, respectivamente, bem como no apêndice 3, devido ao tamanho. Neste sentido, abordamos aspectos gerais para um panorama sobre o número de ações e medidas previstas por trecho e as mais recorrentes.

Os trechos 1.4. e 2.1. são os que compreendem maior número de ações e medidas, 31 e 30 respectivamente, e estão entre os com maior número de problemas, corroborando com o resultado obtido. O trecho 3.1. é o com o menor número de ações previstas (4), seguido pelo 1.9. Taquarinhas, com nove ações previstas, o que está de acordo com o levantamento dos problemas, que também são poucos para estes trechos. Na Figura 43 é apresentado o número de ações e medidas por trecho de planejamento analisado com o Projeto Orla BC.

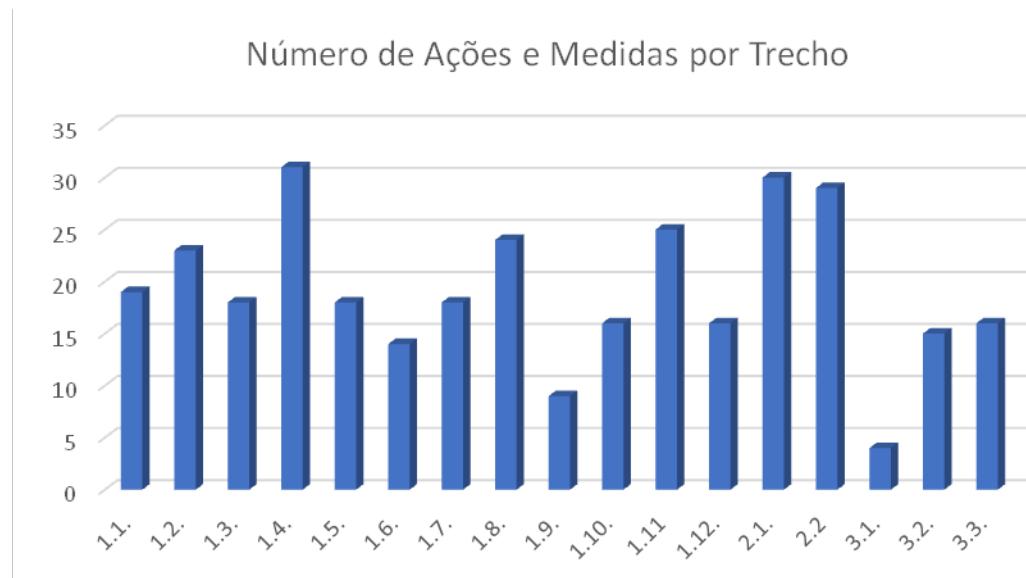


Figura 43 – Gráfico com o número de ações e medidas definidas por trecho de orla de BC.

Como pode ser observado no Quadro 4, das 124 ações e medidas, quatro devem ser empregadas em 64,7% dos trechos (11), são elas:

- Remoção de espécies exóticas;
- Cercamento de áreas a serem recuperadas;

- Reintrodução de espécies nativas;
- Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.

Outras 11 ações e medidas recorrem em 41,2% dos trechos (7): Campanha de educação ambiental e conscientização; Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio; Implantação do Programa Resíduos sólidos fora d'água; elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar; Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes; Programa de monitoramento de recursos hídricos; Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraias; Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região; Instalação de infraestruturas informativas; Incremento da fiscalização ambiental marinha; e Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho (Quadro 4).

Quadro 4– Ações e medidas recorrentes para 64,7% e 41,2% dos trechos de orla de BC. 1= presente; 0 = ausente.

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	Trecho / Ação	%
102	Remoção de espécies exóticas;	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
104	Reintrodução de espécies nativas.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	11	64,7
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
113	Implantação do Programa Resíduos sólidos fora d'água.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	Trecho / Ação	%
	a região da APA e Interpraias	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1		
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
119	Instalação de infraestruturas informativas	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7	41,2

Ações e medidas como: Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas); Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um *dog park* na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização; Cobrar um plano de trabalho do Conselho Gestor da APA buscando a finalização do processo; Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas; Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus, são citados para 29,4% (5) dos trechos de BC. E outras seis ações são citadas para 23,5% dos trechos (Quadro 5):

- Demarcação de locais para estacionamento público;
- Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público);
- Instalação de paraciclos/bicletário;
- Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;
- Instalação de placas informativas sobre o tema;
- Implantação de boias sinalizadoras.

Quadro 5– Ações e medidas recorrentes para 29,4% e 23,5% dos trechos de orla de BC.

N	AÇÕES E MEDIDAS	1.1.	1.2.	1.3.	1.4.	1.5.	1.6.	1.7.	1.8.	1.9.	1.10.	1.11.	1.12.	2.1.	2.2.	3.1.	3.2.	3.3.	Trecho / Ação	%
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4
17	Criação de um dog park na APA	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	29,4

	Costa Brava;																				
18	Castração/vacina e fiscalização;	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
106	Buscar novas alternativas de transporte público;	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	29,4
51	Demarcação de locais para estacionamento público;	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4	23,5	
52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público);	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4	23,5	
53	Instalação de paraciclos	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4	23,5	
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	23,5	
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	23,5	
123	Implantação de boias sinalizadoras	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	23,5	

SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

A história da Zona Costeira (ZC) brasileira tem início a partir da década de 1960. A Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) foi criada em 1974, para implementar programas de Zoneamento da ZC junto aos órgãos estaduais (Gruber et al., 2003). No Brasil, a ZC é Patrimônio Nacional conforme os termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo ter uma ocupação e exploração sustentável (Brasil, 1988a).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Lei nº 7.661/88, Decreto nº 5.300/04, define ZC como o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, composta por uma faixa marítima e uma terrestre (BRASIL, 1988b). Estabelece o limite o espaço de 12 milhas náuticas medidas a partir da linha de base, para a **faixa marítima**, como e, o espaço ocupado pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos costeiros, para a **faixa terrestre** (Brasil, 2004) (Figura 44).



Figura 44 - Delimitação da ZC brasileira: faixa terrestre, faixa marítima e Zona Econômica Exclusiva. Fonte: Cristiano (2014) adaptado de MMA/SQA (2002).

Na ZC está inserida a orla marítima, que consiste em uma unidade geográfica de interface entre a terra e o mar, com fenômenos de ambos os ambientes em interação (BRASIL, 2004). Na ZC inserem-se também os terrenos de Marinha, que correspondem a uma faixa de 33 m, medidos para a terra da posição da linha da preamar média de 1831, em áreas situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios, lagos e as que contornam as ilhas, situadas em zona onde se senta influência das marés (BRASIL, 1946).

A Lei Nacional do Gerenciamento Costeiro institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que estabelece normas para a gestão da costa brasileira. É responsabilidade do PNGC a gestão da costa, sua proteção ambiental e orientação para a utilização racional dos recursos naturais, para a elevação da qualidade de vida, e a proteção do patrimônio; e instrumentos (BRASIL, 1988B). O Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) busca adequar o PNGC as novas demandas. O PNGC II estabelece a descentralização da gestão da ZC (CIRM, 1997).

A Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro especifica ainda que estados e municípios poderão instituir seus próprios Planos de Gerenciamento Costeiro, através de lei, conforme normas e diretrizes do PNGC e o disposto na lei. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/SC) de Santa Catarina foi legalmente instituído em 2005.

Dentre os instrumentos legais disponíveis para a gestão do ambiente costeiro brasileiro destacamos o Projeto Orla, que consiste em uma ação integrada do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria do Patrimônio da União, para aperfeiçoar o ordenamento da orla, compatibilizando políticas ambiental, urbana e patrimonial. Os limites de orla e classificações definidas no Projeto Orla são regulamentados pelo Decreto Federal nº 5300 de 8 de dezembro de 2004.

O Projeto Orla está inserido no Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC) desde sua segunda versão (2005). Este documento visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação e estabelecendo o referencial acerca da atuação da União na região.

Base legal existente que permita implantar as ações normativas

O Brasil possui uma série de normas, leis, decretos e resoluções que, regulam usos e atividades na costa, além da Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro (Scherer et al., 2009). Importante ressaltar que o Projeto Orla é uma diretriz importante para o planejamento da zona costeira, mas por si só não aprova a implantação das ações e obras nele indicadas, sendo necessário a submissão as legislações existentes nas diferentes esferas.

Legislação Federal

Constituição de 1988

Leis

Lei 7.661/88 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)

Lei 9.636/98 - Lei Patrimonial da União

Lei nº 9.795/1999- Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC.

Lei nº 9.984/2000- Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

Lei nº 10.257/2001- Estatuto da Cidade.

Lei nº 10.233/2001- Dispõe a reestruturação de transportes aquaviários e terrestres e cria o Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Lei nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção de vegetação nativa do Bioma de Mata Atlântica.

Lei nº 11.445/2007 – Institui as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico.

Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Instituto Chico Mendes; e dá outras providências.

Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Lei nº12.651/2012 – Código Florestal

Lei 13.139/2015 - Lei Patrimonial da União

Lei 13.240/2015 - Lei Patrimonial da União

Decretos

Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1934 - Código de Águas.

Decreto nº 85.206, de 25 de setembro de 1980. Altera o artigo 8º do Decreto nº 76.389, de 3 de outubro de 1975, que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição Industrial.

Decreto nº 3.725/2001 – Regulamenta a Lei nº 9636/98.

Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, e dá outras providências.

Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a lei 9.795/1999.

Decreto Federal que Regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. 2004.

Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004.

Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Portarias

Portaria 113/2017 - Aprova o Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP)

Parecer jurídico que aprova a minuta do TAGP

Portaria 4.192/2018 - Institui o Núcleo de Gestão de Praias na SPU (NUGEP)

Portaria 6.446/2018 - Altera a Portaria 4.192/2018

Portaria 1/2014 - Normatiza as Permissões de Uso para Eventos em áreas da União

Portaria 440/1996 - Institui o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco)

Resoluções

CIRM. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (1997). Resolução n. 5, de 03 de dezembro de 1997.

CONAMA nº 237/1997;

CONAMA nº 274/2000

CONAMA nº 357/2005

CONSEMA nº 08/2012

CONSEMA nº 98/2017

CONSEMA nº 99/2017

Legislação Estadual

Leis

Lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências.

Lei n. 13.553, de 16 de novembro de 2005. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Lei nº 13.558/2005 - Política Estadual de Educação Ambiental

Lei nº 14.675/2009 – Institui o Código do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Decretos

Decreto n. 3.077, de 20 de abril de 2005 Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla.

Decreto n. 4.015, de 16 de fevereiro de 2006. Altera o Decreto n. 3.077, de 20 de abril de 2005;

Decreto nº 3.726/2010 que regulamenta o Programa Estadual de Educação Ambiental

Decreto n. 5.010, de 22 de dezembro de 2006. Regulamenta o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Decreto n. 2.955/2010 que regulamenta o processo de licenciamento ambiental;

Decreto n. 867/2020 que institui o Núcleo Interinstitucional para a Gestão e o Planejamento Ambiental do estado;

Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas

Secretaria Municipal de Controle Governamental e Transparência Pública

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Obras

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária

Procuradoria-Geral do Município

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Segurança Pública

Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA)

Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Balneário Camboriú (COMPUR)

Batalhão de Polícia Ambiental

Fóruns de decisão existentes no município

Legislativo

Câmara Municipal de Balneário Camboriú

Conselhos Administrativos

Conselho da Cidade

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA

Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Raimundo Gonçalez Malta

Conselho Municipal de Contribuintes

FUNSERVIR - Conselho Administrativo

Conselho Gestor do BC Criativo

Conselhos de Direito

Conselho de Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

Conselho de Alimentação Escolar - CAE

Conselho da Comunidade - CCCBC

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMH

Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (art. 19) - CONDECON

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos Humanos - CMDH

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMDPD

Conselho Municipal de Direitos da Mulher - COMUM

Conselho Municipal de Educação - CONSEME

Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú - CMEBC

Conselho Municipal da Economia Solidária - CMES

Conselho Municipal do Idoso de Balneário Camboriú - CMIBC

Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA

Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD

Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPA

Conselho Municipal da Juventude - COMJUV

Conselho Municipal da Saúde - COMUS

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN

Conselho Municipal de Segurança e Incolumidade Pública - COMSEP

Conselho Municipal de Trânsito (art. 63 a 65) - COMTRAN

Conselho Municipal de Turismo - COMTUR

Conselho Municipal de Relações Internacionais e Federativas - CMRIF

Conselho Municipal de Transparência e Controle Social - CMTS

Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes

- Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú - A Constituição do município fornece suporte legal a todas as ações e diretrizes municipais a serem implementadas no processo de construção do Planejamento Urbano, desenvolvimento, proteção ambiental, administração pública entre outros.
- Lei Municipal nº: 301/1974 - Código de Obras.
- Lei Nº 2686, de 19 de dezembro de 2006 - "Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Balneário Camboriú".
- Lei Nº 2794, de 14 de janeiro de 2008. "Disciplina O Uso E A Ocupação Do Solo, As atividades de urbanização e dispõe sobre o parcelamento do solo no território do município de Balneário Camboriú."
- Lei municipal nº 2494/2008 – Dispõe sobre usos e ocupação do solo e parcelamento.
- Decreto Nº 9.429, de 06 de junho de 2019. "Cria a Comissão do "Projeto Orla", nomeia seus integrantes, e dá outras providências".
- Lei nº 1985 de 12 de julho de 2000 - cria a Área de Proteção Ambiental Costa Brava"- APA, e dá outras providências
- Decreto nº 7876, de 24 de agosto de 2015 - nomeia membros do conselho gestor da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava - APA, e dá outras providências.

- Decreto Nº 8121, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a denominação da Costa das Orquídeas, e dá outras providencias.
- TAGP.

Material técnico-científico disponível

No dossiê da orla de BC são disponibilizados alguns materiais relevantes de conhecimento técnico e científico existentes para a orla em questão como:

- PGI 2003,
- Artigos científicos,
- Plano de Manejo da APA Costa Brava,
- Instrumentos/Planos estaduais,
- Legislação,
- Etc.

CRONOGRAMA

O cronograma geral está disponível dividido nos apêndices 1 e 4, e em sete (07) períodos no Anexo 19:

- i. Imediato a 6 meses – curto prazo;
- ii. Permanente – curto prazo;
- iii. Até 18 meses – curto prazo;
- iv. Até 24 meses – médio prazo;
- v. Até 36 meses – médio prazo;
- vi. Até 48 meses – longo prazo;
- vii. Outros prazos.

Ressalta-se que as ações e medidas relacionadas ao ordenamento espacial aquático devem contemplar consulta ou participação da Capitania dos Portos no que couber. Assim como as ações e medidas relacionadas ao planejamento e execução de atividades em áreas sob-regramento legal patrimoniais deverão considerar consulta ou participação da SPU no que couber. Ademais, todas as ações passíveis de licenciamento ambiental, dentre outros processos autorizativos devem passar por seus ritos. Alterações nas ações da área de gestão devem ser respaldadas pelo Comitê Gestor Municipais da Orla.

O órgão municipal ambiental, SEMAM, possui competência e capacidade para licenciamento ambiental, nos termos da resolução 99/2017 do CONSEMA.

O cronograma para um ano de execução é apresentado na Quadro 6, abaixo. Observa-se a repetição de algumas ações devido à área de atuação e responsáveis envolvidos, que podem ser relacionados às ações pela numeração disponível em diferentes formatos: Anexo 15, Anexo 17 e Anexo 18.

Quadro 6- Cronograma de um ano – PGI Balneário Camboriú – Agenda Imediata. Observação: algumas ações se repetem por estarem relacionadas a problemas e/ou trechos distintos, verificar pela numeração nos quadros anexados.

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa														
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água														
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;														
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;														
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.														
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.														
37	Criar alvará específico com limite por praia;														
38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros														
68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;														
69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal														
98	Elaborar programa de educação ambiental														
109	Campanha de educação ambiental e conscientização														
110	Aumento de Fiscalização policial.														
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos														
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.														
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes														
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha														
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)														
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade														
74	Buscar o termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até a reurbanização da praia;														
15	Inserir o passeio turístico Interpraias na rota do Citytour.														
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;														
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA														
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado														

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);														
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;														
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá														
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).														
64	Instalar mais postos guardas vidas;														
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);														
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;														
63	Instalação de boias (200m);														
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;														
5	Oficiar o hotel existente, solicitando o cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo.														
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.														
7	Poder público municipal solicitar a SPU intervir/fiscalizar o uso irregular dos terrenos de marinha de área comum do povo (hotel).														
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor														
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.														
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes														
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.														
108	Cobrar limpeza pública														
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga;														
82	Elaborar e executar o PRAD;														

n	AÇÕES E MEDIDAS	Imediato	Permanente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;														
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;														
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.														
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.														
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos														
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região														
119	Instalação de infraestruturas informativas														
123	Implantação de boias sinalizadoras														
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais do local														
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.														
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;														
89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;														
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Register Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;														
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;														
49	Construção de banheiro público														
81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;														

Referências citadas

AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ. 2019. RELATÓRIO DE CONSULTORIA. Oficinas para a IIa Revisão do Plano de Gestão Integrada (PGI) do Projeto Orla de Balneário Camboriú. 25p.

Balneário Camboriú. 2003. PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA MARÍTIMA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Versão preliminar. 89p.

Balneário Camboriú. 2015. Prefeitura. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico Disponível em:
<http://www.secturbc.com.br/tb2013/pt-br/dicas>.

Balneário Camboriú. 2018. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA – Costa Brava. Ecolibra: 708p.

Balneário Camboriú. 2019. Estaleiro e Estaleirinho são aprovadas novamente por júri nacional do Bandeira Azul. Disponível em
https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=25656

Balneário Camboriú. 2019. Relatório anual do TAGP. 101P.

Bandeira Azul. 2019. As Praias do Estaleiro e do Estaleirinho hastearam Bandeira Azul na TEMPORADA 2018/2019 www.bandeiraazul.org.br

Brasil- Governo Federal. 1988a. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm>> Acesso em jan. 2018.

Brasil- Governo Federal. 1988b. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>

Acesso em jan. 2018.

Brasil. 2004. Decreto Federal que Regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Decreto n. 5.300 de 07 de dezembro de 2004. Brasília, DF: Senado, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm> Acesso em: 20 abr. 2012.

CIRM. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (1997). Resolução n. 5, de 03 de dezembro de 1997. Brasília, DF: Comissão Interministerial de Recursos do Mar, 1997. Disponível em: <www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13&lang=>> Acesso em: 20 abr. 2012.

Cristiano, S.C. 2014. Diagnóstico Ambiental Como Subsídio Para O Planejamento Costeiro: Abordagem sobre os Conflitos de Uso na Orla do Balneário Camacho, Jaguaruna/SC. Dissertação de mestrado – PPGGEO/UFRGS. 83p.

Cristiano, S.C. 2018. Interfaces entre a geoconservação e a gestão costeira no município de Araranguá -SC. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174509/001063500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 de maio de 2022

Dias, G.F. Pegada ecológica e sustentabilidade humana. São Paulo: Gaia, 2002.

Ferreira, J.C.; Silva, L.; Polette, M. (2009) – The Coastal Artifilization Process. Impacts and Challenges for the Sustainable Management of the Coastal Cities of Santa Catarina (Brazil). Journal of Coastal Research (ISSN 0749-0258), SI(56):1209-1213. Disponível online em http://e-geo.fcsh.unl.pt/ics2009/_docs/ICS2009_Volume_II/1209.1213_J.C.Ferreira_ICS2009.pdf

GERCOS/SC. Entendendo o processo de gerenciamento costeiro para o litoral de Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente. Florianópolis, 2004.

Gruber, N. L. S.; Barboza, E. G.; Nicolodi, J. L. Geografia dos Sistemas Costeiros e Oceanográficos: Subsídios para Gestão Integrada da Zona Costeira. Gravel, v. 1, p. 81-89, 2003.

MMA; MPOG - Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2002) – Projeto Orla: Fundamentos para Gestão Integrada. 74p., Secretaria de Qualidade Ambiental, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil. Disponível online em http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf

MMA; MPOG - Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2005) – Projeto orla: guia de implementação. 36p., Secretaria de Qualidade Ambiental, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil. Disponível online em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_guia.pdf

Polette, M. Turismo e indicadores ambientais: uma chance para alcançar a sustentabilidade? In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO ECONÔMICOS DO PANTANAL. 4., 2004, Corumbá, MS. Anais... Mato Grosso do Sul: SAIMPAN, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/MarcusPollet.e.PDF>>

Polette, M.; Silva, L.P. 2003 - GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. Ciência e Cultura (ISSN:0009-6725), 55(4):27-31, Campinas, SP, Brasil. Disponível online em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a17v55n4.pdf>

Portmann, M.E; Dalton, T.M.; Wiggin, J. 2015. Integrated Coastal Zone Management: Is It Past Its Prime? Environment Magazine, 57(2): 28-36.

SPG/SC - Secretário de Estado do Planejamento de Santa Catarina. 2010. Implantação do plano estadual de gerenciamento costeiro. Fase I 1. Plano de Gestão Setor Litoral Centro-Norte. 81p.

SCHERER, M.E.G.; SANCHES, M.; NEGREIROS, D. Gestão das Zonas Costeiras e as Políticas Públicas no Brasil: um diagnóstico. In: Juan Manuel Barragan Muñoz; Pedro Arenas Granados; Juan Adolfo Chuca Ruiz; Javier Garcia Onetti; Javier Gacia Sanabria. (Org). Manejo Costero Integrado y Política Pública en Iberoamerica: un diagnóstico. Necesidad de Cambio. 01 ed. Espanha: Red Ibermar (CYTED), 2009, v01, p 291-330

ANEXOS

Anexo 1 - Lista de Presença 07 de março de 2019.

Lista de presença da 1ª Reunião da Comissão Técnica do Projeto Orla – Balneário Camboriú :07 de março de 2019. Local: Sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente, Parque Raimundo Malta, SC.

Name	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Eduarda Montebello	SEMAN	(47) 996143083	projeto.univas@uol.com.br
Geraldo B. Roman	SEMAN	(47) 99673-8412	projeto.seman@seca.uva.br
Norma Lohers	SECTOR	143 99942846	norma.lohers@seca.uva.br
Roseli Batista de Carvalho	FUNEBR	(47) 984160180	roselobatista.funebre.seca.uva.br
Rodrigo Nasser	INSTITUTO D.O.	(18-4000)3212	renanasserc@gmail.com
Stevia Zimmerman	SEMAN	47999322360	stevia.zimmerman@seman.ufsc.br
Silvana de Castro	Comunicação	(49) 93606-6992	silvamaria.scbk@gmail.com
Stélio Kurt Baffaro	SPL	(47) 3261 - 7185	stelio.kurt.baffaro@uol.com.br

Anexo 2 - Lista de presença 18 de março de 2019.

Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú
Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.

Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Roberto Zimmermann	SEMAN	47-33637145	
CARLOS GOMES COELHO	Lige 3 Praia 47 - P.8899999974200-8116 pol.com.br		
Rosendo CARVALHO	INSTITUTO HERED	(47) 99227 6358	rodrigotavares@historial.com
Antonio Henrique		988447174	exaror@uol.com.br
Edson Roberto	SEMAR	1473363-2145	rodrigo.morais@semar.sc.gov.br
Ismail da Silva	ASS. NEVA, ESPERANÇA	999464075	MAGELNOVAESPERANCA@gmail
Antonia Heer Moraes	VIMON STORE	47 99696-3623	intervencao1950@gmail.com
Paulo Gaseca	Wilson Day	(47) 99602667	wilson.day.a.torres.c.s@.gov.br
Mauro Kehlweit K. Kehly	Gremem	479999773875	mauro.kehlweit.kehly@.gov.br
Marcio RODRIGUES	ENBIVILLE		marcio.rodrigues@estimane.com
Jorge I. U. Minuzzi	SOCIEDADE VIVA	(47) 99419-9336	jorgeminuzzi@smail.com

Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú
Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.

Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Cip Kochis - S. Bento	Corpo Social	(47) 9925-0860	13-tempos.com.br
MARCOS PEREIRA	ASSOC. MARQUINHA 11 308230430	comint@uol.com.br	
WILIAN DE JESUS OLIVEIRA	ANIE	47 999429082	WILLIAS@GMAIL.COM
Bruna Ribeiro Souza	Anubata	99961-2481	carolene.pinto@outlook.com.br
RODRIGO MOURA	Paráviva	99630-6116	rodrigomoura04@vereadorandradeirino.com.br
André Furlan Marinho	CAMB	999949-8380	
ALEXANDRE MACHADO	TRAVEL		
Dávion G. Fonseca	gab.Patrick	999576608	davionfonseca@gmail.com
Mauro Cruz	Capriano	47 999350737	
Thales Almeida	Vereador		
Oraldo Achávitó	Verde		

Lista de presença da Apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Orla – Balneário Camboriú
Data : 18 de março de 2019, 18:00 hs. Local: Auditório da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, SC.

Nome	Entidade	Telefone	Endereço eletrônico
Jair V. de Melo	Soc. de Pesq.	(44) 99654-0000	jairvdecelo@uol.com.br
Kleber Góes	Primavera	(44) 99960-1500	june
Zéto	Dex	(44) 99626-1934	
Renato Senna	Renato Senna	(44) 99975-3700	
Abraão Pencilla	Vendedora	(42) 9 9162 2262	
Pedro Nissen	Instuton	48 99963-4212	

Anexo 3 - Lista de Presença 10 de junho de 2019.

Lista de presença - Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Eduarda Montebello	SEMAR - BC	(47) 9 9614 3083	projeto.montebello@semar.ba.br
Diego Pinto dos Santos	MTR	(47) 9 9221-8163	diego.pinto@torisunegovernil.br
Martinez Schow	UFSC / UASFC	(48) 9 9981/645	martzschow.schow@ufsc.br
MARIO TETTO	FME	(47) 98831.5330	mario.tetto@gmail.com
Gilberto Machado	Projeto Mocinho / Samu	47 9 9923-9065	luisito.p.machado@gmail.com
Thiago Velasques	ASOC = ADPC	47 9 9164-2060	thiago.velasques@gmail.com
Flávia Anna Paula de Souza	Integrando Cidadania (USP/UFSC)	46992000070	flaviaanna.souza@ufsc.br
Monica Ribeiro	ASOC / UASFC	47 9 9219 9327/7170	monica.ribeiro@ufsc.br
Thiago Pedroza	ASOC / PROJETO MOCINHO	47 9 9883.0730	coordenador.mocinho@ufsc.br
Debora Kikko Torre	Projeto SocioCriação	42-99258-0089	debbi.kikko@sociocriacao.com.br
Cátia Souza	SPP/UFSC	48-32519210	catusouza@ufsc.br
Mauro Cunha	UFSC	47-32514784	mauro.cunha@ufsc.br
Isac Andrade	SECRETARIA	(47) 9 9316-5994	isac.andrade@semar.ba.br
Kecia Coissane Salles	SQW/UFSC	(48) 32519200	kecia.coissane@sqw.ufsc.br
José Otávio	PPGEC - UFSC	47 999433866	jose.otavio@ufsc.br
Bruno Henrique	PPGEC - UFSC	47 999433866	bruno.henrique@ufsc.br
SARA F. R. B.	UFSC	42 9996563189	sara.ribeiro@ufsc.br
Sebastião Francisco	CBMSE	47 999520390	sebastiao.franco@cbmse.br
Rita C. Dutra	UFSC / LAGREC	48 991802931	rita.dutra@ufsc.br
Sérgio Luiz Bacaro	SPU - PMAC	47-32677185	sergio.bacaro@pmac.br

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Adelio Antônio Ribeiro	Amfer	(47) 35583-5259	Kia-Sgeo 02@Gmail.com
Jair da Cachoeira	Plataforma Laranjeiras	47-996582842	Tony.Cachoeira.1991
Renato Wesseler	Instituto L.O.	47-9943212	Renato.Wesseler@Instituto.L.O.
Diego B. Alves	Associação Desbravada	(47) 35180015	diego.alves.18@Hotmail.com
Domílio B. Nomes	SEMAR	(47) 99632-8912	pagetor.sse.mamadeira.666@gmail.com
Fábio S. Ferreira	ISPC - SIC	47-98388406688	
Edmara S. Secco	As Pontes Mágicas	47-984180429	edmara.m.726@hotmail.com
Luis Edson Vilela	COLÔNIA DE PESCA	(47) 996803223	
Thiago Souza	Centro de Pesca	(47) 3565446593	Thiago.Souza.96@Gmail.com
Querida	Culto do Museu	(47) 999-318555	
Jesus C. Oliveira	Instituto Anjos do Céu	47(99664-5068	jesusoliveira.m@gmail.com
TE			
Marcio Silveira	Av. Juvenal N.º 9	(47) 99419-9336	marcio.silveira@Hotmail.com
Rogério Almeida	122		

Anexo 4 - Lista de presença de 11 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico	
Eduarda Alves Ville	SENAM	(47) 996143083	projeto.senam@bc.mt.gov.br	
Isaura Oliveira S.C. Stoy	SEMARH	(47) 999773815	dintosamburial.senam@bc.mt.gov.br	
Patelina Castro Filinto /Kia	AMERCI	(48) 933155299	Kiaage002@gmail.com	
Mariluce Moreira	SPUISC	(47) 32544248	mariluce.mor@planisulinterior.sp.uol.com.br	
Liciana Vazquez	SECRETUR BC	(47) 99416-5494	tuciana.vazquez@bc.gov.br	
Flávia Paula de Souza Mattos	LAGECI / UFSC	(48) 920008070	mattoes.flaviane@gmail.com	
Cláudia Willianete M. Pivetti	UFSC/UFSCAR	47 988115160	ufscar.ufscar@ufsc.edu.br	
Mário Terto	FMEBC	47 98834.5330	mario.terto@cbm.sc.edu.br	
Totó Paolo Stopp Francisco	CBM/SC	47 95532.0390	JOPPF@cbm.sc.edu.br	
Thiago Andrade	SESB	47 90949.1949	3kthiago@seabm.mt.gov.br	
Túlio Ferreira	ACES BC	47 - 35624-7396	tulio.ferreira@cbm.sc.edu.br	
Waldemar Roberto Mieske	SES/SC	47 - 991166467	waldemar@ses.sc.gov.br	
Paulo Carlos Nardella	SES/SC	47-931952137	Sundipnath@ses.sc.gov.br	
Thiago José Soárez	Prainha Litorânea	47 996572872	56360@hotmail.com	
Bruna Lima Pacheco	Prainha Litorânea	42 992049955	gustamaria@prainha.com.br	
Alaudenezor	Prainha Litorânea	42 991160445	—	
Dionísio S. Almeida	Prainha BC	47 96183023	dionisio.almeida@bisturil.com	
Edson S. Souza	ASPMIC	47 984180429	edson.souza@hotmail.com	
Heremias G. de Souza	ASPMIC	47 9882577470	heremias.souza@com.br	
Thierry de Souza	IPMB	47 199833308	anjocadmus@uol.com.br	
Sócio FPTA de Fretes Min. Foz do Iguaçu	IPMB	65 - 2025-7622	sono.fretes@minfozdoiguacu.gov.br	

Anexo 5 – Lista de Presença de 12 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú					
Data: 12/06/2019 – Horário: 17h às 21h	Local: Associação de Moradores do Estaleiro				
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico		
Edson Cambell	SEMAN	(47) 996143093	projeto.orla.balneario@gmail.com		
Mauricio menen	SAVISC	(48) 32314248	mauricio.menen@poloambiental.org.br		
Marisa Cabellini Stüber	AMOBAN	47-93642-1731	marisa@acc.srv.br		
Mario Terto	FMEBC	47-98831-5330	mario.terto@gmail.com		
Luz F. Mello	PROJETO	41 91453111	luzi.luz2000@gmail.com		
Elio de Lima Filho	AME	(47) 988837177	elf.comercial@gmail.com		
Vinícius de Souza	AME	(47) 99943.9062	vinicius.souza.1991@gmail.com		
Lucas Pasquini Peixoto	PROA DO PRAIA	(47) 98805-7566	lucas.pasquini@netmig.com		
José Márcio Góesimo	PROA ESTALEIRINHO	(47) 984040777	jose.marcio.vendas@tira.com.br		
Márcio Souza	Women Esportes	47-988890912	aprendendoembarco.com		
Toto Pitta dos Frades	MTUR	(48) 2623-7689	toto.pitta@turismocb.org.br		
Luciana Vargas	SECRETUR BC	(47) 93116-5494	luciana.vargas@secreturbc.org		
Leanir Olivo Vicente COLÔNIA DA PESCA	DIRETOR	996803723	~~~~~		
Sueli	AME	(47) 993196764	sueli.silva@outlook.com		
Fausto Galotti	PROA ORLA VASCONCELOS	(47) 996522872	tgbc@igmail.com		
Thiago Tufvica Bento	SEMAN	47-999273815	chutarambunti.junior@sebc.org		
Detetive Gutierrez	FMPRT	(48) 933895239	kicagec02@gmail.com		
Detetive Gutierrez	CICOS BC	48-931352432	sumarotabacana@outlook.com		
Mauricio Raul da Mattos	LAGEU UFSC	(48) 920008040	matheus.rusconi@gmail.com		

Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Dr. Paulo Roberto Andrade Silveira	CORPO DE BOMBEIROS	47 999052454	AZALDOS3@ebm.sc.gov.br
Eduardo Lira Góes Neto	SPO - PMBC	47 349594218	senaidowilsonrgo@gmail.com
Thiago Henrique Witzel	ACES BC.	47 991016467	bib@thiogitomail.com
Fábio Augusto Lopes	ACE SC	47 991644932	
Leidai Machado	O	47 99923-9066	
Edson Rossetti	POSTO 10 V	48-9994031212	edison@camari.com

Anexo 6 – Lista de presença de 13 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Data: 13/06/2019 - Local: Hotel Sibara - BC..				
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico	
Bruno Wettber	Serati	(41) 99611-3093	projeto.mare@de.br.gov.br	
Thiago Helene Lumm	Acacem	41 99977-3815	duqueembumail@gmail.com	
Tiago Pita de Britto	STUT	(41) 2023-7688	Tiago.Pita@turismoecon.br	
José Góes P.M. Jr	Expedições do Sul (EXESUL)	43-331852133	Surfpointers@gmail.com	
Luciano Vieques	SECRETARIA	(41) 99116-5494	Luciano.Vieques@bc.se.gover	
Pedrina Cintine Pinto	Família	(48) 99389-5299	Kicasgeo02@gmail.com	
Fábio Maiazez		99194423-9065		
Pedro Nasser	Institucon P.O	49-994431212	RodrigoNasser01@gmail.com	
MARIO TETTO	EMEBC	42-988315330	mario.tetto@gmail.com	
Marisa T. Castello Branco	AMOBAN	41-93642-1731	marisa.castello@gmail.com	
Tatá Ribeiro Francisco	CAMSIC	41-99520880	Tatapf@gmail.com	
Univaloc Itajaí	SAPISC	48-32511228	mauricio.morais@planaltos.org	
SEBASTIÃO BACETO	SPU - PMBC	41-399997218	sebastiao.baceto@hotmail.com	
Adriano José Melembach	Sociedade de Surf MESTRE	41-910049.1841	31apn0000.sandinho.mauri.com.br	
Brunilda Silveira	Exclusivo de Surf (ESESURF)	41-99462-1445	Brunilda.silveira@grmmail.com	
Giovanni Zilio	ASPMIC	988252170	Giovanni.Zilio@grmmail.com	
Edmon S Souza	ASPMIC	984180429	Edmon.mare@hotmai	
Lei Polio Viana	COLÔNIA DE PESCA DO 996803723	—	—	
Fávarus Enishi	faria.noblatangentes 91996532892	—	Te.BC@Hotmail.com	

NAME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
JOSÉ RESENDE SERRA LUIZ F. PIZZANI	3548023 MUNIC.	41 99453431	ReySeidel@gmail.com luz.pizzani@gmail.com

Anexo 7 - Lista de presença de 14 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico	
Bruno da Motta	SEMATI	(47) 996143083	projeto.morada@ch.n.par.br	
Ingrid Marcken		(47) 99923-9065	leilene.fernand.com	
Marcela Moraes	SOLISC	48-32514218	marcela.moraes@algarve.pt	
Mario Tetro	FME BC	47 988315330	mario.tromo@envi.com	
Luciano Júnior	SECTUR	41 3364-9122	lucianojunior@turis.gov.br	
Jean Elias Viana	COLÔNIA DE PESCADORES	996837223		
Nelson Seill Dantas	Projeto/Meioamb.Tapuiares	(47) 996065157	projektapuiares.com	
Taunay Galiski	Prisa D.R. Laranjeiras	47 99657-2822	taunay@hotmail.com	
Sebastião Góes	AME	(47) 9991967-664	desar13bc@ptetorial.com	
Monica de Castro Oliveira	ANIE - CONSULTORIA LTDA	(47) 99947-9062	monica@anie.com	
Edicélio De Lima	FE	(47) 999837177	elf.comercial@gmail.ca	
Luzil F. Alzaro	PRIMA - COTUCA	41 9945 2111	luzil.firmino@milion.com	
Fábio Pedro Silveira Ferreira	CBMSC	47 995203590	jotsafetcbm.sc.gov.br	
Victor Braga Soares	Morone / Centro	47 99104-3223	victorvitor.sousa@ptetorial.com	
Djalma Olavo de Oliveira	URBASER (ESTUARIO)	47 98408-1471	djalma.olavo@hotmail.com	
Carneiro e Schreder	Reservatório CASA ESTUARIO	(49) 99968-0000	carneiroe@casarestuario.com.br	
Antônio Vasseli	PROGETO RIO-ESTUARIO	(47) 99983-2562	antoniocamargo@raubt.com.br	
Marco Antônio Schreder	1º Rotatória Indústria BC	47 999774570	marco.vasseli.com.br	
Willow S. Rienout	PRIA DO PINTO	47 99663-8838	willow.bittenau@hotmail.com	
Antônio C. Araújo	PRAIA DO PINTO	47 99836280	antoniocamargo@raubt.com.br	

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
EVANDRO P. DA SILVA	MORADOR TIBURON	47 991896267	ASCOM1967@GMAIL.COM
Adriano Sodrézane	MEMORIUS	47 99698496	memorius@memorius.com
Adelmo Gisilene Ribeiro	(King) Fone&PC	(48) 993835299	Ki.ufgao2@gmail.com
Carla Rita de Freitas	MTM	(48) 2023-7699	Todo.Tudo@Tutoragente.com
Senhor Luis Pedro	SU - PMSC	47-9944994218	sugioluzbraga@hotmail.com
Maísa e Cacá	Shake Amorim	47-99642-1731	mausa@ace.srr.br
Flaviana P. da Assfatten	LAGEU LOBSC	(48) 990008040	matheus.bruno@gmail.com
Thiago Leison de Souza	MB	(48) 992301922	thiagojaisilveira.morales@gmail.com
Juci a.a. (Juci)	Wenderson	47-9994111767	Wenderson@listmail.com
Raula Bento de Araújo	proprietário	47-995671327	RaulaBentoAraujo@gmail.com
Marcos Peres	ESSE. MARCOS & ASSOCIAOES	41 38103 0130	marcos.o.silva@marcossilva.com.br
Marcelo B. J. Souza	Jurídico	41 99977 3815	marcelobj.souza@marcelobjsouza.com.br
Redes NSSEN	ESTUDOS	(18) 9906131212	

Anexo 8 - Lista de presença 17 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú
Data: 17/06/2019 – 18h às 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro

Lista de presença – Oficial do Projeto Oficina do Município de Balneário Camboriú			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Josévaldo Mendes Silva	SENAF	(47) 996143033	magto.silva@uol.com.br
Edvino Nasser	INSTUCTION P.D	48 47083212	mario.terto@gmail.com
MARIO TERTO	FIMEC	47 998315330	
Adriano Costa Mambelli	Socorro da Serra (PESO)	47 99321374	
Carina Lourenço	Securb	47 99911846	
Sandra Díez	AME	47 993196764	
Wiliam Reis (MPC) Vileika	AME	47 99947902	
Edmílio de Lima Filho	AME	(47) 99383-2177	elf.conexao@gmail.com
Antônio S. Bittencourt	Nego do Pinto	47 9965-8886	MLNville.Bittencourt@hotmail.com
Jáurea Costa Boavista	Associação Taquari	(47) 99903-3333	lezelene@gmail.com
Tamara Gómez	Prainha das Laranjinhas	47 996592872	TECK.MATHEUS.CIO
Leônio Galvão Vieira	CORONAVIRUS PESCAOPAR	47 996803723	
Eduardo Buzatto Peixoto	NOVAPRO INVESTIMENTO	47 999642305	
Kudinho Harmonia	Montane	01 98170925	
Marco Rêgo	ASSOC. NOVA VIDA TRABALHO	47 99630730	
Astelino Cunha Pinto (Luis)	AMPERI	(48) 39835299	
Monica Paula da Paixão Pinto	LAGECI/UDESC	(48) 99008070	
Gelson -	ESTUDARONDE	47 96167562	
Sebastião Wair Blidoro	SEU - MBC	47 999397216	sejwblidoro@hotmail.com
Vidurana Tomazza	Pintor	(47) 996095942	adriana@camerim.pintura.com

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
José Maria S. Neto	Corpo de Bombeiros Militar (018) 99105-0887	(011) 99919-1236	josemarioair@cbm.mil.br
Vicente M. Neto	Cabo Bombeiros Mil. (011) 99923-9065	42 99923-9065	vicenteair@cbm.mil.br
Wilton M. Neto	Mossoró	41- 992411769	wiltonair@cbm.mil.br
Silvana R. L. Neto			silvanaair@cbm.mil.br

Anexo 9 - Lista de presença de 18 de junho de 2019

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Data: 18/06/2019 – 17h às 21h – Local: Hotel Sibara	Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
	<u>Edson Nossen</u>	INSTITUTO P. O	48-999431212	
	<u>Mauricio P. da Matta</u>	IEGCI / UFSC	48-920008070	matttton.sousa@gmail.com
	<u>Ricardo P. Almeida</u>	Avi São Lourenço	47-997011584	
	<u>Fábio Góes</u>	Escolas de São Leopoldo (ESEL)	47-991350138	
	<u>Túlio Pereira</u>	Escolas de São Caetano (ESEC)	47-996249396	Tulio.pereira@smail.com
	<u>Sonia B. Figueiredo</u>	Hilho e Churrasco 59	46-99553885	Soniafigueiredo@gmaile.com
	<u>Diego Jerginho</u>	milho churrasco 926	47-999930084	Diegohilhochurrasco.BR@GMAIL.COM
	<u>Drauzio Varella</u>	milho & churrasco 22	36093305	Drauzio.Varella@GMAIL.COM
	<u>Diego Vaz</u>	milho & churrasco 110	105	Diego.vaz@GMAIL.COM
	<u>Thiago Ribeiro Ferreira</u>	Milho Others 126	9 9910 9125	
	<u>Claudio R. S. Ribeiro</u>	milho 74	42-999950625	
	<u>José B. Souza</u>	" 64	992105779	
	<u>Edumar S. Souza</u>	MILHO 72	9 99441465	
	<u>Fábio Paiva Soeiro</u>	CBM&C	999520380	
	<u>Raimundo Ferreira</u>	MILHO 94	42-996074565	Raimundo.Ferreira@GMAIL.COM
	<u>Denirio P. Costa</u>	R. Agoncilo 1010, B33606463		Denirio.P.25
	<u>Márcia S. Costa</u>	Gilda Tuna 929-96904858		Marcia.S.Costa@GMAIL.COM
	<u>Márcia S. Costa</u>	Castelheiros 91090-0000	99642-2732	
	<u>Márcia H.A. Morello</u>	Milho 34	9984026885	
	<u>Weslei Alba Camorali</u>	Milho 36	999612.62	Weslei.R.H.A

Anexo 10 - Lista de presença de 26 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú

Data: 26/06/2019 – 18h às 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro

Lista de presença - Oficina I do Projeto: Olha do Município de Balneário Camboriú			
Data: 26/06/2019 - 18h às 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro			
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Edwaine Montebello	SEMAP	(47) 996143083	edwaine.montebello@semp.governo.sc.br
Luciana Vargas	SECRETARIA	(47) 99316-5494	luciana.vargas@besc.gov.br
Edson De Lima Te	AME	(47) 99983-7177	
MARCELO PAIXAO	ASSOC. MORADORES MARAU	41-98803-0720	contato@marau.com.br
Enilton S. DITENHOFF filo	MEP M. FINTO	41 99663-8888	
Alejandra Fonseca	Vila da Esperança	(47) 99400-5452	
Antonio Gostimalt / Adel Amrei	AMEI	(48) 99989-5239	kim@amei.com.br
José Elias Vieira	COLÔNIA DE PESCADOR	47 996803723	
Taciano Santos	Assoc. moradores	(47) 984006114	Facilitadores@tacitano.com.br
Mauro Cimenes	SPUISC	47-32514287	mauro.cimenes@plataformas.org.br
MARIO TETTO	FMEBC	47-988345330	PROJETOS@FMEBC.GOV.BR
Thierry Galaski	PRAN BR LAMARINDAS	47-996532872	TE-BR@ISTIME.COM
ANTONIO CANARIO ARETTO	PRADA DO PINTO	47-99983-6280	antonioscamarioaretto@uol.com.br
Jair Aufderhaar	ASS. Moradores	47-991694933	
Djair Nivalde Sozana	NSS. PRADA DO PINTO	47-99979-3700	
Leandro Marchese		47-99923-9065	leandro.marchese@uol.com.br
Regis Nasset	INSAFOR P.C.	(49-999433712	luis@insafor.com

Anexo 11 - Lista de presença 27 de junho de 2019.

Lista de presença – Oficina I do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú

Data: 27/06/2019 - 17h às 21h - Local: Hotel Sibara

Lista de presença - Oficina do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Data: 27/06/2019 - 17h às 21h - Local: Hotel Sibara	Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Fábio Montelli	SEMAN	(47) 996143063	eduardo.montelli@seman.balneariocamboriu.com.br	
Fábio P. Montelli	Balança Social (SESC)	(47) 3919521139	eduardo.montelli@seman.balneariocamboriu.com.br	
Priscila Zinnares	SEMAN	4233637145	priscila.zinnares@seman.balneariocamboriu.com.br	
Edoardo Besson	Instituição P. O	48-974443-1712		
Edoardo Cunha	ASS. Parque millo	479988287780	eduardo.montelli@seman.balneariocamboriu.com.br	
Marcio Terto	SPVSC	48-32518047	marcio.terto@seman.balneariocamboriu.com.br	
Ton Paula S. Franca	COMSC	47-99952-0390	ton.paula.franca@seman.balneariocamboriu.com.br	
Luisa Machado	ASPMIC	47-99923-9065	luisa.machado@seman.balneariocamboriu.com.br	
Edmerson S. Souza	ASPMIC	47-984180429	edmerson.souza@seman.balneariocamboriu.com.br	

Anexo 12 - Lista de presença de 20 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Data: 20/08/2019 – 17h às 21h - Local: Sede Náutica dos Bombeiros na Barra Norte				
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico	
MARIO TETTO	FME BE	47 38831.5330	MarioTetto@Gmail.com	
Astelina C Pinto / Kicay	AMFRI	48 93888 5299	Kicages02@gmail.com	
Monica Camer	SPU ISP	47 3251 8247	monica.spu@planegover	
Desiré Zanacarau	S E M A N	47 3363 7145		
Tatô Pinta	Ministério de Turismo 65- 9954-2023-7699	65- 9954-2023-7699	Tato.Turis@turismo.gov.br	
Renzo Nassar	Washington P.O	47 999431212		
Luzoni Marichese	Geanam / Bandeirante	47 999239065	Luzoni@uanet.com	
Manoela Kelenka Benítez	Demem/	47 999273815	helena.kelenka.jose.benitez@ibm.net	
José Paulo S Francisco	CBMSC	47 99952.0580	Jospef@ibm.net	
Lucas In Gómez	CBMSC (coordenador)	47 9653 7125	Lucas.Gomez@ibm.net	
Urgenteza Assessoria	CBMSC	47 99229-1992	assessoria@cbmse.gov.br	
Julio Ruster	CBMSC	47 99959-3528	julio.rusther@cbmse.gov.br	
Danielle Bernandes	CBSC	47 95183-6002	danielle.bernandes@cbmse.gov.br	
André Lio Chaves		47 99925-2451	andrelcio.chaves@cbmse.gov.br	
Edson Stelmann Neto	Setor de Planejamento	47 99922-2305	edson.stelmann.setor.planejamento@cbmse.gov.br	
SERGO LOPES NETO	SPU (PMBC)	47 99997213	sergio.lopes@pmbc.mt.gov.br	

Anexo 13 - Lista de presença 21 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú				
Data: 21/08/2019 – 18h às 21h - Local: Associação de Moradores do Estaleiro				
Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico	
Rodrigo Mendonça	SÊMAM	(47) 9363-7145		
Felipe Matos Velloz	Semam	(47) 9261-3563		
Marco Góeska Lima	Jurucan	(42) 94427-3513		
Dani Ceballos Venâncio	Colônia Pescador	(47) 99685-3723		
Maria Paula de Mattos	UFSC/LAGECI	(48) 920006070	mattos.econom@gmail.com	
Flávia Kieckink	Monetaria	(48) 994666117	flavia.kieckink@uol.com.br	
Tatzena Cristina G. Nunes	SPU/SC	32518200 (49)		
Adeilene Cristina Pinto (Ana) Amorim	(48) 999389-5299	Kicages02@gmail.com		
Luzia R. Gonçalves	Monetaria	41 9 9145-3434	luzia.mizini@uol.com.br	
MARCELO A. REIXO	ASEC TECNOLOGIAS	41 98803-2332	contato@univestidora.com	
Letícia de Oliveira	As. ESTRELAS	41 9 9991-7462	leticia@univestidora.com	
Leandro Nogueira	Assistente P.D.	41 9 9991-1312		
Immanuel Cunha	SPU/SC	42 93428047	monica.menezes.pereira@uol.com.br	
Mariu Tento	AMEB	42 98831-5330	monstro@univestidora.com	
Ciara P.B. Z. Z. A.	UNIVAL/Tram	41 9 9425-4649	csar@unival.br	
Tati T.F.	Monitória Turismo	41 9 9237-6939	Tati.Eratto@turismocamboriu.com.br	
Anderson Gustavo P. S.	SPU/SC	(49) 93983-5299	anderson.gustavo@uol.com.br	
Anderson Fábio da Silva	Ass. Moradores	(49) 999389-5299	anderson.fabio.silva@uol.com.br	
Adriano José Souza	As. P.M. no P.R.	(49) 9991-9-3700	adriano.souza@uol.com.br	

Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Sergio Kammann	ME ESTRELAS	(47) 999912035	SERLIPS4@gmail.com
Grauen Kastner	ANE Estrelas	(47) 9999196761	gkastner13@hotmail.com
Lidia Machado	Scam/Brasil 422	57 24923-3105	Lidia.Cam@com.br
Fábio Eulálio	55 41 3111-27	47 91644933	

Anexo 14- Lista de presença 22 de agosto de 2019.

Lista de presença – Oficina II do Projeto Orla do Município de Balneário Camboriú
Data: 22/08/2019 – 18h às 21h - Local: Centro Comunitário - Estaleiro

Data: 22/08/2019 – 18h às 21h - Local: Centro Comunitário - Estaleiro

Nome	Entidade	Telefone	Endereço Eletrônico
Edwilda Monteiro	Simeam	(47) 996743083	edwilda.monteiro@bce.mt.gov.br
Mario Terto	FME BC	(42) 3803153310	rederos@famec.edu.br
Daniela Pinheiro	SEMANA	4735-659145	
Vinícius de Carvalho	AMIE	473999479062	
Renato Nasser	Instituion P.O.	(18) 9994431217	VINICIUS.CARVALHO@
Totó P.R.	Ministério do Turismo	61- 2023 7692	Turis.Foto@turismoministerio.gov.br
Oscar B. TEATI	UNIVALE/PRAGATI	(42) 99985-4647	OSCAR@UNIVALE.SR
Guilherme Zanetti	AME	(42) 999196769	ZANETTI@AME.ISTEDUCAO.COM.BR
Marcelo Dantas	ASSE. MARQUES	(41) 988030730	COSTA.LO@SENAC.COM.BR
Josévaldo Moraes	SCJSC	43- 35513767	JOSÉVALDO.MORAES@SENAC.COM.BR
TERESA CRISTINA ALVES	SPVSC	(48) 322518200	TERESA.ALVES@PLANEAMENTO.COM.BR
Luisa Machado	SENAF / Fundação APEL	(43) 99925-4065	LUIZAL@APEL.COM.BR
Djanira de Souza	Ass. Direta S.A.D.	(41) 35921-3200	DJANIRA.DIRETA@GMAIL.COM.BR
Isaura Ferreira P. Souza	Ass. Juventude Poder	746293542	ISAUARA.COMUMUNIDADE@GMAIL.COM.BR
Erica Frazão	INATEC	(41) 999337337	ERICA.FRAZAO@GMAIL.COM.BR
Flávia Gómez	A.S.S	(17) 491644432	FLAVIA.GOMEZ@GMAIL.COM.BR
Adelma Cristina Pinto	Impri	(43) 355395299	KIAPES02@gmail.com
Marcos Alfonso Mattos	ADIELI / UFSC	(49) 920003070	MATTOS.ELEONOR@GMAIL.COM

Anexo 15 – Dados gerais.

TRECHO	Nº PROB.	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFETOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	Nº AC. e MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
1.9.	1	Acesso perigoso, precário ou inadequado	Falta de planejamento	Supressão da vegetação de restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia	1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; placas informativas informando a ausência de guarda-vidas e as condições de uso da praia	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia	Até 48 meses	Secretaria de Obras; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	Possível criação de UC (Decreto Parque Natural)
				Transformos para estacionar; estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística	2	Demarcação de locais para estacionamento público; estímulo ao transporte alternativo (bicicleta, transporte público); instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; conforto e segurança para o turismo; estímulo à visitação; fomento à economia local	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; OGIM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			Falta de manutenção e adequação	Supressão da vegetação de restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia	3	Adequação do acesso norte da praia (Morro do Caneiro)	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia	Até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	
1.2. - 1.4. - 1.5. - 1.8. - 1.11.	2	Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel; "privatização" da área de uso comum do povo	Usuário da praia que não está hospedado no hotel não pode ficar nessa faixa de areia	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de restinga; falta de acesso à praia; manutenção e adequação; dificuldade de acesso do turista particular	4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas)	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia
Supressão da vegetação de restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista particular				5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação à área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente			Secretaria do Meio Ambiente, SPU/SC		
Usuário indevido da área comum do povo sem autorização do órgão competente				6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor	Até 06 meses	Secretaria do Meio Ambiente		
				7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de manha e de área comum do povo (hotel)			Secretaria do Meio Ambiente, SPU/SC		
				8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor			Secretaria do Meio Ambiente		
2.1.	3	Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	Deposição natural	Encalhe de embarcações; perda de profundidade de calado dificultando ao pescador exercer suas atividades	9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	Até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Conselho Mar; Colonia de Pescaria	Reivindicação já realizada por parte dos pescadores ao Município (Secretaria do Meio Ambiente e ao Gabinete do Prefeito)
1.9.	4	Ausência de banheiro público								
3.1.	5	Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque banheiro público)		Falta de planejamento; falta de estação turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas	Buscar garantir conforto do usuário das praias; evitar que usuários permaneçam na praia; possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas (prioridade)	Até 18 meses	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
2.1. - 2.2.	6	Ausência de paraciclos	Falta de planejamento	Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo ao uso de bicicleta	11	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
2.1.	7	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	Falta de planejamento; incremento das atividades	Risco de acidentes e intrusões	12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitanía, PMA)	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades de fiscalização	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar Ambiental; Corpo de bombeiros	Projeto de instalação de posto de polícia ambiental
					13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava		Até 24 meses		

12.-14.	8	Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo local	Enfraquecimento da economia	14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo	Promover desenvolvimento econômico local	Até 6 meses	Secretaria de Turismo; Sec do Meio Ambiente; Conselho Gestor da APA; OGM - PO	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica
					15	Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour				
12.-14.-18.-19.-111.	9	Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; impacto negativo à fauna silvestre	16	Educação e conscientização da comunidade local e turística	Acelerar com a presença de cães na praia	Até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (OGM-PO)	Projeto Abreço Animal
					17	Criação de um dog park na APA Costa Brava			Secretaria de Planejamento e Obras	
					18	Castração/vacina e fiscalização			Secretaria do Meio Ambiente	
21.-22.	10	Cancha de bocha [estrutura fixa] sobre a faixa de areia sem o devido processo legal	Instalação da atividade	Ocupação inadequada da faixa de areia diminuindo o espaço para os usuários e banhistas	19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha	Garantir o uso público e liberar áreas na faixa de areia (áreas de uso comum do povo)	Até 24 meses	Fundação Municipal de Esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
					20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia				
18.	11	Contaminação das lagoas de Taquaras	Despejo clandestino de efluentes não tratados	Risco de disseminação de doenças	21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc)	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários das lagoas	Até 6 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; OGM - PO; Vigilância Sanitária	Se liga na rede
					22	Ação de limpeza e revitalização das lagoas		Até 12 meses		
					23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacaranda		Até 6 meses	EMASA	
3.2.	12	Contaminação Ribeirão Aririá	do Risco de contaminação e doenças	Lançamento de efluentes não tratados	24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças	Até 06 meses	Procuradoria do PMBC; e VISA	TAC Ribeirão Aririá
					25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes			VISA	
3.1.	13	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	Risco de assaltos e mega por parte da população que frequenta o trecho	Risco de segurança pública nesse trecho, principalmente no período noturno	26	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho	Buscar garantir a segurança dos usuários	Sec. De Segurança Pública e PMSC	
2.1.	14	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	Falta de fiscalização do poder público frente à autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; conflito entre pescadores	27	Informar à PMBC a importância de criação de um departamento de gestão de pesca	Para ordenar o uso da pesca artesanal; preservar as margens (manguezal); melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; buscar garantir a segurança da qualidade	Até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores e OGM - PO	Projeto de atracadouro Público na rua Jardim da Saudade
					28	Reorganizar o espaço de vaga para atracar embarcações nos trapiches públicos em frente a rua Jardim da Saudade				

2.2.	15	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos estreitadouros no Rio Marimbai	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atraçadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca		29	Criar mais uma estrutura de apoio náutico à pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo"	do pescado		Secretaria do Meio Ambiente	
2.1 - 2.2.	16	Destinação inadequada dos resíduos sólidos(restos de pesca)	Pesca artesanal	Polução do Rio Camboriú; odores	30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinoção correta dos resíduos	Até 5 anos	Colônia de pesca; Secretaria de Planejamento; Epagn; Secretaria de Turismo; Secretaria do Meio Ambiente; Comupur; Instituto Pronatura	Projeto do Mercado Público
1.11.	17	Dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	Falta de estrutura adequada	Falta de incentivo para a atividade da maricultura	31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local	Permanente	Sec de Meio Ambiente e Sec de Planejamento	
1.8.	18	Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	Ocupação irregular	Degradção do ambiente e ocupação em áreas públicas	32	Solicitar à SPU levantamento de RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	Até 12 meses	SPU; OEM - PO; Secretaria Municipal de Infraestrutura	
1.11.	19	Elevado número de turistas na temporada de verão	Ausência de controle no número de turistas	Super lotação da praia causando diversos transtornos	33	Criar mecanismos para verificação do cumprimento dos limites estabelecidos pelo estudo de capacidade de carga	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de Turismo e Sec do Meio Ambiente	
1.8.	20	Enfraquecimento da cultura tradicional local	Ausência de incentivo pelo poder público para promoção das atividades culturais	Enfraquecimento da cultura local	34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais do local	Promover a cultura tradicional local	Até 12 meses e permanente	Sec de Turismo e Sec do Meio Ambiente	
2.1 - 2.2.	21	fenômenos naturais alteram a característica da praia, situações atípicas	fenômenos naturais impossibilidade de drenagem pluvial por conta do volume	Destruição do calçadão; alagamento das vias; carreamento do sedimento para as vias públicas	35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga	Reverter o processo de erosão da praia	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
2.1.	22	Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	Aumento das estruturas de apoio (pier, trapiches) e porte de embarcações (lanchas)	Risco de acidentes aquaviários; impactos negativos para os pescadores artesanais	36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	Até 24 meses	Colônia de Pescas; Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente; Capitania dos Portos; ConSegMar; Comitê Gestor do Rio Camboriú; Diretoria do Departamento de Desenvolvimento Ambiental	
1.11.	23	Péndulo de controle do número de ambulantes na praia	Grande numero de ambulantes sem regularização com o Município	Saturação do comércio ambulante	37	Criar alvará específico com limite por praia	Promover um maior controle e organização do comércio na faixa de areia da praia	Permanente	Sec da Fazenda, Secretaria de Planejamento, Diretoria de Departamento de Desenvolvimento Ambiental	
1.11.	24	Grande quantidade de tendas de milho e churras	autorizou o uso do espaço por licitação a um longo tempo	Ocupação da faixa de areia	38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churras	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da Receita	
2.1 - 2.2.	25	Excesso de veículos na Avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; adensamento populacional; cultura de priorização de veículos particulares	Engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmósferica/visual	39	Fechamento de vias durante o final de semana				
					40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo				
					41	Cobrar melhorias do transporte público				
					42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público				

1.11.	26	Falta na operação da rede de esgoto e solo; falta de gestão das ligações clandestinas	Parcelamento irregular do solo; risco à saúde pública; risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	Potamontagem de águas do mar e encolo freatico; risco à saúde pública; risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	43	Cobrar a execução da rede de esgoto	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	Até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; OEM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto
1.8.	27	Falta no bombeamento da rede de esgoto	Problemas técnicos							
1.4.	28	Falta de acesso para entrada do quadriciclo do OEM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento	44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mancal)	Promover a melhoria no atendimento de emergência	Até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec Obras; OEM	
1.6.	29	Falta de análise de baixabilidade pelo IMA	O trecho não está contemplado no plano de pontos do IMA	Falta de informação sobre a baixabilidade da praia	45	Solicitar ao IMA que peja incluído esse trecho na coleta e análise de águas	Ter informações sobre a baixabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente	
1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	30	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local	46	Cobrar um plano de trabalho do Conselho Gestor da APA buscando a finalização do processo	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região	Até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; OEM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
1.2. - 1.4.	31	Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	Até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; OEM - PO; Conselho Gestor da APA	Lei 4107/18; Projeto de Infraestruturas da Bandeira Azul; PRAD
1.8.	32	Falta de banheiro público para pescadores artesanais	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios	48	Continuação da execução de arborização e áreas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	Até 24 meses		
1.4.	33	Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra de engordamento da praia central	Não teve audiência pública na APA sobre esse tema	Dúvidas e desconhecimento dos fetos sobre a questão do engordamento da praia central entre os moradores do trecho	49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	Até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; OEM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras	
1.4. - 1.6. - 1.11. - 3.2.	34	Falta de estacionamento público	Falta de planejamento	Transformos para estacionar; estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística	50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	Até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos Moradores do Estaleiro	
3.2.	35	Inexistência de um Código Ambiental municipal	Dificuldade no regramento das ações de proteção e gestão ambiental do município		51	Demarcação de locais para estacionamento público	Organizar e melhorar o fluxo; conforto e segurança para turismo; estimulo à visitação; fomento à economia local	Até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; Conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; OEM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
					52	Estarculo ao transporte alternativo (bicicleta, transporte público)				
					53	Instalação de paraciclos				
					54	Informar à PMBC a importância de desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)			Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria do Município	
									Fundação Municipal de Esporte;	Projeto de reestruturação

2.1. - 2.2.	36	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas; (horários e autorizações)	Ausência de espaço e zoneamento das atividades	Conflito entre os usuários	55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	Até 24 meses	Associação Catarinense de Escolas de Surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento	Refaixa de areia; Projeto Reurbanização da Avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia
1.2. - 1.4.	37	Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto estomôstico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens	56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhorar infraestrutura e qualidade de vida	Até 48 meses	OBM - PO; Secretaria de Obras	
1.2. - 1.4. - 1.8.	38	Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e contaminação do solo	Erosão da praia e vizinhos; parcelamento irregular do terreno; drenagem de resíduos; drenagem pluvial na faixa de areia	57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	Até 48 meses	OBM - PO; Secretaria de Obras; Conselho Gestor da APA; EMASA	
1.8.	39	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão	58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	Até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; OBM - PO; Associação de moradores	Revisão do Plano Municipal de Turismo ; Plano de Manejo da APA Costa Brava
1.6.	40	Falta de políticas públicas voltadas para o turismo em geral e de turismo								
2.1.	41	Falta de posto guarda vidas com banheiro	Falta de planejamento na época da construção	Risco de demora na resposta rápida para busca e salvamento de banhistas	59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia	Em até 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto Reurbanização da Avenida Atlântica
3.2.	42	Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	Não poder programar e prever ações e projetos necessários ao tema	Falta de planejamento financeiro para o setor da orla	60	Propor no legislativo municipal projeto de lei de destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e a aplicação das ações do Projeto Orla	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores	
1.2. - 1.4. - 1.6.	43	Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; falta de gestão do poder público	Contaminação da água do mar e engol futebol; risco à saúde pública; risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial	61	Dobrar a execução da rede de esgoto	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de zoneamento básico	Até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; OBM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da rede de esgoto
1.11.	44	Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	Ausência de controle e regulamentação pelo poder público	Transtornos aos pescadores e outras embarcações particulares	62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	Até 6 meses	Sec. Turismo e Sec. do Meio Ambiente; Colônia de pescadores	
...	...	Falta de segurança	Baixo efetivo dos ônibus	Sensação de insegurança e risco	63	Instalação de boias (200m)	Promover a melhoria da	Até 6 meses	OBM; Secretaria do Meio Ambiente	

1.4.	45	segurança e policiamento	fiscalizadores	de acidentes	64	Instalar mais postos guarda vidas	segurança como um todo	Até 6 meses	Sec Segurança; AME	2-TAC PG
					65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas				
1.6.	46	Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogas)	Ausência de fiscalização pelos órgãos competentes	Afugentamento de turistas e usuários	66	Instalação de um posto de vigia (guarda ambiental municipal)	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia	Até 6 meses	OGM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME	2-TAC PG
					67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão)		Até 6 meses		
3.2.	47	Falta de segurança pública extremidades da praia	Assaltos; usuários de drogas; risco de violência sexual	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública	68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia	Permanente	OGM - PO; PMSC	
					69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal				
1.4.	48	Falta de serviço de emergência eficiente demora atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento	70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	Até 48 meses	OGM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento	
1.8.	49	Falta de um espaço público de convivência e lazer para comunidade local	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local	72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e alegria da população local	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; OGM - PO; Fundação de Cultura	Proposta de construção de um centro histórico cultural
1.11.	50	Laranjeiras não estão inclusas na área da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; desorganização e falta de informação da sociedade civil; falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local	73	Cobrar um plano de trabalho do Conselho Gestor da APA buscando a finalização do processo	Estabelecer segurança jurídica e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região	Até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; OGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava
2.1. - 2.2.	51	Milho e churrasco com estrutura fixa sobre faixa de areia	Ocupação antiga na faixa de areia para espetáculos e TAC com MP estadual regulamentando a situação	Estrutura de concreto na faixa de areia para espetáculos e TAC com MP estadual regulamentando o caso por se tratar de área federal	74	Buscar o Termo de Ajustamento de Conduta no MP Federal para manter as estruturas etárias até a reurbanização da praia		Até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churrasco; aluguel de cadeira e guarda sol; Município e Secretarias; SPU	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica
					75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a reurbanização da praia no caso de notificação para demolição	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais	Indeterminado		
					76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas de vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso)		Indeterminado		
1.11.	52	Mobilidade urbana na temporada de verão	Falta de planejamento e gestão; falta de fiscalização e cobrança do Município frente às empresas de transporte público	Congestionamento; excesso de veículos; transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias	77	Informar à PMBC a importância de novas alternativas de transporte público	Melhoria no transporte; maior visitação; redução do número de veículos; melhorar a segurança do usuário	Até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; OGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
					78	Informar à PMBC a importância da aprovação e execução do Plano de Mobilidade				
					79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus				

2.1 - 2.2	53	Número insuficiente de banheiros públicos	Falta de planejamento	Risco de transmissão de doenças; contaminação da areia; odores	80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; Sec. De Planejamento	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica	
1.2 - 1.4 - 1.6 - 1.8 - 1.11.	54	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atendimento turístico do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas	81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiros público com a possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas	Buscar garantir conforto do usuário das praias; evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas	Até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul	
1.11.	55	Ocupações irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	Ausência de fiscalização pelo poder público na época da implantação	Ocupação desordenada	82	Elaborar e executar o PRAD	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec. do Meio Ambiente, Sec. de Planejamento e CGM		
2.2.	56	Poluição do Marimbai	Rio	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas)	Buscar garantir um ambiente saudável e permanente	Até 12 meses	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano balhas; Jardim flutante (UNIVAL); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede	
1.2 - 1.4 - 1.8 - 1.11.	57	Poluição sonora		Falta de educação e respeito à legislação vigente; falta de fiscalização efetiva	Perturbação da ordem pública; impacto na fauna; desqualificação do turismo	85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários	Até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
						86	Instalação de placas informativas sobre o tema				
2.1 - 2.2	58	Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; instalação de placas informativas	Harmonizar e conivência entre os usuários da praia	Até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica	
2.2.	59	Poluição visual ocasionada na praia por sem a devida regulamentação (patrocínio)	Instalação de publicidade na praia	Instalação de publicidade devido a legislação vigente	88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei municipal 3507/16 a fim de estabelecer regras e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão	Até 12 meses	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento		
2.1 - 2.2	60	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, Hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; emissão de LAP para empreendimentos de grande porte (ex: BC Port)	Impacto negativo para atividades de pesca e náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, sociais, urbanos, econômicos, turísticos e de mobilidade urbana.	90	Induzir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água			Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento; Conselho da Cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO	Empreendimento BC Port	
					91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade da instalação	Incluir o município na decisão de ocupação do espelho d'água	Até que os processos licenciamento sejam indeferidos			
					92	Considerar o decidido no Projeto Ona frente instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água					
2.1 - 2.2	61	Presença de "bloom" de diatomáceas briococáceas na água de banho e faixa de areia	Saneamento básico ineficiente; extinção da fauna predadora; dragagem do Rio Camboriú; construção do molhe da Barra Sul; local de despejo inadequado da dragagem do Rio Itajaí-Açu (bota-fora) muito próximo da Praia Central de BC	Perda de qualidade de água para banho; odores; estético/paisagístico; saúde pública; contaminação da faixa de areia; diminuição da área ocupável da faixa de areia; utilização de máquinas e maior efetivo da equipe de limpeza para a retirada dos organismos na praia; diminuição do fluxo turístico	93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema			Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colônia de Pescadores e CGM - PO	Estudo sobre o tema com parceria da Unival e Secretaria do Meio Ambiente; projeto para filtragem e retenção dos briococáceas	
					94	Melhorar a qualidade de água do Rio Camboriú					
					95	Realizar a ação-de-tratamento-de-efluentes líquidos do município (EMASA)					
					96	Estudo da influência do "bota-fora" de dragagem do Rio Itajaí-Açu					
					97	Adequar o sistema de drenagem do município					

3.1.	62	Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Praia	Poção ambiental	Falta de conscientização e educação dos usuários	98	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente	
3.1.	63	Risco de contaminação de água oriunda do Rio Merimbaba	Risco de transmissão de doenças para os banhistas	Lançamento clandestino de efluentes não tratados no Rio Merimbaba	99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas)	Buscar garantir um ambiente saudável e limpo para os usuários	Até 24 meses	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nancôbas; Jardim Flâncante (UNIVAU); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede
					100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes				
2.1 - 2.2.	64	Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; visibilidade de execução das atividades	101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	Até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes	Projeto de Reurbanização da avenida Atlântica
1.2 - 1.4 - 1.8 - 1.11 - 1.4; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	65	Supressão da vegetação nativa/de restinga	Desrespeito à legislação ambiental; uso indevido de áreas de vegetação ge restinga; degradação ambiental	Perda de biodiversidade; perda de proteção costeira; perda paisagística; uso inadequado do solo	102	Remoção de espécies exóticas	Promover a recuperação do ecossistema costeiro	Até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; OSM - PO; Secretaria de Obras; Conselho Gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas	
1.2 - 1.4 - 1.6 - 1.8 - 1.9.	66	Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; falta de fiscalização e cobrança do Município frente às empresas de transporte público	Congestionamento; excesso de veículos; transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interiores	103	Cercamento de áreas a serem recuperadas				
					104	Reintrodução de espécies nativas				
					105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas				
					106	Informar à PMBC a importância de novas alternativas de transporte público				
1.6.	67	Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão	Poluição, doenças...	107	Informar à PMBC a importância de aprovação e execução do Plano de Mobilidade; melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhorias no transporte; maior visitação; redução de número de veículos; melhorar a segurança do usuário	Até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; OSM - PO	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público
					108	Cobrar limpeza pública	Melhorias da limpeza pública	Até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	68	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	Poluição do ambiente natural	Falta de educação	109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; OSM-PO	
1.1	69	Uso de drogas	Ausência de fiscalização dos órgãos competentes	Baixo efetivo	110	Aumento de Fiscalização policial	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; OSM-PO	
					111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos				
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	70	Risco de acidentes	Falta de conhecimento e de informações sobre o tema	Ausência de informações	112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; OSM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	71	Resíduos sólidos trazidos pelo mar	Poluição do ambiente natural	Descarte inadequado dos resíduos	113	Implantação do Programa Lixo fora d'água	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; OSM-PO	
					114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar				
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	72	Invasões	Degradção ambiental	Ocupação irregular	115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; OSM-PO	

1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	73	Degradação ambiental natural do local	Perda da biodiversidade	Uso inadequado do solo	116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir proteção das nascentes	Até 12 meses	Sec. Meio Ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	74	Queimadas	Degradação ambiental	Falta de educação dos usuários e pescadores amadores	117	Criação de uma base avançada de guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraias	Promover uma fiscalização mais efetiva	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	75	Criminalidade	Assaltos e furtos	Baixo efetivo dos agentes de segurança pública	118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	76	Falta de informação e sinalização	Atividade de turismo fica prejudicada	Ausência de planejamento pelo poder público	119	Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; OGM-PO	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	77	Pesca ilegal com rede futeieira	Perda da biodiversidade local	Senância de alguns pescadores	120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM Ambiental; Guarda Municipal Ambiental; IMA; IBAMA; Colônia de Pesca	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	78	Pesca ilegal noturna	Perda da biodiversidade local	Senância de alguns pescadores			Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM Ambiental; Guarda Municipal Ambiental; IMA; IBAMA; Colônia de Pesca	
1.1; 1.5; 1.7	79	Polução sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	Perturbação do sossego e afugentamento da fauna	Falta de educação	121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (OP)	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	Permanente	Sec. Meio Ambiente; OP; OGM-PO	
	80	Risco de acidentes com embarcações	Risco de morte humana e contaminação do ambiente marinho	Navegação em desacordo com as regras			Promover a segurança da navegação	Permanente	OP; CBM	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	81	Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	Risco de acidentes	Baixo efetivo dos agentes competentes			Promover uma maior segurança da navegação	Permanente	OP	
	82	Desembarque de grande número de turistas em algumas datas	Chegada de cruzeiros	Falta de controle sobre a quantidade de turistas; Infraestrutura reduzida para um alto número de turistas que desembarcam	122	Incremento do cálculo e monitoramento da capacidade de recebimento de visitantes, associados aos cálculos de capacidade de carga	Controle de quantidade de desembarque de turistas	Permanente	Secretaria de Turismo	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	83	Falta de ordenamento do espelho d'água	Risco de acidentes	Ausência de planejamento pelo poder público	123	Elaboração e implementação do Planejamento Especial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; OP	
1.1; 1.3; 1.5; 1.7	84	Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas	Risco de acidentes	Navegação em desacordo com as regras	124	Implantação de boas sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	Até 12 meses	CBM; OP; Sec. Meio Ambiente	
1.3	85	Polução das Lagoas	Risco de doenças	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	125	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas das lagoas	Promover a despoluição das lagoas	imediatamente	VISA	

Parágrafo único – Destaca-se que todas as ações propostas neste PGI considera normativas pertinentes a sua execução, bem como a busca por todas as autorizações que lhe couber, e que cabe ao município a responsabilidade sobre cada execução, assim como lhe cabe proceder com legislações e procedimentos licitatórios.

Os critérios de preservação socioambiental deveram ser observados quando sugestão de implantação e/ou ampliação de estacionamento no entorno da praia. Também, considerar a possibilidade de buscar outras alternativas de transporte e acesso á praia, como uma linha de transporte coletivo

Anexo 16 – “Quadro síntese 2” para cada um dos trechos da orla de BC – apêndice 2.

1.2 Estaleirinho

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hotelaria Vôlei de praia Eventos de surf Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Pratica de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acessos públicos inadequado (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamento irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana.
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais.	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal.
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforte do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul.
			Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO.	Plano de Manejo da APA Costa Brava

					ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;			
Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO.		
Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA.		
Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA.		
Falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens;	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;		
Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	1-Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; 2-Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; 3- Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.	Promover o desenvolvimento econômico local	1- até 24 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO		Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica.
Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	1- Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia; 2- Plano e execução de arborização das vias;	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	1- até 36 meses; 2- até 24 meses.	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA.		Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD.

1.4. Estaleiro

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
--------	---------------------------	-----------------	-----------	----------------------	---	-----------------	------------	----------------------	-------------	--------------------------------------

B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hotelaria Vôlei de praia Eventos de surf Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Pratica de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
	Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;		Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana	
	Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais.		Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores ; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal	
	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia		Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforte do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul	
	Falta de rede de esgoto	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.		Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Ampliação da Rede de esgoto;	
	Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;		Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpriais;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.	
	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.		Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava	
	Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;		Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO		
	Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de		Perda da biodiversidade; Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	Remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA		

			restinga						
	Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia.	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA.		
	Falta de pavimentação das ruas de acesso a praia	Falta de planejamento	Contaminação da praia; impacto atmosférico por dispersão de material particulado; obstrução de drenagens;	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;		
	Falta de segurança aquática e policiamento	Baixo efetivo dos órgãos fiscalizadores	Sensação de insegurança e risco de acidentes	1- Instalação de boias (200m); 2- Instalar mais postos guardas vidas; 3- Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	Promover a melhoria da segurança como um todo	1- até 6 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME.	2- TAC FG;	
	Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	Ausência de planejamento	Demora no atendimento	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergência	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM.		
	Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Enfraquecimento da economia local	1-Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; 2- Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; 3- Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.	Promover o desenvolvimento econômico local	1- até 24 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA.	Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava; Projeto Rota Cênica.	
	Falta de arborização e áreas verdes de lazer	Ausência de planejamento do poder público	Poucas áreas verdes de lazer arborizadas	1- Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia; 2- Plano e execução de arborização das vias;	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	1- até 36 meses; 2- até 24 meses	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA.	Lei 4107/18; Projeto de infraestruturas do Bandeira Azul; PRAD.	
	Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	Ausência de planejamento do poder público	Demora no atendimento	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento.		
	Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da pública na APA sobre esse tema	Não teve audiência pública na APA sobre esse tema	Dúvidas e desconhecimento dos fatos sobre a questão do engordamento da praia central entre os moradores do trecho	Solicitar ao poder público esclarecimento dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro.		

1.6. Pinho

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
--------	---------------------------	-----------------	-----------	----------------------	---	-----------------	------------	----------------------	-------------	--------------------------------------

A	Praia de Naturismo. Ambiente natural ainda bem preservado.	Ecoturismo; Turismo relacionado ao naturismo; Eventos culturais e gastronômicos; Mirantes de observação (canto norte); Cicloturismo	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
	Falta de estacionamento público	Falta de planejamento;		Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana	
	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia		Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforte do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul	
	Falta de limpeza pública	Falta de planejamento e gestão		Poluição, doenças...	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;		
	Falta de rede de esgoto/água	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.		Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;	
	Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;		Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.	
	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.		Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava Foi aprovado em dezembro de 2020	
	Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público (libertinagem, sexo, drogas)	Ausência de fiscalização pelos órgãos competentes		Afugentamento de turistas e usuários	1- Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal); 3- Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia.	1- até 6 meses; 2- até 6 meses; 3- até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME.	2- TAC FG;	
	Falta de políticas públicas voltadas para o turismo	Ausência de planejamento e projetos	Baixo número de turistas fora da temporada de	Contemplar no plano municipal do turismo ações para	Promover o incremento da atividade de turismo no	1- até dezembro	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores e	Revisão do Plano Municipal de		

			em geral e de naturismo	pelo poder público para o trecho em questão	verão	promoção da Praia do Pinho	trecho em questão	2019	proprietários da praia do Pinho.	Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava.
			Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	O trecho não está contemplado no plano de pontos do IMA	Falta de informação sobre a balneabilidade da praia.	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente	

1.8. Taquaras

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina; Restaurantes; área residencial; Hotelaria; Comunidade tradicional; Turismo de sol e mar; Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga; Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura; Observação de aves; Obter a certificação Bandeira Azul; Valorização da cultura local tradicional (engenho de farinha de mandioca, pesca artesanal); Atividades de Educação ambiental; Prática de mergulho recreativo; Eventos culturais e Gastronômicos; Cicloturismo	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Falta de banheiro público para pescadores	Ausência de planejamento e projeto	Pescadores fazendo suas necessidades fisiológicas em locais impróprios	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras	
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Enfraquecimento da cultura tradicional local	Ausência de incentivo pelo poder público para promoção das atividades culturais	Enfraquecimento da cultura local	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais da local	Promover a cultura tradicional local	Em até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente	
			Falha no bombeamento da rede de esgoto	Problemas técnicos	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico.	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Ampliação da Rede de esgoto;
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.

					ônibus.					
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	
			Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
			Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	Remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
			Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	Falta de planejamento e parcelamento irregular do solo	Erosão da praia e vias, Contaminação da praia; alagamento de residências; drenagem pluvial na faixa de areia.	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA.	
			Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	Ausência de planejamento e projeto por parte do poder público	Falta de opção de lazer para a comunidade local	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura.	Proposta de construção de um centro histórico cultural
			Contaminação da lagoa de Taquaras	Despejo clandestino de efluentes não tratados	Risco de disseminação de doenças	1- Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc). 2- Ação de limpeza e revitalização da lagoa. 3- Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	1- até 6 meses. 2- até 12 meses. 3- até 6 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária.	Liga-se na rede;
			Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	Ocupação irregular	Degradação do ambiente e ocupação em áreas públicas	1- Solicitar a SPU levantamento de RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	1- Até 12 meses;	Secretaria de infraestrutura; SPU; CGM - PO	
			Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	Ausência de planejamento e projetos pelo poder público para o trecho em questão	Baixo número de turistas fora da temporada de verão	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	1- até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores.	Revisão do Plano Municipal de Turismo; Plano de Manejo da APA Costa Brava

1.9. Taquarinhas

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
--------	---------------------------	-----------------	-----------	----------------------	---	-----------------	------------	----------------------	-------------	--------------------------------------

A	Pesca artesanal Existência Fauna e Flora endêmica Turismo de sol e mar Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Cicloturismo	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Pesca artesanal Criação de UC de proteção integral Atividades de Educação ambiental Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo	Acesso existente perigoso	Falta de planejamento;	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guardas vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Possível criação de UC (Decreto Parque Natural)
			Acesso existente perigoso	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana
			Cachorro na praia	Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais.	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal
			Ausência de banheiro público	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforte do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Transporte público deficiente	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava Foi aprovado em dezembro de 2020

1.11. Laranjeiras

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
B	Pesca artesanal e submarina Restaurantes área residencial Hotelaria Vôlei de praia Eventos de surf	Ecoturismo e turismo de aventura Observação de aves Manter a	Acessos públicos inadequados (passarelas e ruas irregulares)	Efeitos de ressacas (passarelas); falta de planejamento; falta de manutenção e adequação; abertura de acessos por particulares.	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia;	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto parcial de implantação de infraestruturas de praia.

	<p>Turismo de sol e mar Casa de eventos (casamentos) Praia exposta reflectiva com vegetação de restinga Camping Desova de tartaruga Cicloturismo</p> <p>certificação Bandeira Azul Campeonato de surf e body board Campeonato de pesca esportiva Atividades de Educação ambiental Pratica de mergulho recreativo Eventos culturais e gastronômicos Mirantes de observação (canto norte) Cicloturismo Sítios Arqueológicos</p>	<p>Falta de estacionamento público Abandono de animais; falta de educação/conscientização dos tutores dos animais Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1) Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas Mobilidade urbana na temporada de verão Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava Poluição sonora Supressão da vegetação de restinga Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes) Excesso de Ambulantes na praia</p>	Falta de planejamento;	Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística;	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana	
			Cachorro na praia	Transmissão de doenças; risco de segurança/ataque; risco de saúde ao animal; Impacto negativo a fauna silvestre;	Educação e conscientização da comunidade local e turística; criação de um dog park; Castração/vacina e fiscalização;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	Projeto Abraço Animal	
			Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	Falta de planejamento; falta de atenção turística do poder público para com a praia; incremento de usuários de praia	Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros.	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar.	Projeto de infraestruturas do Programa Bandeira Azul
			Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas	Parcelamento irregular do solo; Falta de gestão do poder público.	Contaminação da água do mar e lençol freático; risco a saúde pública; Risco de perda da Bandeira Azul; ligação clandestina de esgoto na drenagem pluvial.	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico.	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária	Ampliação da Rede de esgoto;
			Mobilidade urbana na temporada de verão	Falta de planejamento e gestão; Falta de fiscalização e cobrança do município frente as empresas de transporte público;	Congestionamento; excesso de veículos; Transtorno na rotina dos usuários; dificuldade de deslocamento do centro/interpraias;	Buscar novas alternativas de transporte público; Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus.	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;	Plano de Mobilidade Urbana; Plano de reestruturação de transporte público.
			Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava	Falta de interesse político por 15 anos; Desorganização e falta de informação da sociedade civil; Falta de conscientização da sociedade civil no processo participativo.	Insegurança jurídica; Desvalorização imobiliária; Estagnação econômica e limitação de desenvolvimento socioeconômico local;	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO	Plano de Manejo da APA Costa Brava Foi aprovado em dezembro de 2020
			Poluição sonora	Falta de educação e respeito a legislação vigente; falta de fiscalização efetiva;	Perturbação da ordem pública; Impacto na fauna; desqualificação do turismo;	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva; Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO	
			Supressão da vegetação de restinga	Desrespeito a legislação ambiental; Uso indevido da área de vegetação de restinga	Perda da biodiversidade, Perda de proteção costeira; Perda paisagística;	Remoção de espécies exóticas; cercamento de áreas a serem recuperadas;	Promover a recuperação do ecossistema de restinga	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA	
			Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	Ausência de fiscalização pelo poder público na época da implantação	Ocupação desordenada	Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO	
			Excesso de Ambulantes na praia	Liberação de Alvarás sem controle pelo poder público	Saturação do comércio ambulante	1- Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comércio na faixa de áreia da praia	Permanente	Sec da receita	

		Elevado número de turistas na temporada de verão	Ausência de controle no número de turistas	Superlotação da praia causando diversos transtornos	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente	
		Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	Ausência de controle e regulamentação pelo poder público	Transtornos aos pescadores e outras embarcações particulares	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores	
		Dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	Falta de estrutura adequada	Falta de incentivo para a atividade da maricultura	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento	
		Excesso de tenda de milhos e churros	Liberação de Alvarás sem controle para essa atividade	Ocupação da faixa de areia	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita	

2.1. Barra Sul

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
C	Esportes náuticos (jet Velas Windsurf Canoagem Sup beach tênis futebol futevôlei Pesca artesanal Passeios turísticos embarcados Lazer para crianças (parque infantil) Gastronomia comércio Ancoragem de embarcações Bocha Comercio artesanal local (associação de mães) Presença de ecossistemas protegidos (manguezal) Quiosques	Atividades de esportes náuticos Esportes na areia Valorização da cultura local (pesca artesanal, gastronomia, artesanato) Incremento de Infraestruturas de apoio náutico para pequenas e médias embarcações Estruturas flutuantes Exploração de eventos turísticos	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	Ausência de espaço e zoneamento das atividades	Conflito entre os usuários	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento.	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica; Estruturas de apoio aos esportes de praia.

Venda de milho e churros Turismo religioso cultural (Capela Santo Amaro e Casa Linhares) Atividade de turismo (bondinho) Píer turístico Eventos artísticos em geral Vendedores ambulantes turismo receptivo de cruzeiros Show de Fogos de artifício no primeiro de ano							Captania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú	
	Poluição sonora na faixa de orla	Caixas de som na faixa de areia;	Poluição sonora; irritabilidade; desestímulo ao uso da praia pelo usuário	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
	Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ocupação inadequada da área de praia (vegetação de restinga);	Destrução do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas.	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica;
	Excesso de veículos na Avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veículos particulares.	Engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Trasporte Público
	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	Falta de planejamento incremento das atividades	Risco de acidentes e infrações	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;	Projeto de instalação de posto da polícia ambiental;
	Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades.	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica
	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade; Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado.	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO	Projeto de atracadouro Público na Rua Jardim da Saudade;
	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte (ex: BC Port)	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO	Empreendimento BC Port
	Presença de "bloom"	Saneamento básico	Perda da qualidade de água	Desenvolvimento de novos	Reestabelecer a qualidade	até 48 meses	Secretaria do Meio	Estudo sobre o tema

2.2. Praia Central

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
C	Esportes náuticos (jet Velas Windsurf Canoagem Sup beach tenis futebol futvolei Pesca artesanal Passeios turísticos embarcados Lazer para crianças (parque infantil) Gastronomia comércio Ancoragem de embarcações Bocha Comercio artesanal local (associação de mães) Presença de ecossistemas protegidos (manguezal)	Atividades de esportes náuticos Esportes na areia Valorização da cultura local (pesca artesanal, gastronomia, artesanato) Incremento de Infraestruturas de apoio náutico para pequenas e médias embarcações Estruturas flutuantes Exploração de eventos turísticos	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações) Destinação inadequada dos resíduos sólidos(restos de pesca) Número insuficiente de banheiros públicos Ausência de paraciclos Poluição sonora na faixa de orla Erosão causando a diminuição da faixa de areia	Ausência de espaço e zoneamento das atividades Conflito entre os usuários Poluição do rio Camboriú; Odores. Risco de transmissão de doença; Contaminação da areia; odores; Ocupação inadequada do espaço público para guardar bicicletas; desestímulo do uso de bicicleta. Caixas de som na faixa de areia; Destrução do calçadão; Alagamento das vias; Carreamento do sedimento para as vias públicas.	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado Instalação de paraciclos Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a destinação correta dos resíduos Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta Harmonizar a convivência entre os usuários da praia Reverter o processo de erosão da praia	até 24 meses até 5 anos até 48 meses até 48 meses até 24 meses até 48 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento. Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur: Instituto Pronatura Secretaria do Meio Aambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes. Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da Avenida Atlântica; Projeto do Mercado Público; Projeto de reurbanização da Avenida Atlântica Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica	
		Excesso de veículos na Avenida Atlântica	Deficiência no transporte público; Adensamento populacional; Cultura de priorização de veículos particulares.	Engarrafamento; lentidão de deslocamento; acidentes; poluição sonora/atmosférica/visual.	Fechamento de vias durante o final de semana; elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; cobrar melhorias do transporte público; cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público.	Para buscar uma melhoria na mobilidade urbana e de qualidade de vida.	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO	Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do Trasporte Público	
		Saturação da ciclofaixa e passeio público	Aumento do número de usuários e modais (skate, patinetes motorizados, bicicletas, etc)	Risco de acidentes; viabilidade de execução das atividades.	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes.	Projeto de Reurbanização da Avenida Atlântica	

			Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambai	Falta de fiscalização do poder público frente a autorização de pesca; falta de atracadouros para pesca; excesso de embarcações de pesca	Degradação da vegetação das margens; Conflito entre pescadores;	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade; Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores e CGM - PO.	Projeto de atracadouro Público na Rua Jardim da Saudade;
			Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	Especulação do espelho d'água; Emissão de LAP para empreendimento de grande porte	Impacto negativo para atividades de pesca, náutica. Impactos negativos paisagísticos, ambientais, mobilidade urbana, social, econômico, turístico.	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água; Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO	Empreendimento BC Port
			Presença de "bloom" de diatomáceas e briozoários na água de banho e faixa de areia	Saneamento básico ineficiente; extinção da fauna predadora; dragagem do rio Camboriú, construção do molhe da barra sul; Local de despejo inadequado da dragagem do Rio Itajaí Açu (Bota fora) muito próximo da praia central de BC;	Perda da qualidade de água para banho; odores; estético/paisagístico; saúde pública; contaminação da faixa de areia; diminuição da área ocupável da faixa de areia; Utilização de máquinas e maior efetivo da equipe de limpeza para a retirada dos organismos na praia; diminuição do fluxo turístico.	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema; Melhoria do saneamento básico; Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú; estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu; Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA); Adequar o sistema de drenagem do município	Reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos à saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; colônia de Pescadores e CGM - PO	Estudo sobre o tema com parceria da Univali e secretaria do Meio Ambiente; Projeto para filtragem e retenção dos briozoários e diatomáceas.
			Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	Ocupação antiga na faixa de areia para essa atividade e TAC com MP estadual regulamentando a situação.	Estrutura de concreto na faixa de areia. TAC pelo MP estadual sem a devida Competência para o caso por se tratar de área federal.	1- Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia; 2- Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição; 3-Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de Acordo com as normas atuais.	1- até 3 meses; 2- indeterminado; 3 - indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e Secretarias; SPU;	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto reurbanização da avenida Atlântica;
			Cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	Instalação da atividade sem o devido processo legal.	Ocupação inadequada da faixa de areia diminuindo o espaço para os usuários	1- Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha. 2- retirar as canchas de	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum	Até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de	Projeto de reestruturação da faixa de areia; Projeto

			e banhistas.	bocha da faixa de areia; 3	do povo).		bocha	reurbanização da avenida Atlântica;
	Poluição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocínio)	Instalação da publicidade sem a devida regulamentação da legislação vigente	Aumento da poluição visual	1- Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade; 2- fiscalizar a instalação de publicidade na praia;	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão.	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento	
	Poluição do Rio Marambaia	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	Risco de contaminação do ambiente e doenças para os usuários da praia.	1- Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas); 2- Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	1 Imediato e permanente; 2 Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede

3.1. Pontal Norte

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Ambiente natural com baixíssimo de ocupação antrópica. Trecho utilizado por turistas e moradores que buscam um local mais preservado para passeios e atividade de pesca amadora. Nesse trecho também está localizada a base de busca e salvamento aquático do CBM. Apresenta também um deck suspenso que liga a barra norte até a praia do buraco.	Aumento no fluxo de turistas; Criação de UC municipal	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	Risco de assaltos e medo por parte da população que frequenta o trecho.	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública nesse trecho, principalmente no período noturno.	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC	
			Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	Risco de Transmissão de doenças para os banhistas	Lançamento clandestino de efluentes não tratados no Rio Marambaia.	1- Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas); 2- Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	1 Imediato e permanente; 2 Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras	Emissário de esgoto; Nano bolhas; Jardim filtrante (UNIVALI); Lei atual para ligação de esgoto; Se liga na rede
			Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha	Poluição ambiental.	Falta de consciência e educação dos usuários.	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente	

3.2. Praia do Buraco

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Esportes aquático (surf); Turismo de sol e mar; pouso de parapente; pesca amadora de vara;	Body surf, Evento de bodyboard/surf Eco turismo Observação de aves Caminhadas Turismo de sol e mar	Acesso precário (acesso norte) Falta de estacionamento público ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	Supressão da vegetação da restinga; falta de acesso à praia; dificuldade de acesso do turista à praia; Transtornos para estacionar; Estacionamentos irregulares; diminuição de visitação turística; Usuário fazendo necessidades fisiológicas na praia; diminuição da permanência na praia; concentração em determinadas áreas da praia com banheiros	falta de manutenção e adequação;	1- Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca). Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia; Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores ; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)	
			Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	Não poder programar e prever ações e projetos necessários ao tema	Falta de planejamento financeiro para o setor da orla	1- Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir conforte do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas; Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar	
			Falta de existência de um Código Ambiental municipal	Dificuldade no regramento da ações de proteção e gestão ambiental do município		1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)				
			Contaminação do Ribeirão Ariribá	Risco de contaminação e doenças	Lançamento de efluentes não tratados	1- Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão. 2- Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	em até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC ribeirão Ariribá
			Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel "privatização" de área de uso comum do povo	Usuário da praia que não está hospedado no hotel não pode ficar nessa faixa de areia.	Uso indevido da área comum do povo sem anuência do órgão competente.	1-Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente. 2- Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo. 3 - Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e o cumprimento da legislação em vigor.	Em até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,	

						de área comum do povo (hotel). 4- Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor				
			Falta de segurança pública nas extremidades da praia	Assaltos; usuários de drogas; risco de violência sexual	Pouca fiscalização por parte dos órgãos de segurança pública	1- solicitar o aumento do policiamento militar na área; 2- solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.	permanente	CGM - PO; PMSC	

Costões Rochosos 1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3.

CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	ATIVIDADE GERADORA	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	TRECHOS ONDE SE APLICA	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
A	Complexo turístico com eventos e Parque aquático Residências e comércio Acesso sul da Av. Interpraias Pesca esportiva Trilhas Ciclismo na via de acesso Maratonas Mergulho Pesca submarina Atividades náuticas motorizadas e sem motor Maricultura Pesca de rede de cerco	Eco turismo Infraestrutura turística Corrida de aventura Escalada trilhas socioeducativas Entretenimento Observação de aves Conservação marinha Produção de hortaliças orgânicas Pesquisas científicas, artísticas e culturais Pesca esportiva Mergulho recreativo Pagamento por serviços ambientais Criação de áreas protegidas	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	Poluição do ambiente natural	Falta de educação	1. Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO	
			Uso de drogas	Ausência de fiscalização dos órgãos competentes	Baixo efetivo	1. Aumento de Fiscalização policial. 2. Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Promover a segurança dos usuários	1.1	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM-PO	
			Risco de acidentes	Falta de conhecimento de informações sobre o tema	Ausência de informações	1. Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Resíduos sólidos trazidos pelo mar	Poluição do ambiente natural	Descarte inadequado dos resíduos	1.Implantação do Programa Lixo fora d'água. 2. elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	Promover a destinação adequada do lixo	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Invasões	Degradação ambiental	Ocupação irregular	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO	
			Degradação do ambiente natural	Perda da biodiversidade local	Uso inadequado do solo	1. Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO	
			Queimadas	Degradação ambiental	Falta de educação dos usuários e pescadores amadores	1. Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraias	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO	
			Criminalidade	Assaltos e furtos	Baixo efetivo dos agentes de segurança pública	1. Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM-PO	
			Falta de informação e sinalização	Atividade de turismo fica prejudicada	Ausência de planejamento pelo poder público	1. Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO	
			Supressão da vegetação nativa	Degradação ambiental	Uso inadequado do solo	1. Reintrodução de espécies nativas. 2. Campanhas para	Promover um ambiente mais	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24meses	sec. Meio Ambiente; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas; CGM-PO	

					arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas. 3. Substituição da vegetação exótica por nativa	equilibrado e saudável				
Pesca ilegal com rede feiticeira	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca			
Pesca ilegal noturna	Perda da biodiversidade local	Ganância de alguns pescadores	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca			
Poluição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	Perturbação do sossego e afugentamento da fauna	Falta de educação	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	1.1; 1.5; 1.7	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO			
Falta de ordenamento do espelho d'água	Risco de acidentes	Ausência de planejamento pelo poder público	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Até 24meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP			
Risco de acidentes com embarcações	Risco de morte humana e contaminação do ambiente marinho	Navegação em desacordo com as regras	Incremento da fiscalização marinha (CP)	Promover a segurança da navegação	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	CP; CBM;			
Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas	Risco de acidentes	Navegação em desacordo com as regras	1. Implantação de boias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;			
Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	Risco de acidentes	Baixo efetivo dos agentes competentes	Incremento da fiscalização marinha (CP)	Promover uma maior segurança da navegação	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	Permanente	CP;			
Contaminação do Ribeirão Ariribá	Risco de Contaminação e doenças	Lançamento de Efluentes não tratados	1- Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão. 2- Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	Buscar garantir um Meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	3.3.	em até 06 Meses	Procuradoria da PMBC; e VISA	TAC ribeirão Ariribá		
Poluição da Lagoa	Risco de doenças	Lançamento clandestino de efluentes não tratados	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a despoluição da lagoa	1.3	Imediato	VISA			

Anexo 17 - Quadro “4” - Síntese de Problemas da orla de BC. Apêndice 3.

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. MED.	AÇÕES E MEDIDAS
1	Acesso perigoso, precário ou inadequado	1.9. 3.2.	1 2 3	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guarda vidas e as condições de uso da praia. Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).
2	Apropriação da faixa de areia em frente ao Hotel "privatização" de área de uso comum do povo	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.11.	4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).
3	Assoreamento da margem direita do rio Camboriú da passarela até a rampa da rua Joana Maria	3.2.	5 6 7 8	Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo. Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel) Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor
4	Ausência de banheiro público	1.9.	9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens
5	Ausência de estrutura de apoio ao usuário da praia (quiosque e banheiro público)	3.2.	10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;
6	Ausência de paraciclos	2.1. - 2.2.	11	Instalação de paraciclos

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. MED.	AÇÕES E MEDIDAS
7	Ausência de uma estrutura física para órgãos competentes de fiscalização	2.1.	12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,
8	Baixa atividade de turismo fora da temporada de verão	1.2. - 1.4.	13 14 15	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava; Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo; Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.
9	Cachorro na praia	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.9. - 1.11.	16 17 18 19 20 21 22 23	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas; Criação de um <i>dog park</i> na APA Costa Brava; Castração/vacina e fiscalização; Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha. Retirar as canchas de bocha da faixa de areia; Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc). Ação de limpeza e revitalização da lagoa. Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá
10	Cancha de bocha (estrutura fixa) sobre a praia	2.1. - 2.2.	24 25	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão. Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes
11	Contaminação da lagoa de Taquaras	1.8.		
12	Contaminação do Ribeirão Ariribá	3.2.		
13	Criminalidade e usos de drogas no período noturno	3.1.	26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
14	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Camboriú	2.1.	27 28	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca; Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches públicos em frente à rua Jardim da Saudade;
15	Desordenamento do uso das embarcações de pesca nos atracadouros no Rio Marambaia	2.2.	29	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".
16	Destinação inadequada dos resíduos sólidos (restos de pesca)	2.1. - 2.2.	30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca
17	Dificuldade de retirada da produção de maricultura e pesca artesanal	1.11.	31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.
18	Edificação em terreno de marinha não regularizada junto a SPU	1.8.	32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;
19	Elevado número de turistas na temporada de verão	1.11.	33	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;
20	Enfraquecimento da cultura tradicional local	1.8.	34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais di local
21	Erosão causando a diminuição da faixa de areia	2.1. - 2.2.	35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;
22	Estrangulamento da área navegável do Rio Camboriú	2.1.	36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água
23	Excesso de Ambulantes na praia	1.11.	37	Criar alvará específico com limite por praia;
24	Excesso de tenda de milhos e churros	1.11.	38 39	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros Fechamento de vias durante o final de semana;
25	Excesso de veículos na avenida Atlântica	2.1. - 2.2.	40 41	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo; Cobrar melhorias do transporte público;

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
			42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público
26	Falha na operação de rede de esgoto e ligações clandestinas	1.11.	43	Cobrar a execução da rede de esgoto;
27	Falha no bombeamento da rede de esgoto	1.8.		
28	Falta de acesso para entrada do quadriciclo do CBM	1.4.	44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);
29	Falta de análise de balneabilidade pelo IMA	1.6.	45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água
30	Falta de aprovação do Plano de Manejo da APA Costa Brava	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;
31	Falta de arborização e áreas verdes de lazer	1.2. - 1.4.	47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia
			48	Plano e execução de arborização das vias ;
32	Falta de banheiro público para pescadores artesanais	1.8.	49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas
33	Falta de esclarecimento (comunidade da APA) dos possíveis impactos negativos na região da APA causados pela obra de engordamento da praia central	1.4.	50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA
34	Falta de estacionamento público	1.4. - 1.6. - 1.11. - 3.2.	51	Demarcação de locais para estacionamento público;
			52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público);
			53	Instalação de paraciclos
35	Falta de existência de um Código Ambiental municipal	3.2.	54	Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)
36	Falta de ordenamento e espaço das atividades esportivas (horários e autorizações)	2.1. - 2.2.	55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
37	Falta de pavimentação das ruas de acesso à praia	1.2. - 1.4.	56	Pavimentar as ruas de acesso à praia
38	Falta de plano de drenagem e manutenção da rede existente	1.2. - 1.4. - 1.8.	57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente
39	Falta de políticas públicas e estímulo para o turismo	1.8.	58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade
40	Falta de políticas públicas voltada para o turismo em geral e de naturismo	1.6.	59	Construção de novo posto guardas vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários
41	Falta de posto guardas vidas com banheiro	2.1.	60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.
42	Falta de recursos financeiros rubricados (destinado especificamente) para a praia e a área de atuação do projeto Orla	3.2.	61	Cobrar a execução da rede de esgoto;
43	Falta de rede de esgoto	1.2. - 1.4. - 1.6.	62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado
44	Falta de regularização e ordenamento do trapiche para fins públicos e privados	1.11.	63	Instalação de boias (200m);
45	Falta de segurança aquática e policiamento	1.4.	64	Instalar mais postos guardas vidas;

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
			65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;
46	Falta de segurança e policiamento para fiscalização no canto norte e no acesso público(libertinagem, sexo, drogas)	1.6.	66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);
			67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);
47	Falta de segurança pública nas extremidades da praia	3.2.	68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;
			69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal
48	Falta de serviço de emergência eficiente e demora de atendimento	1.4.	70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica
49	Falta de um espaço público de convivência e lazer para a comunidade local	1.8.	72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA
50	Laranjeiras não estar inclusa na área da APA Costa Brava	1.11.	73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;
			74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;
51	Milho e churros com estrutura fixa sobre a faixa de areia	2.1. - 2.2.	75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;
			76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;
52	Mobilidade urbana na temporada de verão	1.11.	77	Buscar novas alternativas de transporte público;
			78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;
			79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus
53	Número insuficiente de banheiros públicos	2.1. - 2.2	80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
54	Número insuficiente de banheiros públicos (apenas 1)	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. 1.11.	81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;
55	Ocupações Irregulares sobre a praia (bares e restaurantes)	1.11.	82	Elaborar e executar o PRAD;
56	Poluição do Rio Marambaia	2.2.	83 84 85	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ; Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes; Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;
57	Poluição sonora	1.2. - 1.4. - 1.8. - 1.11.	86	Instalação de placas informativas sobre o tema;
58	Poluição sonora na faixa de orla	2.1. - 2.2.	87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas
59	Poluição visual ocasionada por publicidade na praia (patrocínio)	2.2.	88 89 90	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade; Fiscalizar a instalação de publicidade na praia; Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;
60	Possível instalação em espelho d'água de empreendimentos de grande porte (porto, hotel, shopping)	2.1. - 2.2.	91 92	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento; Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS
61	Presença de "bloom" de diatomáceas e briozoários na água de banho e faixa de areia	2.1. - 2.2.	93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema
			94	Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú;
			95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);
			96	Estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;
			97	Adequar o sistema de drenagem do município
62	Resíduos sólidos deixados pelos usuários que frequentam a Prainha	3.1.	98	Elaborar programa de educação ambiental
63	Risco de contaminação da água oriunda do Rio Marambaia	3.1.	99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;
			100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;
64	Saturação da ciclofaixa e passeio público	2.1. - 2.2.	101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão
		1.2. - 1.4. -	102	Remoção de espécies exóticas;
		1.8. - 1.11.	103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;
		1.1; 1.3; 1.5;	104	Reintrodução de espécies nativas.
		1.7; 1.10;		
		1.12;	105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.
		3.3(3.5)	106	Buscar novas alternativas de transporte público;
65	Supressão da vegetação nativa/de restinga			
66	Transporte público deficiente	1.2. - 1.4. - 1.6. - 1.8. - 1.9.	107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus
67	Falta de limpeza pública	1.6.	108	Cobrar limpeza pública

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. MED.	AÇÕES E MEDIDAS
68	Resíduos sólidos deixados pelos usuários	1.1;1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	109	Campanha de educação ambiental e conscientização
69	Uso de drogas	1.1	110 111	Aumento de Fiscalização policial. Criação e fortalecimento da rede de vizinhos
70	Risco de acidentes	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.
71	Resíduos sólidos trazidos pelo mar	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	113 114	Implantação do Programa Lixo fora d'água. Elaboração de projetos para utilização dos matérias trazidos pelo mar.
72	Invasões	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes
73	Degradação do ambiente natural	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	116	Programa de monitoramento de recursos hídricos
74	Queimadas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraias

N PROB.	PROBLEMAS	TRECHO	N AÇ. MED.	AÇÕES E MEDIDAS
75	Criminalidade	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região
76	Falta de informação e sinalização	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	119	Instalação de infraestruturas informativas
77	Pesca ilegal com rede feiticeira	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12;	120	Incremento da fiscalização ambiental marinha
78	Pesca ilegal noturna	3.3(3.5)		
79	Poluição sonora por embarcações atracadas sem regulação do poder público	1.1; 1.5; 1.7		
80	Risco de acidentes com embarcações	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10;	121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)
81	Pouca fiscalização de embarcações por parte do poder público	1.12; 3.3(3.5)		
82	Falta de ordenamento do espelho d'água	1.1; 1.3; 1.5; 1.7; 1.10; 1.12; 3.3(3.5)	122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho
83	Falta de sinalização e demarcação marinha da área de banhistas	1.1; 1.3; 1.5; 1.7	123	Implantação de boias sinalizadoras
84	Poluição da Lagoa	1.3	124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa

Anexo 18 – Quadro “5” – Ações e Medidas estratégicas. Apêndice 3.

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guardas vidas e as condições de uso da praia.	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO
3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (servidões e passarelas).	Buscar garantir o acesso público seguro e de qualidade à praia;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente			Secretaria de Meio Ambiente, SPU/SC
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.	Buscar garantir o uso adequado para todos os usuários da praia e	até 06 meses	Secretaria de Meio Ambiente
7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel)	o cumprimento da legislação em vigor.		Secretaria de Meio Ambiente, SPU/SC
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor			Secretaria de Meio Ambiente

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	Para aumentar a profundidade de calado das embarcações	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
11	Instalação de paraciclos	Estimular o uso de bicicletas e garantir o local adequado para guarda de bicicleta	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,	Buscar garantir melhoria e agilidade nas atividades fiscalização	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;
13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;		até 24 meses;	
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;	Promover o desenvolvimento econômico local	até 6 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
15	Inserir o passeio turístico interpraias na rota do Citytour.		até 6 meses	
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	Acabar com a presença de cães na praia	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
17	Criação de um dog park na APA Costa Brava;			Secretaria de Planejamento e Obras
18	Castração/vacina e fiscalização;			Secretaria do Meio Ambiente

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	Garantir o uso público e liberar área na faixa de areia (área de uso comum do povo).	até 24 meses.	Fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha
20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia;			
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	Promover a proteção do meio ambiente e dos usuários da lagoa	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.		até 12 meses.	
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá		até 6 meses	EMASA
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	Buscar garantir um meio ambiente saudável livre de riscos de contaminação de doenças.	até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes			VISA
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Buscar garantir a segurança dos usuários	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC
27	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;	Para ordenar o uso da pesca artesanal; Preservar as margens (manguezal); Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos; Buscar garantir a segurança da qualidade do pescado		Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores e CGM - PO
28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches públicos em frente à rua Jardim da Saudade;		até 36 meses	
29	Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fábrica de gelo".			Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do meio Ambiente

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	Buscar garantir uma melhor qualidade do pescado e dar a Destinação correta dos resíduos	até 5 anos	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur; Instituto Pronatura
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Promover a melhoria na atividade de logística da maricultura local.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno de marinha do trecho;	Promover a regularização de ocupações e levantamento de possíveis áreas para uso público	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO; Secretaria Municipal de Infraestrutura
33	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Promover um maior conforto aos usuários da praia de acordo com a capacidade adequada	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais da local	Promover a cultura tradicional local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente
35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	Reverter o processo de erosão da praia	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente
36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d'água	Buscar um melhor ordenamento do espelho d'água e das margens do Rio Camboriú	até 24 meses	Colônia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Captania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú
37	Criar alvará específico com limite por praia;	Promover um maior controle e organização do comércio na faixa de areia da praia	Permanente	Sec da receita
38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Promover o equilíbrio das atividades comerciais na praia	Permanente	Sec da receita
39	Fechamento de vias durante o final de semana;	Para buscar uma melhoria na	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;			
41	Cobrar melhorias do transporte público;	mobilidade urbana e de qualidade de vida.		de Segurança; CGM - PO
42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público			
43	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	Promover a melhoria no atendimento de emergência	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Ter informações sobre a balneabilidade da praia	Imediato	Sec de Meio Ambiente
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	Para oferecer aos moradores e turistas opções de lazer em áreas públicas mais verdes	até 36 meses	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
48	Plano e execução de arborização das vias;		até 24 meses	
49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	Promover o bem-estar dos pescadores e evitar a contaminação do ambiente	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	Esclarecer as dúvidas sobre o tema para a população local	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
51	Demarcação de locais para estacionamento público;			
52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público);	Organizar e melhorar o fluxo; Conforto e segurança para o Turismo; Estímulo a visitação; Fomento a economia local	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores; CGM - PO
53	Instalação de paraciclos			
54	1- Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)			Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria do Município
55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	Para regular e ordenar as diferentes atividades de esporte na faixa de areia	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento
56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	Melhoria da infraestrutura e qualidade de vida	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;
57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem pluvial	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	Promover o incremento da atividade de turismo no trecho em questão	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores
59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	Buscar garantir uma maior proteção e segurança aos usuários da praia.	em ate 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TAGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Buscar garantir recursos financeiros permanentes para as atividades e projetos	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.
61	Cobrar a execução da rede de esgoto;	Melhoria da qualidade de vida; Necessidade de saneamento básico	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	Promover a melhoria na atividade náutica da localidade	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores
63	Instalação de boias (200 m);	Promover a melhoria da segurança como um todo	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
64	Instalar mais postos guarda vidas;		até 6 meses;	
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;		até 6 meses	
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);	Promover um ambiente mais seguro para os usuários da praia.	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);		até 6 meses	
68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;	Buscar garantir mais segurança e tranquilidade aos turistas e usuários da praia.	permanente	CGM - PO; PMSC
69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal			
70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	Garantir um atendimento mais rápido e eficiente	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento
72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	Promover o bem estar e o lazer da população local	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	Estabelecer segurança jurídico e melhorar o desenvolvimento	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
		socioeconômico da região da APA Costa Brava; definição do uso e ocupação do solo buscando o desenvolvimento sustentável da região;		
74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;		até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias ; SPU
75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;	Para garantir o sustento das famílias nessa atividade comercial de acordo com as normas atuais.	indeterminado;	
76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;		indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias
77	Buscar novas alternativas de transporte público;	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;		
78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;		até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus			
80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	Segurança sanitária; melhorar atendimento ao usuário	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;
81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guarda vidas;	Buscar garantir conforto do usuário das praias; Evitar que usuários utilizem outras áreas para fazer as necessidades Fisiológicas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
82	Elaborar e executar o PRAD;	Promover um ambiente mais equilibrado e organizado	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas);	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.	
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;			
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;	Buscar a tranquilidade e o bem estar da comunidade e usuários da praia	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
87	Revisão do código de postura e fiscalização na praia; Instalação de placas informativas	Harmonizar a convivência entre os usuários da praia	até 24 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	Buscar garantir um ambiente visual e paisagem mais limpa nessa questão.	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;			
90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho d'água;			
91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;	Incluir o município na decisão da ocupação do espelho d'água	Até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colônia de Pescadores; CGM - PO
92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água			

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	Reestabelecer a qualidade da água e da areia da praia; melhoria no incremento do turismo; diminuição dos riscos à saúde; melhoria da paisagem; diminuição do custo de manutenção da limpeza da praia; reestabelecer o equilíbrio ecológico		
94	Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú;			
95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);		até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
96	Estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;			
97	Adequar o sistema de drenagem do município			
98	Elaborar programa de educação ambiental	Divulgar a educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas) ;	Buscar garantir um ambiente saudável e uma praia limpa para os usuários.	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;		Até 24 meses.	
101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	Diminuição de risco de acidentes e melhoria no conforto e fluxo dos usuários da ciclofaixa	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
102	Remoção de espécies exóticas;			
103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;			
104	Reintrodução de espécies nativas.	Promover a recuperação do ecossistema costeiro	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.			
106	Buscar novas alternativas de transporte público;	Melhoria no transporte; Maior visitação; redução de número de veículos; Melhorar a segurança do usuário;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus			

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
108	Cobrar limpeza pública	Melhoria da limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Promover a educação ambiental	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO
110	Aumento de Fiscalização policial.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos			
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Promover a segurança dos usuários	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Promover a destinação adequada do lixo	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação;
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.			Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Promover o uso e ocupação do solo de maneira regularizada	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Buscar garantir a proteção das nascentes	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e interpraias	Promover uma fiscalização ambiental mais efetiva	Até 24 meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Promover a segurança dos moradores e turistas	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
119	Instalação de infraestruturas informativas	Promover a divulgação de informações para o turista	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca

Nº AÇ. E MED.	AÇÕES E MEDIDAS	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
		Promover a proteção da biodiversidade marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colonia de pesca
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Buscar garantir a tranquilidade nas localidades	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO
		Promover a segurança da navegação	Permanente	CP; CBM;
		Promover uma maior segurança da navegação	Permanente	CP;
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Para organizar os diversos usos no espelho d'água	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP
123	Implantação de boias sinalizadoras	Promover a segurança dos banhistas	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Promover a despoluição da lagoa	Imediato	VISA

Anexo 19 – Cronograma para o primeiro ano. Apêndice 4.

Cronograma Imediato.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
124	Promover atividade de fiscalização sanitária nas edificações próximas da lagoa	Imediato	VISA
45	Solicitar ao IMA que seja incluído esse trecho na coleta e análise de água	Imediato	Sec de Meio Ambiente
83	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas);	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
99	Aumentar a fiscalização da VISA nas edificações (ligações clandestinas);	Imediato e permanente;	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
58	Contemplar no plano municipal do turismo ações para promoção da localidade	até dezembro 2019	Secretaria do Turismo; CGM - PO; Associação de moradores
74	Buscar o Termo de ajustamento de conduta no MP Federal para manter as estruturas atuais até o engordamento da praia;	até 3 meses	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias; SPU;
15	Inserir o passeio turístico Interpraias na rota do Citytour.	até 6 meses	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
46	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
50	Solicitar ao poder público esclarecimentos dos possíveis impactos negativos da costa da APA	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Associação dos moradores do Estaleiro
62	Regularização do trapiche buscando a harmonia entre uso público e privado	até 6 meses	Sec turismo e Sec de meio ambiente, Colônia de pescadores
67	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas no acesso público (rondas na prainha e no costão);	até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
73	Cobrar um plano de trabalho do conselho gestor da APA buscando a finalização do processo;	até 6 meses	Secretaria do Meio Ambiente; Conselho Gestor; Secretaria do Planejamento; CGM - PO
23	Ativação da rede coletora de esgoto da rua Jacarandá	até 6 meses	EMASA
21	Fiscalização da ligação das residências na rede coletora (escolas, igreja, etc).	até 6 meses.	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
64	Instalar mais postos guarda vidas;	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
66	Instalação de um posto de vigilância (guarda ambiental municipal);	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
14	Revisar a questão de usos do solo na região previsto no plano diretor buscando a permissão de comércios, serviços e entretenimentos relacionados ao turismo;	até 6 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
63	Instalação de boias (200m);	até 6 meses;	CBM; Secretaria do Meio

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
			Ambiente; Sec Segurança; AME
65	Aumentar o efetivo na base integrada para rondas;	até 6 meses	CBM; Secretaria do Meio Ambiente; Sec Segurança; AME
5	Cumprimento da legislação patrimonial em relação a área comum de uso do povo atualmente sob domínio do hotel existente	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
6	Implantar sinalização informativa sobre a área de uso comum do povo.	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente
7	Fiscalização do uso irregular dos terrenos de marinha e de área comum do povo (hotel)	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente, SPU/SC,
8	Ação de fiscalização pelos fiscais de postura municipais objetivando o cumprimento da legislação em vigor	até 06 meses	Sec de Meio Ambiente
24	Resgatar e fazer valer o acordo entre os municípios de Balneário Camboriú e Itajaí para recuperação da qualidade de água do ribeirão.	até 06 meses	Procuradoria da PMBC; e VISA
25	Fiscalização pela vigilância sanitária nas residências, verificando ligação na rede coletora de efluentes	até 06 meses	VISA
60	Propor no legislativo municipal projeto de lei a destinação de valor (sugestão mínima de 50%) do recurso repassado com a TGP (Termo de Gestão de Praia) para a aplicação das ações do Projeto Orla.	Elaborar o projeto de lei em até 06 meses	Procuradoria do Município e Câmara de Vereadores.

Cronograma Permanente.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
26	Solicitar aumento do efetivo para ronda e fiscalização no trecho.	Permanente	Sec. De Segurança pública e PMSC
31	Buscar garantir o acesso adequado para a retirada do pescado.	Permanente	Sec de Meio ambiente e Sec de Planejamento
37	Criar alvará específico com limite por praia;	Permanente	Sec da receita
38	Regularização e revisão do número de pontos de milho e churros	Permanente	Sec da receita
68	Solicitar o aumento do policiamento militar na área;	Permanente	CGM - PO; PMSC
69	Solicitar maior efetividade de ronda da guarda municipal	Permanente	CGM - PO; PMSC
98	Elaborar programa de educação ambiental	Permanente	Sec de Meio Ambiente
109	Campanha de educação ambiental e conscientização	Permanente	Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; CGM-PO
110	Aumento de Fiscalização policial.	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
111	Criação e fortalecimento da rede de vizinhos	Permanente	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
112	Disponibilizar informações aos visitantes e diminuir o risco com infraestruturas de apoio.	Permanente	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
115	Aumentar a fiscalização por parte dos órgãos competentes	Permanente	Sec. De Segurança Pública; PM; Polícia Ambiental; CGM-PO

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
120	Incremento da fiscalização ambiental marinha	Permanente	PM ambiental; guarda municipal ambiental; IMA; IBAMA; Colônia de pesca
121	Incremento da fiscalização ambiental marinha (CP)	Permanente	Sec. Meio Ambiente; CP; CGM-PO

Cronograma de 12 e 18 meses.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
108	Cobrar limpeza pública	até 12 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras;
44	Instalação de acesso suspenso sobre a vegetação de restinga (mariscal);	até 12 meses	Sec Meio Ambiente; Sec obras; CBM
82	Elaborar e executar o PRAD;	Até 12 meses	Sec do Meio Ambiente, Sec de Planejamento e CGPO
85	Informar e cobrar do órgão competente uma fiscalização efetiva;	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
86	Instalação de placas informativas sobre o tema;	até 12 meses	Secretaria do Meio ambiente; Guarda Municipal; CGM - PO
113	Implantação do Programa Lixo fora d'água.	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
114	Elaboração de projetos para utilização dos materiais trazidos pelo mar.	Até 12 meses	Sec. Meio ambiente; Sec. Cultura; Sec. Educação; Sec. Turismo; Instituições de ensino; CGM-PO
116	Programa de monitoramento de recursos hídricos	Até 12 meses	Sec Meio ambiente; Comitê de bacias; Instituições de ensino; EMASA; CGM-PO
118	Criar um sistema de monitoramento eletrônico dos 4 principais acessos da região	Até 12 meses	Sec. Segurança Pública; PM; CGM- PO
119	Instalação de infraestruturas informativas	Até 12 meses	Sec. Turismo; Sec. Meio Ambiente; Sec. Educação; Instituições de ensino; CGM-PO
123	Implantação de boias sinalizadoras	Até 12 meses	CBM; CP; Sec. Meio Ambiente;
34	Desenvolver um plano de incentivo das atividades culturais tradicionais da local	até 12 meses e permanente	Sec de turismo e Sec de Meio Ambiente
22	Ação de limpeza e revitalização da lagoa.	até 12 meses.	
88	Editar normativo para regulamentar e disciplinar a lei 3907/16 (lei municipal) a fim de estabelecer regra e parâmetros para publicidade, prevendo padrões, tamanho e quantidade;	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
89	Fiscalizar a instalação de publicidade na praia;	até 12 meses.	Sec. Do Meio Ambiente; Sec. De Planejamento
32	Solicitar a SPU levantamento de RIP(Registro Imobiliário Patrimonial) em toda faixa de terreno	Até 12 meses;	SPU; CGM - PO, Sec. Planejamento e Obras.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
	de marinha do trecho;		
10	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar
49	Construção de banheiro público para pescadores artesanais e turistas	até 18 meses (prioridade)	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária; Sec Obras
81	Implantação de mais uma infraestrutura de banheiro público com possibilidade de integração destes aos postos guardas vidas;	até 18 meses (prioridade)	Secretaria do Meio Ambiente; EMASA; Sec. Planejamento e Obras; Corpo de Bombeiros militar

Cronograma de 02 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
3	Adequação do acesso norte da praia (morro do Careca).	até 24 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
9	Projetos para dragagem contemplando a periodicidade das dragagens	até 24 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; ConSegMar; Colonia de Pesca
33	Elaborar um estudo de capacidade de carga de turistas;	Até 24 meses	Sec de turismo e Sec de meio Ambiente
36	Elaboração de um Plano para regulação dos usos das margens do Rio Camboriú e espelho d’água	até 24 meses	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; secretaria do Meio Ambiente; Captania dos portos; ConSegMar; comitê gestor do Rio Camboriú
48	Plano e execução de arborização das vias ;	até 24 meses	Secretaria deo Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
55	Elaboração de um plano de zoneamento das atividades esportivas	até 24 meses	Fundação municipal de esporte; Associação Catarinense de escolas de surf de Balneário Camboriú; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento
72	Construir um centro de convivência e equipamentos de lazer na antiga estação de tratamento da EMASA	até 24 meses	Sec. Meio Ambiente, Associação dos moradores de Taquaras; Fundação de Esporte; CGM - PO; Fundação de cultura
87	Revisão do código de postura e fiscalização na	até 24	Secretaria de Planejamento;

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
	praia; Instalação de placas informativas	meses	Secretaria de Segurança; Secretaria do Meio Ambiente
122	Elaboração e implementação do Planejamento Espacial Marinho	Até 24 meses	Sec. Meio Ambiente; Sec. Planejamento; SPU; CP
19	Planejar a nova localização e quantidade de canchas de bocha.	até 24 meses.	fundação municipal de esporte; Secretaria do Turismo; Secretaria de Planejamento; Associação de bocha
20	Retirar as canchas de bocha da faixa de areia;	até 24 meses.	
84	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
100	Redimensionar a rede coletora de tratamento de efluentes;	Até 24 meses.	EMASA; VISA; Sec. Do Meio Ambiente; Sec de Obras
13	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico da região da APA Costa Brava;	até 24 meses;	Secretaria de turismo, Sec de Meio Ambiente; Conselho gestor da APA; CGM - PO
117	Criação de uma base avançada da guarda ambiental, exclusiva para a região da APA e Interpraias	Até 24meses	Bombeiros; Sec. Meio Ambiente; Polícia Ambiental; CGM-PO
59	Construção de novo posto guarda vidas com banheiro exclusivo para os bombeiros e banheiros públicos para usuários	ate 24 meses	Secretaria de Obras; Corpo de bombeiros militar

Cronograma de 03 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
16	Educação e conscientização da comunidade local e turísticas;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
17	Criação de um <i>dog park</i> na APA Costa Brava;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras
18	Castração/vacina e fiscalização;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente
27	Criação de um Departamento municipal de Gestão de Pesca;	até 36 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores e CGM - PO
28	Reorganizar o espaço de vagas para atracar embarcações nos trapiches público em frente a rua Jardim da Saudade;	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente
29	3. Criar mais uma estrutura de apoio náutico a pesca artesanal no trecho entre a Rua Joana Maria e a antiga "fabrica de gelo".	até 36 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente
43	Cobrar a execução da rede de esgoto;	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
			Sanitária
47	Criação e execução de áreas de lazer arborizadas/urbanizadas nas servidões de acesso à praia	até 36 meses	Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Planejamento e Obras; CGM - PO; Conselho Gestor da APA
61	Cobrar a execução da rede de esgoto;	até 36 meses	EMASA; Secretaria do Meio Ambiente; Associação de moradores; CGM - PO; Vigilância Sanitária
102	Remoção de espécies exóticas;	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
103	Cercamento de áreas a serem recuperadas;	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
104	Reintrodução de espécies nativas.	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas
105	Campanhas para arborização em áreas urbanas e particulares com espécies nativas.	até 36 meses	Secretaria do Meio ambiente; CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; Instituições de ensino; ONGs; Igrejas

Cronograma de 04 anos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
93	Desenvolvimento de novos estudos buscando identificar as causas e soluções para este problema	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
94	Melhorar a qualidade de água do rio Camboriú;	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
95	Adequar a estação de tratamento de efluentes líquidos do município (EMASA);	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
96	Estudo da influência do "bota fora" da dragagem do rio Itajaí Açu;	ate 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária;

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
			Colonia de Pescadores e CGM - PO
97	Adequar o sistema de drenagem do município	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; EMASA; Vigilância Sanitária; Colonia de Pescadores e CGM - PO
1	Projeto e execução de escadas e passarelas no acesso existente; Placas informativas informando a ausência de guardas vidas e as condições de uso da praia.	até 48 meses	Secretaria de Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
2	Demarcação de locais para estacionamento público; Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público); Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
4	Elaboração e execução de projetos que considerem as especificidades de cada acesso (serviços e passarelas).	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; Comitê Gestor do Projeto Orla (CGM-PO)
11	Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
12	Disponibilização de local adequado com infraestrutura (Capitania, PMA,	até 48 meses	Secretaria de Planejamento; Secretaria de Segurança; Polícia Militar ambiental; Corpo de Bombeiros;
35	Recomposição do estoque sedimentar (reestruturação da faixa de areia); Recomposição da vegetação de restinga;	até 48 meses	secretaria de Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente
39	Fechamento de vias durante o final de semana;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
40	Elaborar uma campanha de incentivo de transporte alternativo;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
41	Cobrar melhorias do transporte público;	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
42	Cobrar aprovação e aplicação do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de reestruturação do transporte público	até 48 meses	FUMTran; Secretaria do Planejamento; Secretaria de Segurança; CGM - PO
51	Demarcação de locais para estacionamento público;	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
52	Estímulo ao transporte alternativo (ciclovia, transporte público);	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
53	Instalação de paraciclos	até 48 meses	Secretaria de Planejamento e Obras; FUMTran; Secretaria do Turismo; conselho Gestor da APA; Associação de Moradores do Estaleirinho; CGM - PO
54	Desenvolvimento de um código ambiental municipal (lei municipal)	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria
56	Pavimentar as ruas de acesso à praia	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras;
57	Implantação de rede de drenagem e manutenção da rede existente	até 48 meses	CGM - PO; Secretaria de Obras; Conselho gestor da APA; EMASA
70	Instalação de uma base avançada de atendimento de urgência e emergência médica	até 48 meses	CBM; Secretaria de Saúde; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento
77	Buscar novas alternativas de transporte público;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
78	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
79	Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
80	Construção de mais unidades de banheiros públicos com parceria público/privado	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento;
101	Ampliação e reestruturação da ciclofaixa e calçadão	até 48 meses	Secretaria do Meio Ambiente; associação de moradores; Sec. De Planejamento e Obras; Secretaria do Turismo; Fundação de Esportes
106	Buscar novas alternativas de transporte público;	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;
107	Cobrar aprovação e execução do Plano de Mobilidade; Melhoria na sinalização e estrutura das paradas de ônibus	até 48 meses	Secretaria de Segurança Pública; FUMTran; CGM - PO;

Cronograma prazos diversos.

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
30	Construção de local adequado para manipulação do pescado e gestão de resíduos da pesca	até 5 anos	Colonia de pesca; secretaria de Planejamento; Epagri; Secretaria de Turismo; secretaria do Meio Ambiente; Compur: Instituto Pronatura
76	Demolir a estrutura fixa e instalar estruturas móveis por 3 meses de acordo com as normas da	indeterminado	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de

N	AÇÕES E MEDIDAS	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
	vigilância sanitária (renováveis por mais 3 meses - permissão de uso) até a engorda da praia;		cadeira e guarda sol; Município e secretarias.
75	Defender juridicamente a permanência das estruturas na praia até a engorda da praia no caso de notificação para demolição;	indeterminado;	Associação dos Pontos de Milho e Churros aluguel de cadeira e guarda sol; Município e secretarias.
90	Incluir o município na tomada de decisão quanto a empreendimentos no espelho dágua;	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO
91	Mobilização social e ação civil pública para avaliar a viabilidade do empreendimento;	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO
92	Considerar o decidido no Projeto Orla frente a instalação de empreendimentos de grande porte no espelho d'água	até que os processos de licenciamento sejam indeferidos.	Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento; Conselho da cidade; Secretaria do Turismo; Colonia de Pescadores; CGM - PO

Anexo 20 - Mapas do documento em escala adequada